



Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Centro de Artes, Humanidades e Letras

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento

Mestrado em Ciências Sociais

Jôsy Barcellos Miranda

*“E não se ouviu mais o apito da usina”*

Aspectos da formação histórica da comunidade Remanescentes de Quilombos do Engenho da Vitória, em  
Cachoeira-BA

Cachoeira

2014

**JÔSY BARCELLOS MIRANDA**

*“E não se ouviu mais o apito da usina”*

Aspectos da formação histórica da comunidade Remanescentes de Quilombos do Engenho da  
Vitória, em Cachoeira-BA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais. Sob a orientação do Prof. Dr. Antônio Liberac Cardoso Simões Pires.

Cachoeira

2014

## TERMO DE APROVAÇÃO

Jôsy Barcellos Miranda

*“E não se ouviu mais o apito da usina”*

Aspectos da formação histórica da comunidade Remanescentes de Quilombos do Engenho da  
Vitória, em Cachoeira-Ba

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura,  
Desigualdades e Desenvolvimento da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como  
requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Defendido em 11 de novembro de 2014.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Antônio Lirebac Cardoso Simões Pires (Orientador)- UFRB

---

Profº Drº Carlos Eugênio Líbano Soares- UFBA

---

Profª Drª Rosy de Oliveira- UFRB

---

Profº Drº Wellington Castellucci Junior- (Suplente I) UFRB

Cachoeira  
2014

Miranda, Jôsy Barcellos  
M237n E não se ouviu mais o apito da usina: aspectos da formação histórica da comunidade remanescentes de quilombos do Engenho da Vitória, em Cachoeira – BA / Jôsy Barcellos Miranda. – Cachoeira, 2014.  
125 f. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Libarac Cardoso Simões Pires.  
Coorientador: Profa. Dra. Rosy de Oliveira.

Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

1. Comunidade - Bahia. 2. Quilombo - Bahia. 3. Interação social. 4. Família. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Centro de Artes, Humanidades e Letras. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. II. Título.

Aos moradores da Comunidade rural do Engenho da Vitória.

## **Agradecimentos**

Ao dedicar este trabalho aos moradores da Comunidade rural do Engenho da Vitória, não esqueço de todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a construção deste trabalho. Meus sinceros agradecimentos a todos, principalmente a Deus, em quem em silêncio, em minhas preces, eu buscava um alento nos momentos de indecisão. Meus pais, Antônio e Antônia, que dentro de suas possibilidades entenderam a real necessidade de minhas ausências nas reuniões e comemorações. Meus irmãos Marcos, Fernando e Fernanda pelo apoio, ao meu cunhado Zé Barreto, tão prestativo com os seus conhecimentos de informática e manutenção de computadores.

Agradeço ao grande amigo Genilson Neri, pelo amparo nas horas de dúvida e leitura, bem como as aventuras dos trabalhos de campo: registro de imagens, os grandes percursos a pé ou de barco, desbravando a comunidade, sempre com bom humor e cantando sambas para motivar o trabalho. O seu incentivo foi primordial nesta empreitada.

Às amigas Maria da Conceição (Pró Conça), Melira Ellem e Leda Lúcia, que cederam fontes impressas; ao João Paulo, que cedeu textos e fontes; à Cinthia, que me perguntava para quando era a defesa e a festa, o que permitia momentos de descanso nesta jornada; e ao Joel Miranda, pelo amor e cuidado.

Às funcionárias do Arquivo Público de Cachoeira, que ajudaram na busca por documentos: Angélica, Rita e Bete. Ao Paulo Leite, no arquivo do Fórum Augusto Teixeira. E aos funcionários do Arquivo Público da Bahia.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, à funcionária Valéria Reis; aos professores do programa; aos colegas que dividiram as angústias próprias do mestrado. À CAPES REUNI, pelo apoio financeiro desta pesquisa o que oportunizou a apresentação de trabalhos relacionados à pesquisa em diferentes eventos das áreas de História, Antropologia e Ciências Sociais.

Agradeço também ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros do Recôncavo; aos professores do núcleo, aos colaboradores e aos colegas, incluindo os da graduação. Um agradecimento especial à professora Dr.<sup>a</sup> Rosy de Oliveira, por sua atenção e estima, pelos puxões de orelha nos momentos certos e pela participação na qualificação e defesa, muito do

que aprendi sobre pesquisas em comunidades devo aos seus ensinamentos. Ao professor Dr. Flávio Gomes, agradeço pelas observações durante a qualificação que tanto me ajudaram a prosseguir neste trabalho. Ao professor Eugênio Líbano Soares, por participar da banca final e contribuir com o resultado desta dissertação. E ao professor Dr. Antônio Liberac Cardoso Simões Pires, pela orientação e por acreditar em mim e nas possibilidades da pesquisa. Mostrou todo seu lado humano nas diferentes fases deste mestrado, um professor admirado por sua trajetória e pesquisas, obrigada.

Agradeço aos moradores da Comunidade do Engenho da Vitória, em especial, à senhora Norberta Ferreira, que tão gentilmente me acolheu, cedendo um espaço em sua residência para que pudesse realizar os trabalhos de campo, um lugar à mesa e horas de conversas sobre uma vida inteira de trabalho. Dona Norberta me inspirou muito, sua sensibilidade e disposição foram fundamentais para o resultado final desta dissertação. Sua família, igualmente, me recebeu de braços abertos em todos os momentos. Ao senhor José de Jesus, sempre atento e solícito. A Eliana, Ana Maria, Maria Edite, Mariinha, Saturnina e ao Felipe. Ao pequeno Flávio, que aos 8 anos, buscava siris para o meu regalo no almoço. Ao barqueiro Bin que prontamente atravessava o Paraguaçu rumo ao Engenho da Vitória; e ao saudoso Senhor Raimundo Santiago Vieira, primeiro interlocutor do cotidiano e das histórias desta comunidade. Suas histórias de vida me inspiraram.

A todos, os meus sinceros agradecimentos.

*Eu só queria que mais pessoas soubessem das histórias deste lugar, das histórias destas gentes daqui, para que o Engenho da Vitória nunca acabasse.*

Norberta Ferreira Pereira, 86 anos, aposentada e natural do Engenho da Vitória.

## Resumo

Este estudo analisa o processo de formação histórica da comunidade rural Engenho da Vitória, ora certificada enquanto remanescente de quilombo em 2006 e situada à margem esquerda do rio Paraguaçu, distante 6 quilômetros do município de Cachoeira, no Recôncavo baiano. A pesquisa social qualitativa aborda os elementos presentes nas relações sociais desenvolvidas pelos membros da comunidade em momentos distintos, relacionados ao período escravista, ao período de funcionamento da usina e à contemporaneidade. Por meio da leitura de uma extensa fonte documental e de fontes orais, buscamos entender como se desenrolou o processo de formação das famílias que compõem a comunidade e as mudanças ocorridas no decorrer do tempo. Ao longo do texto, estivemos atentos aos sentimentos e planos de melhorias sociais reivindicados devido ao histórico de abandono enfrentado pela comunidade. A história dos remanescentes de quilombos do Engenho da Vitória está relacionada a um passado de experiências no mundo rural específico do Recôncavo da Bahia e à sua produção material e cultural.

Palavras-chave: Comunidade; Família; Experiências; Relações Coletivas.

## **Abstract**

This study analyzes the historical development of the rural community now certified as a remnant of a Maroon named Victory Mill, situated on the left bank of the river Paraguassu 6km away from the town of Cachoeira in Bahia Reconcavo. Qualitative social research addresses the elements present in social relations developed by community members at different times related to the slave period, during operation of the plant and in contemporary times. Through reading of extensive documentary source and oral sources we seek to understand how the process unfolded training of families that make up the community and changes over time. Throughout the text, were aware of the feelings and plans for social improvements claimed by the historical abandonment faced by the community. The story of Quilombo of Engine Victory, is related to a past experience in the specific rural Reconcavo of Bahia and its material and cultural production.

**Keywords:** Community; Family; Experiences; Collective Relations.

## LISTA DE MAPA, IMAGEM, FOTOGRAFIAS E TABELAS

Figura 1 – Sede da Fazenda Nossa Senhora da Vitória.....	26
Mapa 1 – Localização dos Engenhos na Bacia e Vale do Iguape .....	31
Imagem 1 – Caldeira Miles Coulson.....	38
Imagem 3 – Canal do Engenho do Buraco.....	38
Imagem 4 – Prensa da casa de farinha no Engenho do Buraco.....	38
Figura 3 – Genealogia dos Moniz Barreto de Aragão .....	40
Tabela 1 – Moradores com origem em outras regiões.....	57
Fotografia 2 – Residência da senhora Ana Maria de Lima Leôncio.....	73
Fotografia 3 – Senhora Norberta Pereira .....	76
Fotografia 1 – Capela de Pedra na Comunidade do Engenho da Vitória.....	91
Tabela 2 – Categoria de Trabalho.....	109
Tabela 3 – Vínculo com a terra.....	110

## **LISTA DE ABREVIATURA**

AFTFC: Arquivo do Fórum Teixeira de Freitas de Cachoeira

AINSSCMF: Arquivo da Irmandade de Nossa Senhora do Sagrado Coração do Monte Formoso

APEBA: Arquivo Público do Estado da Bahia

APPREV: Associação dos Pescadores e Produtores Rurais do Engenho da Vitória

ARC: Arquivo Regional de Cachoeira

BPEB: Biblioteca Pública do Estado da Bahia

CRC: Cartório de Registro Civil

CRIHC: Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas de Cachoeira

DOU: Diário Oficial da União

IAA: Instituto do Açúcar e do Alcool

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA: Instituto de Colonização e Reforma Agrária

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

STRC: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>Capítulo 1: Separando as partes</b> .....	25
1.1 Fazenda Nossa Senhora da Vitória.....	25
1.2 Os engenhos da Vitória e Buraco.....	30
1.2.1 O Engenho Buraco .....	33
1.3 Os Moniz Barreto de Aragão.....	40
1.4 Usina Vitória do Paraguaçu.....	45
<b>Capítulo 2: Chame gente!</b> O processo de formação das famílias que compõem a Comunidade do Engenho da Vitória.....	52
2.1. Vários caminhos levaram ao Engenho da Vitória.....	53
2.2. Estudos de casos sobre o processo migratório em direção à Comunidade do Engenho da Vitória e os arranjos familiares que a compõem.....	56
2.3 Os Critérios de Pertencimento.....	67
2.4 A casa.....	72
2.5 Experiências comerciais: tem que ter para comprar, vender e trocar.....	77
<b>Capítulo 3: As rezas que aprendi</b> .....	83
3.1 Religiosidade: as manifestações de fé e devoção de um povo.....	83
3.2 E nos dias atuais... Hoje é um domingo de missa.....	92
3.3 A Celebração Campal e demais festejos da comunidade .....	96
<b>Capítulo 4: Associações políticas e culturais...</b> .....	100
4.1 As associações comunitárias: lutas e conquistas .....	100
4.2 Identidade Quilombola: interpretações e conflitos .....	104
4.3 A atuação dos sindicatos e programas governamentais .....	107
4.4 Tensões internas .....	113
<b>5. Conclusão</b> .....	117
<b>Fontes e Referências Bibliográficas</b> .....	120
<b>Anexos</b> .....	125

## Introdução

*“E não se ouviu mais o apito da usina”*- Aspectos da formação histórica da comunidade Remanescentes de Quilombos do Engenho da Vitória, em Cachoeira-BA, tem como objetivo relatar a trajetória da construção da comunidade rural do Engenho da Vitória em Cachoeira (BA), apresentando seus atores sociais que, através de seus esforços no sentido de pertença, atribuem para si uma identidade relacionada à comunidade que ajudaram a construir, bem como as dificuldades enfrentadas para permanecer naquelas terras na contemporaneidade.

As formas de apropriação e acesso à terra desenvolvidas pelos moradores da comunidade do Engenho da Vitória serão relatadas neste trabalho, assim como a análise realizada acerca da questão dos remanescentes de quilombos e a permanência nas terras onde antepassados residiram enquanto escravos.

O conceito que uso para caracterizar quilombo encontra-se na abordagem feita por Schimitt (2002, p. 3). Caracteriza a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos e é utilizado para designar um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico, sem que este esteja atrelado a situação de fuga. Assim sendo, o remanescente de quilombo encontra-se neste universo constituído por elemento de identidade e território.

Esta dissertação inclui fontes orais coletadas entre os membros da comunidade respeitando os limites de cada depoente. Ao apresentar a história de vida dos moradores da comunidade, percebemos como cada um se tornou agente ativo no processo histórico de formação e manutenção da Comunidade do Engenho da Vitória.

Ao trabalhar com a memória e a oralidade enquanto fontes que revelam aspectos de um dado período, este trabalho mostra o quanto a temática “histórias de vida” ou “histórias de membros de comunidades” vem ganhando espaço e notoriedade nos bancos acadêmicos, tanto na área de História como das Ciências Sociais.

O tempo das memórias é uma coisa um tanto desconexa do tempo dos fatos considerados como verdades. A fonte oral é a fala, a voz de indivíduos silenciados pela ação do tempo das mudanças provenientes destes fatos. Trazer à tona estas lembranças não significa apenas um resgate do passado, mesmo porque o passado não volta, mas o que existe

é a possibilidade de análise das relações sociais de um amplo período. Neste sentido, o título desta dissertação: “E não se ouviu mais o apito da usina”, foi por mim escolhido, porque aparece em diversos depoimentos coletados entre a geração dos mais velhos, e nesta fala saudosa compreendi a importância daquela usina para a comunidade do Engenho da Vitória. Onde o tempo e a dinâmica do trabalho era demarcado pelo som do apito intervalado pelas horas da produção.

O esforço em trazer estes dados orais foi amparado por uma extensa bibliografia que se debruça sobre a temática. Trabalhos como Silva (2007), onde a memória reflete aspectos da atividade social dos sujeitos em análise; Piovesan (2009), que esmiúça as possibilidades da pesquisa histórica utilizando fontes memorialísticas; Pollack (1992) que, através de seu estudo *Memória e Identidade Social*<sup>1</sup>, faz uma ligação entre memória e identidade social a partir da perspectiva das histórias de vida ou da história oral pensando na perspectiva da memória enquanto fonte. E Meihy(2005), que ensina como proceder o trabalho de coleta e apuração das fontes orais, com alguns dos materiais semelhantes aos utilizados na construção desta dissertação, que se propõe a ser descritiva e apresenta o testemunho oral dos depoentes ao longo dos capítulos.

O uso sistemático do testemunho oral possibilita à história oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não têm como ser entendidos ou elucidados de outra forma: são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças, miseráveis, prisioneiros, loucos... São histórias de movimentos sociais populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas.<sup>2</sup>

Tornar públicas estas falas de indivíduos desconhecidos acaba por inserir a história da comunidade do Engenho da Vitória na historiografia das comunidades rurais – herança do longo período escravista do Brasil – e ao mesmo tempo revela resquícios que, ao que parece, tendem a desaparecer com a geração dos mais velhos desta comunidade. Nesta perspectiva, Silva aponta que:

---

<sup>1</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista de Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Cpdoc/FGV, 1992.

<sup>2</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. 8ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.14

Emolduradas na metodologia qualitativa, as abordagens biográficas caracterizam-se por um compromisso com a história como processo de lembrar, com a qual a vida vai sendo revisitada pelo sujeito. Neste contexto, a memória é algo presente na existência do homem o que implica numa valiosa importância de seu resgate cuidadoso e ético.<sup>3</sup>

É necessário o cuidado com a fonte oral e com o levantamento biográfico que se propõe. Neste sentido, o estudo de G. K. Piovesan, acerca de como se estabelece o trabalho com biografias, expõe que:

Para o historiador, não está em foco uma recuperação de dados biográficos de cunho individualista e psicológico, mas sim a reconstrução, através dos relatos, da trajetória histórica e cultural de um determinado grupo, ou ainda, das forças que constituem um campo social.<sup>4</sup>

Além dos testemunhos orais coletados para esta pesquisa, as documentações cartoriais como inventários, testamentos, obituários, cartas, livro de registro de irmandades, sindicatos, atas da associação local, nos ajudaram a dimensionar todo o processo de apropriação da terra, entrada e saída de trabalhadores com suas famílias, o processo de liquidação da Usina Vitória do Paraguaçu, bem como as formas encontradas para permanecer e fortalecer os vínculos com a terra habitada através das associações e mobilizações políticas. Ou seja, as experiências históricas dos sujeitos.<sup>5</sup>

Vale, nesta introdução, expor que a transformação da Comunidade Rural do Engenho da Vitória em objeto de pesquisa foi iniciada ainda no período da graduação em História pela UFRB (2007-2010), após minha inserção no Programa de Permanência Qualificada na modalidade bolsa permanente mantido pela Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE/UFRB) e pelo Projeto de Pesquisa Comunidades Negras Rurais e Cultura Negra, organizado e desenvolvido por professores do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros do Recôncavo da Bahia (NEAB). Este projeto visava como objetivo o

<sup>3</sup> SILVA, Aline Pacheco et al. Conte-me sua história: reflexões sobre o método de história de vida. **Mosaico: estudos em psicologia**, Belo Horizonte, n.1, p. 25-35, 2007.p27

<sup>4</sup> PIOVESAN, G.K. **Biografia, trajetória e história**. IV Encontro Regional de História Oral, Florianópolis, 2007. Disponível: <http://www.cfh.ufsc.br/abho4sul/pdf/public.htm>.

<sup>5</sup> Acerca das experiências históricas dos sujeitos, ver a conceituação proposta por: THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Análise do autor: a consciência da importância do costume tão forte no século XVIII. A experiência que o indivíduo passa em seu cotidiano, nas relações com o trabalho e o tempo em coletividade, a constância, o uso diário tornado costume. O tempo do relógio, não o tempo da natureza, fundamentam a transformação social.

mapeamento e a coleta de dados históricos-sociais dos moradores de comunidades rurais do Recôncavo baiano.

Mediante processo de reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombo na Bacia e Vale do Iguape em curso em Cachoeira no período, esta pesquisa optou por mapear e coletar dados nestas comunidades, incluindo a denominada Quilombo de São Félix.

Sobre os processos de reconhecimento quilombola, desde o início dos anos 2000, organizações culturais do Vale do Iguape em Cachoeira vêm através de suas ações angariando jovens e adolescentes, focando seu trabalho com dança, educação e cidadania e reforçando a necessidade de mobilização de forma coletiva, de modo a agregar todas as comunidades desta importante região do Recôncavo da Bahia. Um exemplo é a Companhia de Dança Afro Vale do Iguape, que se organizou juridicamente como Centro de Educação e Cultura Vale do Iguape (CECVI), fundado em 09 de fevereiro de 2002, com sede na rua São Gonçalo, na comunidade de Santiago o Iguape.

As mudanças ocorreram com a implementação conferida pelo artigo 1º da Lei nº 7.668 de 22 de agosto de 1988, artigos 2º, §§ 1º e 2º, artigo 3º, § 4º do Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003 – o processo que identifica, reconhece, delimita, demarca e titula as terras ora ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos, assim como estabelecido pelo artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988. As comunidades que compõem o Vale e Bacia do Iguape<sup>6</sup> foram submetidas entre os finais de 2003 e início de 2004 à análise com a finalidade de serem reconhecidas enquanto remanescentes de quilombos.

A Fundação Cultural Palmares, a Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (FACED/UFBA), a Comissão de Justiça e Paz, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e lideranças estaduais e municipais, além das lideranças presentes nas próprias comunidades, desenvolveram um trabalho extenso de pesquisas histórico-antropológicas envolvendo documentos e registros cartoriais, relatos orais coletados a partir de entrevistas com membros da geração dos mais velhos relacionados a memórias sobre a história de fundação e origem dos arranjos familiares presentes nas comunidades.

---

<sup>6</sup> As comunidades que fizeram parte deste trabalho de pesquisa e receberam a certidão de autorreconhecimento, certificada pela Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro e Fundação Cultural Palmares são: Caimbongo Velho, Calembá, Calolé, Caonge, Dendê, Imbiara, Engenho da Cruz, Engenho Novo, Engenho da Praia, Engenho da Ponte, Engenho da Vitória, São Francisco do Paraguaçu, São Tiago do Iguape e Tombo. Em anexo está uma cópia da certidão emitida pela Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro e Fundação Cultural Palmares a Comunidade do Engenho da Vitória em 22 de junho de 2004.

As comunidades certificadas possuem um passado relacionado com o período escravista brasileiro. O Vale e Bacia do Iguape durante séculos tiveram sua economia fundada na grande propriedade agrícola, na mão-de-obra escrava e estruturada sob o regime dos senhores e barões do açúcar. Um solo bastante fértil para o desenvolvimento de pesquisas histórico-sociais.

Durante a graduação em História, o processo de pesquisa foi baseado na análise da História Social, em que busquei compreender a relação identidade/memória a partir da técnica da História Oral e da pesquisa documental, que envolveu a análise de inventários, registros cartoriais, jornais, cartas, dentre outros documentos que relacionavam-se diretamente com os moradores da comunidade denominada de Engenho da Vitória. Estes dados levaram-me a concluir parcialmente que se tratava de uma memória voltada para o trabalho, as relações de sociabilidades e a atividade comercial desenvolvida na comunidade no período de funcionamento da Usina Vitória do Paraguaçu (1920-1960).

Até então, estes estudos envolviam a pesquisa histórica, porém eram subsidiados pelo elemento da Antropologia, no qual trabalhei com a pesquisa de campo e a observação participante. Utilizei, então, a inclusão de dados antropológicos na pesquisa histórica, abrindo caminhos para a construção do projeto de mestrado em Ciências Sociais pelo PPGCS/UFRB.

O Engenho da Vitória, objeto desta pesquisa, forma no imaginário local (município de Cachoeira) a representação de uma comunidade constituída a partir de um diferencial industrial, que aglutinava numa fazenda às margens do rio Paraguaçu: uma indústria pulsante; um conjunto arquitetônico formado por um sobrado magnífico e um antigo engenho com senzala (estes dois últimos prédios passaram por uma longa reforma para receber as estruturas de uma usina). Os antigos proprietários, uma família de tradições seculares e que atuavam em diversos setores da vida social no município de Cachoeira no período da grande atividade açucareira na região<sup>7</sup>, deixaram a propriedade ainda na década de 1950.

Tais relatos acerca da expressividade do passado histórico da fazenda Nossa Senhora da Vitória, no município de Cachoeira, são percebidos desde as falas e a escrita dos cronistas locais, como o senhor Francisco José de Mello (2001) que dedicou sua vida para escrever sobre Cachoeira: produziu acerca de cultura, religiosidade, personagens de destaque no

---

<sup>7</sup> O período a que faço referência, neste caso, é desde o século XIX (início das atividades do engenho Vitória) até meados da década de 1960, período de extinção da Usina Vitória do Paraguaçu, perfazendo assim uma análise pontual do que trato enquanto referência temporal.

cenário local, dentre outros aspectos.<sup>8</sup> Outros contadores de histórias populares e cronistas locais se dedicaram a retransmitir elementos da História Oral da comunidade, das festas (religiosas e profanas), ‘causos’ ocorridos, visitantes ilustres, dentre outros fatos.

Refletindo sobre estas “histórias” manifestadas e contadas por pessoas comuns que por lá um dia passaram ou de tanto “ouvir dizer” incorporaram os fatos e passaram a relatá-los enquanto vivência, aguçou minha curiosidade em pesquisar esta estrutura, mas no primeiro momento a comunidade formada nos arredores do antigo engenho não constituía objeto de análise, na minha concepção.

Acredito que foi muito importante este contato direto com a pesquisa, ou mesmo o trabalho de campo no período da graduação. A partir de então comecei a questionar como se constitui o processo da identidade num cenário negro rural com um passado de escravidão? O que representa o fim das atividades deste empreendimento tão singular e ao mesmo tempo plural no cotidiano destes antigos funcionários?

Quando pensamos nas riquezas do Recôncavo da Bahia provenientes do açúcar, do fumo, da fruticultura, enfim a grande diversidade de produção econômica que rendeu a esta região durante muito tempo lugar de destaque no cenário baiano e nacional, lembramos do processo que levou esta importante região da Bahia a perder espaço econômico, social e político para outras regiões mais distantes do litoral baiano e que se destacaram e permaneceram na dianteira do desenvolvimento regional, promovendo ao mesmo tempo um processo de desfiguração desta região denominada Recôncavo baiano.

O primeiro contato que tive de fato com um morador da comunidade do Engenho da Vitória foi por intermédio do senhor Antônio Alves Miranda<sup>9</sup>, no início do ano 1997, que me apresentou ao senhor José de Jesus, membro ativo na comunidade, mas que nunca pleiteou nenhum cargo na associação de moradores, e, na ocasião, ele trabalhava na extração de lenha para comercializar em padarias do município de Cachoeira.

Na época, havia um conflito em vigência por causa da falta de investimentos públicos municipais para sanar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes da comunidade do Engenho da Vitória, que, ao concluir a 4ª série (atual 5º ano), ficavam impossibilitados de

---

<sup>8</sup> O senhor Francisco Melo faleceu de sucessivos AVC's em 2010, mas deixou uma extensa obra acerca da história e dos personagens do município de Cachoeira, escrevendo crônicas e poemas.

<sup>9</sup> Tenho um laço de parentesco com o senhor Antônio Alves Miranda, ele é meu pai e possui uma relação de amizade com o senhor José de Jesus há mais de vinte anos, amizade iniciada durante atividade laboral de extração de lenha para o comércio em padarias. Este contato favoreceu o acesso aos moradores e à história oral local da comunidade do Engenho da Vitória.

continuarem os estudos do Ensino Fundamental II e Médio em decorrência das condições da estrada ou mesmo da falta de um barco que os conduzisse até a sede do município.

Passados dez anos deste primeiro encontro, estabeleci com o senhor José de Jesus um contato permanente, o que ajudou bastante no acesso à comunidade e aos seus moradores. Foi a partir dele que me aproximei dos primeiros interlocutores da pesquisa.<sup>10</sup>

Objetivando a análise histórica pelo viés da História Social e amparada pelo referencial teórico da Micro História italiana, como visto em Ginzburg<sup>11</sup>, pude desenvolver uma discussão acerca do objeto pautado nas experiências vividas pelos membros da comunidade frente às novas transformações impostas pelo capitalismo e, conseqüentemente, o desenvolvimento do projeto do mestrado. Nesta dissertação continuei seguindo a mesma linha de análise da Micro História, pretendendo esta pesquisa ficar liberta das hierarquias e definições de uma história tradicional. Apesar deste tema não ser algo inédito, existem poucos ou nenhum trabalho que focam diretamente com uma comunidade negra certificada “remanescente de quilombos” na Bacia e Vale do Iguape.

A produção do conhecimento histórico mesmo sendo vasto, mas não esgotado, passa por um processo de revisão em que se propõe construir novas abordagens a partir da interpretação de formas diversas das fontes históricas. Nesse aspecto, a proposta deste trabalho se justifica pela necessidade de buscar e dialogar com os diferentes métodos da História e da Antropologia. Este intercâmbio disciplinar já foi analisado por Hebe Castro (1997, p. 50-51)<sup>12</sup>, ela aponta a diversidade das experiências históricas contidas na memória, na cultura e nas práticas do trabalho.

Recorremos ao uso das diferentes áreas de domínios da história, ou seja, a memória, a cultura, a oralidade, as iconografias, entre outras, para investigar a trajetória do trabalho dos ex-funcionários da Usina Vitória do Paraguaçu no contexto das transformações ocorridas no antigo engenho, que passa então à categoria de usina, devido às mudanças no modo de

---

<sup>10</sup> Os primeiros interlocutores a que faço referência nesta pesquisa foram: a presidenta da associação local Eliana Leôncio de Jesus; sua antecessora, Ana Maria de Lima Leôncio, a primeira liderança política local e presidente da associação; a geração dos mais velhos que trabalharam na Usina Vitória na oportunidade do seu funcionamento, a senhora Norberta Ferreira Pereira, cozinheira, 88 anos de idade, o senhor Raimundo Santiago Vieira, caldeireiro, 98 anos (falecido em 2012, aos 101 anos).

<sup>11</sup> Sobretudo no trabalho: GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

<sup>12</sup> Segundo a análise de Hebe Castro, esta aproximação com a antropologia levaria a história social, em sentido estrito, a privilegiar progressivamente abordagens socioculturais sobre os enfoques econômico-sociais até então predominantes. CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997- 19ª Reimpressão. p.45-59.

produzir açúcar e aguardente (1915-1920). Buscamos quais papéis estes sujeitos históricos assumiram nesta comunidade.

No início das investigações fui apresentada, em outubro de 2007, à presidente da associação local, Eliana Leôncio de Jesus, que na oportunidade mostrou-se contente pela pesquisa e principalmente por ter sido escolhida a comunidade. Eliana buscava, a partir das pesquisas que estava desenvolvendo, promover um “resgate cultural” da comunidade do Engenho da Vitória. Esta perspectiva de análise acerca das comunidades negras rurais ou urbanas pelo viés da cultura é bastante difundido e, neste caso, também ocorreu por meio de um membro da própria comunidade.

Nas primeiras visitas para o trabalho de campo, já em 2008 fui conduzida de barco a motor, que na ocasião fazia o transporte das professoras que ministravam as aulas para as crianças da comunidade. Este transporte foi fundamental para o andamento das pesquisas no primeiro momento. O barqueiro alcunhado por nome Bim realizava diariamente passeios pelas águas do rio Paraguaçu e sempre relatava que a associação deveria averiguar a situação jurídica do casarão do antigo engenho.

Ao retornar agora para a realização do trabalho de campo a fim de construir esta dissertação de mestrado, encontro uma Eliana Leôncio de Jesus apática, descontente com o cargo devido à longa jornada diária que enfrenta, consumida pelo trabalho (auxiliar administrativa num restaurante em Cachoeira) e pelos estudos (faz o curso de administração de empresas numa faculdade de educação à distância), o que segundo seus relatos não tem sobrado tempo para a Associação de Produtores Rurais e Pescadores do Engenho da Vitória. Em cujo cargo atua desde 2006, onde sucedeu Ana Maria de Lima Leôncio na presidência da instituição sem fins lucrativos.<sup>13</sup>

Sobre o cotidiano dos moradores, nos primeiros contatos observacionais pude perceber que o trabalho ocupa todo o dia, havendo poucos momentos para o ócio. O trânsito de pessoas durante o dia está relacionado ao deslocamento para o local de trabalho. À noite, no geral, os homens permitem-se um momento para o ócio, frequentam a venda para jogar dominó e beber cachaça de folha (em infusão) e conversar. As mulheres em casa cuidam do fogão de lenha (em algumas residências) e dos filhos. O trabalho exercido por elas possui uma jornada maior

---

<sup>13</sup> A senhora Ana Maria de Lima Leôncio e a Eliana Leôncio de Jesus são mãe e filha, respectivamente, e a senhora Ana Maria, por sua vez, é esposa do senhor José de Jesus, refletindo uma formação de liderança local a partir da família formada pelo senhor José de Jesus e a senhora Ana Maria de Lima Leôncio.

se comparado à jornada de trabalho masculina, haja vista que ocupam-se dos trabalhos domésticos, da criação dos filhos e do labor diário em roças, marés e casas de farinha.

No início de minhas atividades de pesquisa, enfrentei alguns problemas relativos às razões de estar lá na comunidade. Durante o processo de reconhecimento do local, da observação e registro de imagens, alguns dos moradores achavam que eu fazia parte de algum programa social do governo e buscavam uma aproximação relatando as dificuldades enfrentadas e a real necessidade de um auxílio financeiro por parte do Estado. O argumento prosseguiu enfatizando que toda uma geração de trabalhadores da extinta Usina Vitória do Paraguaçu, desde a década de 1960, aguardava indenização pelos anos de serviços prestados e salários não recebidos.

Após explicar os motivos pelos quais estava na comunidade, percebi um afastamento dos moradores, atitude que eu já antevia, mas me esforcei na tentativa de mudança de posicionamento dos moradores da comunidade com relação à minha presença. Acredito que consegui bons resultados com as investidas realizadas de forma, às vezes, insistente<sup>14</sup>.

Com a geração dos mais velhos, apesar da insatisfação relatada pelos adultos da comunidade, o contato ocorreu de forma mais tranquila, havendo algumas exceções por parte daqueles que se propuseram a falar, mas no entanto não permitiram que gravasse suas falas<sup>15</sup>. Respeitadas estas tomadas de posição, prossegui com o trabalho de campo.

Acredito que frente aos acontecimentos vividos anteriormente, falar sobre o passado pode acarretar o retorno a sentimentos esquecidos ou adormecidos pelo tempo. O silêncio também faz parte da memória.<sup>16</sup>

Enquanto alguns preferiram se abster da participação na pesquisa, outros revelaram que havia uma necessidade de falar, expressar o que pensava. Então conheci a senhora Norberta

---

<sup>14</sup> A necessidade de se manter um contato permanente com a comunidade observada foi elemento importante na pesquisa de campo.

<sup>15</sup> Não citarei nomes, mas um interlocutor 1 enfatizou que outros pesquisadores diziam representar algumas universidades, como a UFBA, passaram semanas pesquisando, alguns moradores chegaram a entregar até documentos de parentes ou mesmo fotografias do período do engenho e usina e não houve retorno ou mesmo a devolução destes documentos. Já o interlocutor 2 informou que por várias vezes pesquisadores foram à comunidade, tiraram fotos, gravaram entrevistas, promessas foram feitas de retorno com benefícios e nada ocorreu. O interlocutor 3 disse que não confia em relatar nada por que acredita que os antigos proprietários da fazenda podem buscar na justiça a retirada deles daquelas terras, e entende ser “perigoso” falar com quem não se conhece! Extraído do trabalho de campo, adaptado, 2013.

<sup>16</sup> Buscando uma bibliografia capaz de responder minhas inquietações acerca dos “silêncios” presentes no encaminhamento dos trabalhos de campo, pude perceber que a historiografia acerca da Memória expõe diferentes interpretações sobre as causas destes silêncios. Ver: POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p.3-15.

Ferreira Pereira, doméstica aposentada, no alto de seus 88 anos de idade (atualmente) e sua família; o senhor Raimundo Santiago Vieira (falecido em 2012) e sua família; a senhora Maria Sales (A Mariinha), trabalhadora rural de 70 anos (?) e sua família; senhora Ana Maria de Lima Leôncio, 54 anos, trabalhadora rural, dentre outros moradores que ajudaram a fundamentar as bases desta pesquisa com suas experiências de vida individual e coletiva.

Estas experiências às quais faço referência estão relacionadas no tripé: memória, cotidiano e sociabilidades presentes entre os moradores da comunidade do Engenho da Vitória. As memórias possuem uma relação direta com o período de funcionamento da Usina Vitória do Paraguaçu (1915-1960) e com a história oral retransmitidas pelos antepassados sobre o engenho e os senhores.

A história oral local evidencia a presença da formação de famílias mesmo no contexto da senzala, os aspectos da religiosidade católica imposta pelos senhores, a dinâmica dos canaviais, nas roças de mandioca e demais cultivos auxiliares para alimentação tanto dos senhores quanto dos escravos e trabalhadores livres, a presença dos catingueiros vindos do sertão, que transportavam o açúcar, e outros comerciantes rumo à feira livre do engenho. Ainda havia as memórias da infância dos moradores que relatam as relações familiares e de compadrio existentes: o nascimento dos filhos através das parteiras e o processo de transmissão dos ensinamentos a cada geração.

A organização da dissertação ficou da seguinte forma: no primeiro capítulo apresentarei o contexto de formação da Comunidade do Engenho da Vitória a partir do funcionamento do engenho em 1812, e a cadeia sucessória de proprietários do empreendimento, bem como suas transformações ao longo do tempo.

No segundo capítulo, procurei refletir sobre os processos de formação das famílias que compõem a comunidade, a migração de trabalhadores, as experiências, as “encruzilhadas” percorridas e os aspectos gerais do acesso à terra. Neste capítulo, trago trechos de entrevistas, nas quais membros da comunidade narram suas histórias de vida e de formação de suas famílias.

No terceiro capítulo, analiso o papel da religiosidade para a formação da comunidade, as formas veladas e explícitas de repressão religiosa, bem como as formas de resistência encontradas e, ainda, o contexto social local na contemporaneidade.

No quarto capítulo, aprofundo os assuntos ligados às organizações políticas (associação local, a atuação do sindicato rural em Cachoeira), aos conflitos internos, bem como, ao trato estabelecido com a questão quilombola para os membros da comunidade. As reflexões, esperanças e sentimentos acerca de um tema que gera polêmica e estranhamento.

Em cada capítulo, procurei demonstrar a hipótese de que mesmo após mais de 120 anos da abolição da escravidão no Brasil, terras onde funcionavam antigos engenhos e que se tornaram comunidades, lugar de acolhimento para negros libertos, núcleo de relações sociais antigas, como a Comunidade do Engenho da Vitória, na contemporaneidade permanecem enquanto “lugar” da manutenção da pobreza e abandono social sem uma atuação efetiva dos poderes públicos.

Observados estes elementos, esse estudo tem como meta oferecer e apresentar ao leitor, a partir da perspectiva de análise da Antropologia Histórica, o universo social vivido pelos moradores da Comunidade Rural do Engenho da Vitória, situada no município de Cachoeira, no estado da Bahia.

## Capítulo 1. Separando em partes

A região denominada Recôncavo no Estado da Bahia, segundo classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE:2010) é composta por 33 (trinta e três) municípios.<sup>17</sup> Estes municípios ocupam uma área de aproximadamente 10.662 km<sup>2</sup>, ou seja, 1,88% da área total do Estado. Uma região una e plural<sup>18</sup> por conter características bastante diversificadas, sobretudo no que tange sua economia a partir das culturas desenvolvidas, como o cultivo da cana-de-açúcar, o fumo, a cerâmica, a mandioca (nisto se inclui a fruticultura), sem falar nas zonas de pesca e coleta de mariscos beirando mais proximamente o litoral.<sup>19</sup>

Acerca deste litoral, a Bacia e Vale do Iguape em Cachoeira possui em toda a sua extensão territorial fazendas de antigos senhores de engenho. No processo de reconfiguração destes espaços habitados no pós-abolição, tornaram-se moradia dos egressos da escravidão, trabalhadores livres e homens brancos pobres que, em busca de novas oportunidades, lançaram-se nesta empreitada formando assim mais de uma dezena de comunidades rurais.<sup>20</sup> Dentro deste conjunto de fazendas, destaco a Fazenda Nossa Senhora da Vitória.

### 1.1 A Fazenda Nossa Senhora da Vitória

Ao longo da Bacia do Iguape, no trecho navegável do rio Paraguaçu, que contorna a área correspondente ao município de Cachoeira, é possível observar várias construções que emergem na paisagem. Estas construções seculares reproduzem um contexto vivido no período de expansão da cultura canavieira, desde o processo colonizador empregado pelos

<sup>17</sup> Trata-se dos municípios: Amargosa, Aratuípe, Brejões, Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Cruz das Almas, Castro Alves, Conceição do Almeida, Dom Macedo Costa, Elísio Medrado, Governador Mangabeira, Itatin, Jaguaripe, Jiquiriça, Laje, Maragogipe, Milagres, Muniz Ferreira, Muritiba, Mutuípe, Nazaré, Nova Itarana, Salinas das Margaridas, Santa Terezinha, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Miguel das Matas, Sapeaçu, Saubara, Ubaíra, Varzedo.

<sup>18</sup> Esta análise aparece em: OLIVEIRA, Ana Maria C. S. **Recôncavo Sul**: Terra, Homens, Economia e Poder no Século XIX. Salvador: UNEB, 2002. 148p. Sua dissertação de mestrado, na qual aponta elementos que evidenciam a diversificação de atividades econômicas presentes numa mesma região. Em BARICKMAN, Bart Jude. **Um contraponto baiano**: Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. A diversidade das culturas encontradas no Recôncavo, fazendo desta região plural e cheia de contrastes.

<sup>19</sup> Sobre a divisão das atividades econômicas do recôncavo baiano ver o trabalho de: SANTOS, Milton. A rede urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria (Org.). **Recôncavo da Bahia**: Sociedade e Economia em Transição. Salvador: Fundação casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998. 260p.

<sup>20</sup> As comunidades: Cabonha, Calolé, Caimbongo, Caonge, Calembá, Campina, Imbiara, Guaíba, Engenho da Ponta, Engenho da Praia, Engenho da Ponte, Engenho da Vitória, Santiago do Iguape, São Francisco do Paraguaçu e Tombo. No item: O engenho, ver mapa dos principais engenhos do Vale e Bacia do Iguape.

portugueses no século XVI até os finais do governo imperial do Brasil (século XIX), enfatizando aspectos tanto culturais quanto sociais de um tempo em que famílias de grandes proprietários de terras faziam uso de seu poder econômico, representatividade política e social.

Os primeiros registros encontrados acerca da Fazenda Nossa Senhora da Vitória estão relacionados ao início das atividades do engenho movido à roda d'água, existente na mesma propriedade, datado de 1812, cujo primeiro proprietário e idealizador foi o Comendador Pedro Rodrigues Bandeira.



Sede da Fazenda Nossa Senhora da Vitória, 1930. Fonte: acervo da Associação dos Produtores Rurais e Pescadores do Engenho da Vitória. Adaptado por: Jôsy Barcellos Miranda, 2010.

A fazenda Nossa Senhora da Vitória englobava o engenho, uma residência assobradada com área térrea e mais dois andares com vista frontal para o Rio Paraguaçu, porto particular para embarque e desembarque de passageiros e mercadorias, senzala, capela de pedra, olaria e curral, dentre outros aparatos para produção e manutenção da cultura canavieira. Sobre a casa grande, encontrei a seguinte descrição, realizada pelo avaliador Joaquim Carvalho e anexada ao inventário de Maria Luiza Gabe de Massarellos Moniz de Aragão, em 02 de junho de 1902:

Sobrado de pedra e cal, sótão, latrina inglesa no valor de 40\$000 e mobília avaliada em 400\$00, acompanhada de casa de engenho com utensílios de casa de purgar avaliada em 5:000\$000.<sup>21</sup>

Em uma segunda avaliação, datada em 16 de novembro de 1944 pelo avaliador João Batista de Farias, o casarão foi descrito como:

Casa residencial sobradada com 9 janelas de frente, 9 de cada lado (direito e esquerdo), 2 salas de visitas, 8 quartos, sala de jantar, cozinha, banheiro, copa, latrina: \$1.000,000;00 um milhão de cruzeiros.<sup>22</sup>

A primeira avaliação, datada de 1902, traz de forma distinta a residência, a mobília e a casa de purgar, entendidos como itens a serem avaliados separadamente, mesmo porque ainda tratava-se de um engenho. Na segunda avaliação, em outro contexto, denominado de usina, que será discutido no último item deste capítulo, a avaliação refere-se apenas a casa.

Quando o então Comendador Pedro Rodrigues Bandeira iniciou a atividade no engenho, em 1813, o casarão já havia sido concluído no ano anterior, em 1812. Além dos escravos, possuía carros de bois e animais de tração para o transporte da cana, armazém para o açúcar, senzala, porto e barcos para transporte particular e para o açúcar.<sup>23</sup>

A fazenda<sup>24</sup> era localizada numa área privilegiada, banhada pelo rio Paraguaçu e cercada por nascentes, riachos e fontes. Grandes morros contornavam a paisagem e a vegetação nativa dividia espaço com a plantação de cana de açúcar e o cultivo de gêneros de subsistência para a manutenção dos senhores, moradores e escravos.

Durante a administração do Comendador Pedro Rodrigues Bandeira, a situação com os escravos da fazenda foi por vezes conflituosa, o que evidencia que os cativos estavam

---

<sup>21</sup> APC: Avaliação de Joaquim Carvalhal, anexada em 02 de junho de 1902, ao inventário de Maria Luiza Gabe de Massarellos Moniz de Aragão, 1902-1912. Partilha amigável, seção judiciária. Cachoeira- incompleto: 1 doc. fl.127, ebt. 05 cx. 241. Consultado em 14/09/2010, pg. 53.

<sup>22</sup> Sobre esta avaliação ver APC: Inventário de Francisco Moniz Barreto de Aragão Jr., 1944-1954, Cachoeira, Bom: 1 doc. fl. 135, proc. 2736, ebt. 03, cx. 241. p.49.

<sup>23</sup> Ver APC inventário de: Egas Moniz Barreto de Aragão, 1871-1900, Distrito de São Tiago do Iguape, Cachoeira, regular: 1 doc. fl.180, proc.1544, ebt.02, cx.158. Consultado em 12/08/2010.

<sup>24</sup> PINTO, Francisco Eduardo. *A Hidra de Sete Bocas*. Sesmeiros e posseiros em conflito no povoamento das Minas Gerais (1750-1822). Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014. 492p. O autor analisa o início do uso do termo fazenda, atribuído desde o período colonial à grande extensão de área agricultável com criação de animais, dentre outros aparatos.

descontentes e prontos para lutar por mudanças na situação em que se encontravam. Uma revolta escrava, talvez a mais significativa delas, ocorreu em 22 de março de 1827:

Sobre a revolta de Cachoeira há notícias mais detalhadas, mas assim mesmo cheias de lacunas. Segundo correspondências do juiz de fora e da Câmara de Cachoeira para o presidente da Província, entre oito e nove horas da noite de 22 de março de 1827, sublevaram-se os escravos do engenho Vitória, localizado a apenas seis quilômetros da vila de Cachoeira, as margens do Paraguaçu, propriedade do riquíssimo comerciante e armador Pedro Rodrigues Bandeira. Fundado em 1812, em plena expansão da economia açucareira, o Vitória era um grande engenho, movido a água, possuindo uma ampla sede de dois pavimentos e centenas de escravos que se espremiavam em duas pequenas senzalas. Os rebeldes mataram o feitor e um seu irmão, o que talvez indique uma reação dos escravos a tirania do chicote. O levante parou aí, mas num primeiro momento correram a notícia de que os escravos de três outros engenhos vizinhos (Buraco, Moinho e Conceição) do mesmo Bandeira estariam combinados com os do Vitória para uma revolta conjunta.<sup>25</sup>

O Engenho da Vitória foi palco de uma revolta escrava em 1827. Segundo o trabalho de Reis, haveria a hipótese de que os demais engenhos do Comendador estariam se articulando para uma ação conjunta, hipótese esta não comprovada. O que podemos considerar é que mesmo com as distâncias geográficas entre os engenhos, havia uma comunicação entre os cativos<sup>26</sup>, ainda que fossem de nações diferentes (no caso dos africanos), isto não foi capaz de inibir as trocas de experiência, seja sobre o processo de articulação ou mesmo sobre os atos praticados.

O Comendador Pedro Rodrigues Bandeira era proprietário de outros três engenhos na mesma região, os Engenhos Buraco, Moinho e Conceição, que concentravam um grande contingente escravo<sup>27</sup> e aglutinavam uma série de aparatos e utensílios para a fabricação, armazenagem e manutenção da cultura açucareira nas suas mais distintas fases: plantio, limpa e corte da cana; olaria para a fabricação de tijolos e telhas; cultivos de gêneros de

<sup>25</sup> REIS, João José. *Recôncavo Rebelde: Revoltas escravas nos engenhos baianos*. *Afro-Ásia*, 1989, p.100-126. P. 113.

<sup>26</sup> GOMES, Flávio dos Santos. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Revista Ambiente & Sociedade*, Ano V - No 10 – 1º Semestre de 2002, 1-10p. p2. Flávio dos Santos Gomes (1996a:36) explicita tal diversidade ao forjar o conceito de campo negro: *(uma complexa rede social) permeada por aspectos multifacetados que envolveu, em determinadas regiões do Brasil, inúmeros movimentos sociais e práticas econômicas com interesses diversos*.

<sup>27</sup> Sobre o contingente escravo, ver o próximo capítulo: O Engenho.

subsistência; fabricação de azeite de dendê e fabricação de farinha de mandioca e seus derivados.

A administração do Comendador Pedro Rodrigues Bandeira se estendeu entre os anos de 1812 a 1835, ano de sua morte<sup>28</sup>. Como declarou-se solteiro, listou em seu testamento seus bens, incluindo os engenhos localizados ao longo da Bacia do Iguape. Após o arrolamento do inventário, sua sobrinha Tereza Clara Viana Barreto de Aragão recebeu na forma de herança, no ano de 1860, a Fazenda Nossa Senhora da Vitória, incluindo seu engenho e os cativos, e ainda os engenhos Buraco e Conceição e parte das terras do engenho denominado Moinho.<sup>29</sup>

Os Barreto de Aragão estabeleceram residência no casarão do Engenho da Vitória desde então (1860), dando início a um período de intensas transformações na propriedade, com o aprimoramento das técnicas de produção do açúcar e a diversificação da produção com a fabricação de aguardente e construção de uma olaria para a feitura de tijolos, estes destinados a melhorias estruturais da referida fazenda.<sup>30</sup>

A partir daquele ano, a nomenclatura “Fazenda Nossa Senhora da Vitória” aos poucos começara a entrar em desuso, permanecendo apenas “Engenho da Vitória”. Inclusive em documentos as terras passam a ser declaradas como pertencentes ao Engenho da Vitória: os Engenhos Buraco, Conceição e Moinho enquanto contíguos ao principal engenho.<sup>31</sup>

Os Moniz Barreto de Aragão representavam a elite numa região conceitualmente caracterizada por “Recôncavo Açucareiro”<sup>32</sup> da Bahia por mais de um século e em vários aspectos, dentre os quais destaco: a riqueza econômica mantida através das propriedades rurais, notadamente os engenhos que possuíam, além dos vários imóveis urbanos que

---

<sup>28</sup> Pedro Rodrigues Bandeira nasceu em Salvador-BA, em 22 de novembro de 1768, filho de Pedro Rodrigues Bandeira e Ana Maria de Jesus Magalhães Correia Lisboa, ele português e ela filha de influente família baiana. Irmão de Joaquina, Clara Caetana e Maria da Encarnação. Clara Caetana Bandeira, Baronesa do Rio das Contas, casada com Francisco Vicente Viana, 1º barão do Rio das Contas. Sobre a genealogia de Pedro Rodrigues Bandeira, ver: <https://sites.google.com/sndeira/geracao-1>. Consultado em 24/10/2013.

<sup>29</sup> Ver: Registro de Terras de Pedro Rodrigues Bandeira, Cachoeira, 03 de março de 1860. Cartório de Registros de Imóveis e Hipotecas, Cachoeira-BA.

<sup>30</sup> Sobre os investimentos em infraestrutura do engenho, ver inventário de Maria Luiza Gabe de Massarellos Moniz de Aragão, 1902-1912. Partilha amigável, seção judiciária. Cachoeira- incompleto: 1 doc. fl.127, ebt. 05 cx. 241. Consultado em 14/09/2010

<sup>31</sup> Mais especificamente a partir do inventário de Egas Moniz Barreto de Aragão, 1871-1900, Distrito de São Tiago do Iguape, Cachoeira, regular: 1 doc. fl.180, proc.1544, ebt.02, cx.158.

<sup>32</sup> Conceito observado na obra: SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial, 1550- 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1985. p.474

detinham<sup>33</sup>; os casamentos realizados por seus membros, que faziam com que fosse reforçada a manutenção destes bens, além de anexarem outros igualmente importantes.

Desde o século XIX, gerações desta família vem acumulando títulos de nobreza, conquistados no período imperial, o ingresso de alguns membros em irmandades e a representatividade política no período<sup>34</sup>. A exemplo de Egas Moniz Barreto de Aragão que era o Barão do Paraguaçu, Fidalgo e Cavalheiro da Casa Imperial. Enquanto seu neto, Francisco Moniz Barreto de Aragão Jr., acumulou os títulos de irmão Terceiro de São Francisco do Carmo dos Santos (Cachoeira), Mantenedor da Santa Casa da Misericórdia da Bahia (sede em Cachoeira) e de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira.

Como os engenhos representavam um grande empreendimento industrial para o período (século XIX), o próximo item desta dissertação irá abordar de forma mais detalhada os Engenhos da Vitória e Buraco que constituíam a propriedade herdada pelos Barreto de Aragão.

## 1.2 Os engenhos da Vitória e Buraco

O Engenho da Vitória foi fundado pelo Comendador Pedro Rodrigues Bandeira, grande empreendedor que, com astúcia e visão, ajudou a promover o desenvolvimento da

---

<sup>33</sup> Inventário de Francisco Moniz Barreto de Aragão Jr., 1944-1954, Cachoeira, Bom: 1 doc. fl. 135, proc. 2736, ebt. 03, cx. 241. Acerca dos imóveis localizados em áreas urbanas da família Moniz Barreto de Aragão, conferir: Além da Usina Vitória do Paraguaçu (com 3.158 tarefas que incluem casas, olaria, máquinas e a destilaria), constam na relação de bens: Engenho do Buraco, 2/5 da Fazenda Varginha em São Félix, 1/5 do Eng. Cassarangongo- São Sebastião em Santo Amaro, um terreno em Pombal – situado em Caldas do Cipó - BA, casa nº3 e os sobrados nº2 e 4 na rua Ana Neri- Cachoeira, os sobrados nº2 e 4 na rua 13 de Maio em Cachoeira, casa nº10 na Travessa Comendador Assis em Cachoeira, sobrados nº 13 e 17 na rua 7 de Setembro em Cachoeira, casa nº 23 na rua do Carmo, casas nº 1 e 1A rua do Caquende em Cachoeira, casa nº 25 na rua Direta da Piedade em Salvador, BA. Dinheiro: Caixa \$2.166,93 cruzeiros + juros a contar 1935; Banco Administração- matriz- Bahia: \$22.330,50 cruzeiros; Banco do Brasil- São Félix \$ 10.344,20 cruzeiros; Banco Administração- filial: Cachoeira \$19.759,80 cruzeiros. Aluguéis: casa nº17 na Rua 7 de Setembro no valor \$1.600,00 cruzeiros devidos pela Navegação Baiana; Pedreira arrendada aos Srs. Leonardo de Almeida Costa e Cantídio Teixeira. Títulos: 20 apólices federais no valor \$1.000,00 cruzeiros cada e 159 apólices estaduais no valor \$500,00 cruzeiros cada. APC: Arquivo Público da Cachoeira, Cachoeira- Bahia.

<sup>34</sup> Sobre o envolvimento em ações políticas, Francisco Moniz Barreto de Aragão Jr. apoiou e custeou a construção do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia. Esta informação foi cedida por Alberto Alves Passos, Engenheiro Agrônomo e ex-prefeito da cidade de São Félix-BA, em sua infância conviveu com familiares próximos dos Moniz Barreto de Aragão, inclusive seu pai, Alberto Alves, provedor da Santa Casa de Misericórdia de São Félix (faleceu aos 94 anos, nos meados da década de 1990), mantinha correspondências com Francisco Moniz Barreto de Aragão Jr. Estes dois visitavam-se com frequência. Como também era amigo do interventor da massa falida da Usina Vitória do Paraguaçu, Armando Gois. Alberto relata que, em toda sua infância e adolescência, tinha a curiosidade de ler as correspondências trocadas entre seu pai e os Moniz ou mesmo com o interventor Armando Gois, mas a grafia do interventor só seu pai a entendia. Relato em abril de 2014.

indústria canavieira na região do Recôncavo da Província da Bahia. Este destaque, afirma Rocha (2002, p. 34), rendeu-lhe o título de comendador, ou seja, ascensão no cenário político, assegurado pelo Imperador Pedro I, representante do Brasil nas cortes de Portugal, diretor da Casa da Moeda, Secretário do Exército da Independência e Fundador da 1ª Companhia de Vapores da Província da Bahia.<sup>35</sup>

Reunindo pessoas e experiências distintas que se encontraram fazendo surgir as comunidades, o engenho representou para esta parte do Recôncavo mais que um empreendimento comercial. Podemos observar no mapa 1 a seguir, na extensão do Vale e Bacia do Iguape, os engenhos que faziam parte da paisagem deste lado do Recôncavo:

## Localização dos Engenhos



Mapa 1: Localização dos Engenhos na Bacia e Vale do Iguape, Fonte: Associação Moradores Eng.Vitória. Adaptado por: Jôsy Barcellos Miranda, 2013.

<sup>35</sup> Esta companhia construiu o primeiro vapor baiano que fazia a travessia Cachoeira – Salvador. Era o Vapor Cachoeira que, em 1819, realizou a primeira travessia em dez horas. Ver ROCHA, Rubens. **A Fascinante Cachoeira: Jóia do Recôncavo Baiano**. Bahia: Grasb - Gráfica Santa Bárbara LTDA. 2002, p. 34.

No mapa exposto podemos observar ao longo do Vale do Iguape, entre os Engenhos da Ponta e o Engenho Central, que os engenhos não estavam distantes uns dos outros. A própria geografia demonstra isto, numa análise sem escalas ao mapa. Neste sentido, posso supor que havia uma preocupação dos senhores em manter a ordem em suas terras, esta ordem relacionada ao controle dos escravos de suas propriedades, evitando revoltas.

Sobre a composição escrava do Engenho da Vitória, é preciso acessar dados mais antigos, sobretudo da primeira metade do século XIX. Estas fontes encontradas no trabalho de João José Reis (1989) indicam que:

Em 1825 lá viviam quatro escravos pardos, cento e trinta e três crioulos, trinta e oito mulheres pardas, dez crioulas e trinta e duas africanas. Não havia sequer um homem africano, o que indica atitude deliberada de afastamento dos escravos de além-mar.<sup>36</sup>

Neste período, mesmo predominando a presença de escravos crioulos, podemos constatar a presença de pardos e mulheres africanas, porém não havia dentre os escravos recenseados homens africanos, evidenciando assim um processo de criouliização. Em outro censo realizado no ano de 1835 para o mesmo engenho, a situação dos escravos declarados ao recenseamento era a seguinte:

No censo de 1835 do Iguape, os então 241 escravos do engenho estavam assim distribuídos: 99 africanos, 24 crioulos, 64 africanas, oito crioulas, além de 45 crianças menores de dez anos, de ambos os sexos, nascidas na Bahia, principalmente de mães nascidas na África. Entre homens e mulheres adultos, portanto a força de trabalho do engenho, nada menos que 83% eram africanos.<sup>37</sup>

Poderia ter vários significados essa transformação da mão de obra em uma década: a troca geracional, a venda de crioulos, mais caros que os africanos, transação de vantagem para acúmulo de capitais. Assim como a presença de africanos de diferentes partes do continente

---

<sup>36</sup> REIS, João José. Recôncavo Rebelde: Revoltas escravas nos engenhos baianos. **Revista Afro-Ásia**, p100-126.

p114

<sup>37</sup> Idem, p115.

africano que não falavam o mesmo idioma poderia, de certa, forma coibir as tentativas de revoltas entre os cativos<sup>38</sup>.

Estes escravos estavam distribuídos em uma propriedade que se estendia por 3.158 (três mil cento e cinquenta e oito) tarefas de terra<sup>39</sup>, tendo incorporado os engenhos Conceição e Buraco já no século XIX.<sup>40</sup> Sobre o Engenho da Conceição, poucos dados foram encontrados: limitava-se ao norte com o engenho São Carlos do Navarro (hoje bairro do Tororó em Cachoeira); a oeste, com o Rio Paraguaçu; a sul, com o Engenho Vitória e, do engenho Vitória, com a Terra Vermelha ou Guaíba (NASCIMENTO, 2007, p. 86). Destes contíguos, o mais importante e com aparelhagem de ponta era o Engenho Buraco, também contíguo ao Engenho da Vitória.

### 1.2. 1 O Engenho Buraco

O Engenho Buraco fora adquirido ainda nas primeiras décadas do século XIX sob administração do Comendador Pedro Rodrigues Bandeira. Mais de um século depois, este engenho possuía as seguintes descrições encontradas no espólio de Francisco Moniz Barreto de Aragão Jr., em 1944:

Engenho Buraco distrito do Iguape deste termo com casas e benfeitorias, dividindo-se ao Norte com a Usina Vitória do Paraguaçu, a Leste com a Fazenda Soares e sítios Lourenço Dias, Vítor Souza, João Pereira e Lino Pereira, ao Sul com a Fazenda Monte Alegre e a Oeste com o rio Paraguaçu.<sup>41</sup>

O Engenho Buraco está muito próximo da margem esquerda do rio Paraguaçu, como podemos observar no mapa presente neste item. Este engenho também possuía uma grande olaria que, segundo relatos orais de moradores do Engenho da Vitória, fornecia uma grande quantidade de tijolos para a construção de casas e consertos de paredes para as demandas da

---

<sup>38</sup> A lei que proíbe o tráfico data de 1831, mas percebemos que, dos 241 escravos do Engenho da Vitória em 1835, 163 eram africanos, adultos e de ambos os sexos, contrariando uma lógica da proibição do tráfico, muitos africanos entraram no Recôncavo em direção aos engenhos. Um processo de africanização da mão de obra escrava, o que vai contra aos estudos de Nicolau Parés que mostra que após 1831 houve um processo de crioulização.

<sup>39</sup> Tarefa é utilizada para medir grandes extensões de terra. Na Bahia a tarefa corresponde a uma área de 30 x 30 braços ou uma tarefa é igual a 4.356m<sup>2</sup>.

<sup>40</sup> Ver: Registro de Terras de Pedro Rodrigues Bandeira, Cachoeira, 03 de março de 1860. Ver: Cartório de Registros de Imóveis e Hipotecas, Cachoeira-BA. Atualmente as terras relativas a estes antigos engenhos correspondem respectivamente às comunidades de Alto da Conceição e Engenho do Buraco.

<sup>41</sup> APC: Descrição do Engenho Buraco, em: inventário de Francisco Moniz Barreto de Aragão Jr., 1944-1954, Cachoeira, Bom: 1 doc. fl. 135, proc. 2736, ebt. 03, cx. 241. p.12

usina, além de fabricar telhas. Atendia também às demandas exigidas por outros engenhos como o Conceição, Moinho<sup>42</sup> e Vitória.

Tais aparatos necessitavam de mão-de-obra em número suficiente para atender às necessidades do engenho. Em um censo realizado no ano de 1825, possuía os seguintes escravos:

(...) Já no vizinho engenho Buraco, Bandeira (Pedro Rodrigues Bandeira) mantinha 96 africanos entre 120 escravos do sexo masculino. Das 79 escravas, quarenta eram da África. (REIS, 1989, p. 115)

A partir destes dados podemos concluir que o Comendador Pedro Rodrigues Bandeira possuía um grande contingente de escravos, se pensarmos apenas em dois dos seus quatro engenhos<sup>43</sup>. À parte isso, ainda detinha negócios em outras áreas, como o transporte marítimo de passageiros e cargas.

O Engenho Buraco agregava casa-grande, engenho e seus maquinários, olaria, casa de farinha, senzala, tanque para armazenamento de água (levada), dentre outros aparatos. Existe um hiato documental que nos revele detalhes sobre os aspectos deste engenho nos finais do século XIX e início do período republicano. No entanto, durante o processo que culminou na extinção da Usina Vitória do Paraguaçu<sup>44</sup>, entre 1944-1960, houve um intenso movimento de saída de trabalhadores e moradores das terras do engenho Buraco.

Como parte das terras do Engenho Buraco fazia fronteira com as fazendas Soares e sítios Lourenço Dias, Vítor Souza, João Pereira e Lino Pereira, e ao Sul com a Fazenda Monte Alegre, segundo a memória local da Comunidade do Engenho da Vitória, uma fração destes trabalhadores encontrou trabalho nestas fazendas, outra adquiriu terras no Tabuleiro da Vitória e na Imbiara:

Aqui na Vitória e lá no Engenho Buraco as coisas se complicaram com o fim da usina, as pessoas foram logo embora, ainda tentaram prosseguir com uma pedreira, mas nos anos 2000 não funcionava mais. E novamente os poucos

---

<sup>42</sup> Durante a realização desta pesquisa, não encontrei muitas fontes que revelassem maiores detalhes sobre estes engenhos. Compreende-se que como o marco de fundação da Fazenda Nossa Senhora da Vitória encontra-se nas terras denominadas “Engenho da Conceição”, acredito que este engenho juntamente com o Vitória faziam parte de um todo.

<sup>43</sup> Não possuo dados que revelem a quantidade de escravos dos engenhos Conceição e Moinho no período em que pertenceu ao Comendador Pedro Rodrigues Bandeira, ou mesmo quando estava sob os domínios da família Moniz Barreto de Aragão.

<sup>44</sup> Próximo item a ser abordado neste capítulo.

que ainda trabalhavam lá foram embora, hoje, ao lado do antigo engenho só tem um morador, vive sozinho.<sup>45</sup>

Segundo dados obtidos pelo censo do IBGE (2010), o Engenho Buraco teve um total de sete (7) endereços encontrados, com quatro (4) domicílios particulares, dois (2) estabelecimentos agropecuários, e um (1) estabelecimento de outra finalidade. Quantidade estimada de quinze (15) moradores nesse logradouro, com rendimento médio estimado por morador de R\$ 165,51 (cento e sessenta e cinco reais e cinquenta e um centavos). Esta quantidade de moradores reside numa faixa fronteira à comunidade do Tabuleiro da Vitória, chamada Estrada do Tabuleiro, que possui um (1) endereço residencial e um (1) estabelecimento de ensino.<sup>46</sup> Sendo que no largo do Engenho Buraco reside apenas um morador.

Depois de dois séculos e destes dados, hoje, em 2014, grande parte da propriedade que responde ao Engenho Buraco pertence ao fazendeiro Jurandir Paim. Este adquiriu as terras de outro fazendeiro chamado Arquimenes Augusto Barreto, segundo a memória local pesquisada no Engenho da Vitória. As terras do Engenho Buraco foram herdadas por Arquimenes ainda na década de 1950, durante a conclusão do inventário de seu padrinho Francisco Moniz Barreto de Aragão Jr arrolado entre os anos de 1944-1954.<sup>47</sup>

Arquimenes Augusto Barreto ajuizou uma ação contra a Usina Vitória do Paraguaçu em 1952, requerendo o pagamento das canas fornecidas a ela. A ação foi julgada pela Sala das Sessões das Turmas de Julgamento da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, aos dezesseis dias do mês de dezembro do mesmo ano:

Considerando que o extrato de conta da usina Vitória do Paraguaçu, a fls. 4 e 5 destes autos, confirma não só o crédito a que tem direito o reclamante, como ainda demonstra haver a referida fabrica descontado, ilegalmente, 10% nos fornecimentos feitos na safra 1947-48, no total de 1.795.580 quilos: considerando que a própria usina reclamada reconhece, pelo documento de fls. 27 a regularidade do referido extrato de contas; considerando, entretanto,

---

<sup>45</sup> Entrevista com o senhor José de Jesus, abril, 2014.

<sup>46</sup> Fonte: IBGE, 2010.

<sup>47</sup> Jurandir Paim compra as terras do fazendeiro Arquimenes. Segundo a memória local, ele era afilhado de Francisco Moniz Barreto de Aragão Jr. que faleceu em 31 de dezembro de 1943, sendo o último proprietário do Engenho da Vitória. Segundo relatos orais de moradores da geração dos mais velhos do Engenho da Vitória, Arquimenes era o administrador do Engenho Buraco, dedicou-se integralmente ao empreendimento, residindo inclusive na antiga casa grande. Obviamente receber o engenho na forma de herança foi uma tentativa de recompensá-lo pelos anos de trabalho e dedicação.

que a reclamada deixou de comparecer à ausência de instrução do presente processo, anteriormente adiada, a seu pedido, por duas vezes consecutivas; considerando que os elementos constantes dos autos comprovam que a importância a ser paga ao fornecedor reclamante é de Cr\$ 60.208,20, sendo Cr\$ 48.985,80 correspondente às canas fornecidas a Cr\$ 11.222,40 relativa ao desconto ilegal já referido, acorda, por unanimidade de votos, em julgar procedente a reclamação, para o efeito de ser a Usina Vitória do Paraguaçu condenada a pagar ao reclamante, a importância de Cr- 48.985,80, correspondente ao crédito a que tem direito por falta de pagamento das canas fornecidas, acrescido da quantia de Cr\$ 11.222,40, descontada ilegalmente ao mesmo fornecimento e mais os juros de mora de 6% ao ano, estabelecido no parágrafo único do art. 11, do Decreto-lei 6.969, de 19-10-1944, sobre o valor das canas recebidas e não pagas.<sup>48</sup>

A sede do antigo engenho datado do século XIX não existe mais, apenas vestígios, uma alvenaria aqui e outra acolá, a vegetação nativa esconde elementos que contam partes da história das muitas fases da cultura açucareira no Recôncavo da Bahia.

Na contemporaneidade, apenas uma residência localizada nos arredores do antigo engenho encontra-se em condições de uso. Ocupada pelo senhor Manoel dos Santos, com idade de 60 anos, solteiro, não tem filhos, tem problemas auditivos e trabalha desde os finais da década de 1970 nas terras do fazendeiro Jurandir Paim<sup>49</sup>.

O senhor Manoel dos Santos natural do Engenho da Vitória é filho dos senhores Ernesto e Zuleide dos Santos (falecidos) que, ao filiar-se no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira em 07 de maio de 1983, declaram-se meeiros<sup>50</sup> com o já referido Jurandir Paim.

Podemos observar que duas gerações de uma mesma família possui uma história de trabalho vinculada ao fazendeiro Jurandir Paim, o fato de terem se declarados meeiros com

---

<sup>48</sup> Diário Oficial da União. 16 de dezembro de 1952. Processo: P. C. 55-51 — Estado da Bahia, ACÓRDÃO N' 1.929. Sala das sessões das Turmas de Julgamento da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool. Disponível em: <http://dou.jusbrasil.com.br> acesso em 02/12/2013. Este processo demonstra uma das fases de colapso financeiro em que se encontrava a Usina Vitória, colocando em situação de embate jurídico os membros da família.

<sup>49</sup> O senhor Manoel dos Santos não tem esposa ou filhos, e divide espaço com dez cachorros, uma mula e um cavalo, quatro galinhas e uma vaca. Recebe o apenas uma visita quinzenal do fazendeiro Jurandir Paim, que lhe traz mantimentos e remédios, após o falecimento de seus pais Ernesto e Zuleide dos Santos no início dos anos 2000. Todos naturais do Engenho da Vitória.

<sup>50</sup> Sobre o conceito de meeiro, ver no capítulo II desta dissertação, assim como outras categorias de trabalhadores rurais declaradas por membros da comunidade do Engenho da Vitória. Tanto Ernesto dos Santos quanto seu filho, Manoel dos Santos, realizaram suas respectivas filiações no mesmo dia, 07 de maio de 1983 ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira e ambos declararam ser meeiros nas terras do Engenho do Buraco com Jurandir Paim. Ambos ainda declararam não ser alfabetizados e o local de nascimento ser o Engenho da Vitória.

este fazendeiro mostra as muitas faces das relações de trabalho ainda desenvolvidas no meio rural.

Importante também perceber a mobilidade dos sujeitos por todo o território que compreendia a Fazenda Nossa Senhora da Vitória. O senhor Ernesto e a senhora Zuleide dos Santos, pais do senhor Manoel dos Santos, ambos naturais do Engenho da Vitória, em tese, descendentes de ex-cativos do mesmo engenho, mudaram-se para o engenho vizinho (Engenho Buraco) e estabeleceram uma relação de trabalho que lhes garantiram acesso e permanência à terra.

Esta informação retrata uma das histórias vividas por homens e mulheres egressos da escravidão, que em um contexto de reconfigurações dos papéis sociais dos sujeitos buscaram, de certa forma, autonomia, emancipação econômica e direitos.

Mas não podemos pensar apenas no que aconteceu ao material humano em meio aos processos estabelecidos com o fim da escravidão e início do período republicano no Brasil. Observando o que aconteceu com a estrutura física dos engenhos, pouco sabemos, apenas que no processo de abandono por parte dos senhores dos engenhos móveis, maquinários e demais utensílios foram reaproveitados em diferentes situações<sup>51</sup>.

Sobre o Engenho Buraco, parte dos utensílios utilizados ainda permanecem na propriedade, como é o caso de uma caldeira de origem inglesa encontrada durante as pesquisas de campo, reaproveitada agora como reservatório de água.

---

<sup>51</sup> Depoimentos recolhidos pela memória local do Engenho da Vitória relataram que utensílios, parte da mobília do casarão, maquinários da usina, entre outros, foram saqueados na tentativa de um possível ressarcimento das horas de trabalho que não foram pagas no período da crise econômica e administrativa enfrentada entre os anos de 1944-1954.



Imagem 1: Caldeira sendo utilizada como reservatório de água. Adaptado por Jôsy Barcellos Miranda, 2013.



Imagem 2: Miles Coulson C.O, London. Mesmo sem data podemos identificar o fabricante e a origem da caldeira. Adaptado por Miranda, J.B. 2013.

Observando atentamente as instalações presentes nas terras denominadas Engenho Buraco, localizei outros vestígios das atividades produzidas ali. Observe as imagens a seguir:



Imagem 3: No detalhe, um canal e uma ponte, à direita, pilares que formavam a estrutura do antigo Engenho Buraco. Adaptado por MIRANDA, 2013.



Imagem 4: Prensa de uma antiga casa de farinha. Atendendo a uma necessidade de produção de alimentos para manter a escravaria e demais empregados. MIRANDA, J. B., 2013.

A primeira e segunda imagens mostram uma caldeira inglesa sendo utilizada como reservatório de água, a terceira um canal construído em pedra para a passagem da água que movia o engenho, a quarta imagem uma prensa onde a pasta obtida com a mandioca ralada era depositada para retirar o excesso de umidade. Segundo a memória local, a casa de farinha

possuía grande capacidade de produção e atendia não apenas ao Engenho Buraco como também ao Engenho da Vitória.

Obviamente que estes utensílios receberam reparos ao longo dos anos em que funcionavam, assim como as residências e casas para armazenagem de máquinas, ferramentas e mantimentos passaram por reformas e ampliações. Isto explica a longevidade de alguns itens acima citados, cuja maioria é datada do século XIX. A exemplo de uma casa para o caixeiro reedificada e avaliada em 400\$000 em 1902, a mesma residência passou por novos reparos e continua servindo de moradia na contemporaneidade.<sup>52</sup>

Como já expresse nesta dissertação, após anos à frente da administração do Engenho da Vitória, o Comendador Pedro Rodrigues Bandeira, que possuía outros empreendimentos de igual relevância,<sup>53</sup> transferiu, por herança, a posse do imóvel à sua sobrinha, a senhora Tereza Clara Viana Bandeira Moniz de Aragão,<sup>54</sup> esposa do Barão do Paraguaçu Salvador Moniz Barreto de Aragão, que permaneceu na posse dos descendentes diretos da família Moniz de Aragão entre os anos 1860 a 1960. E é sobre a administração dos Moniz Barreto de Aragão que se deterá o próximo item: a Usina Vitória do Paraguaçu.

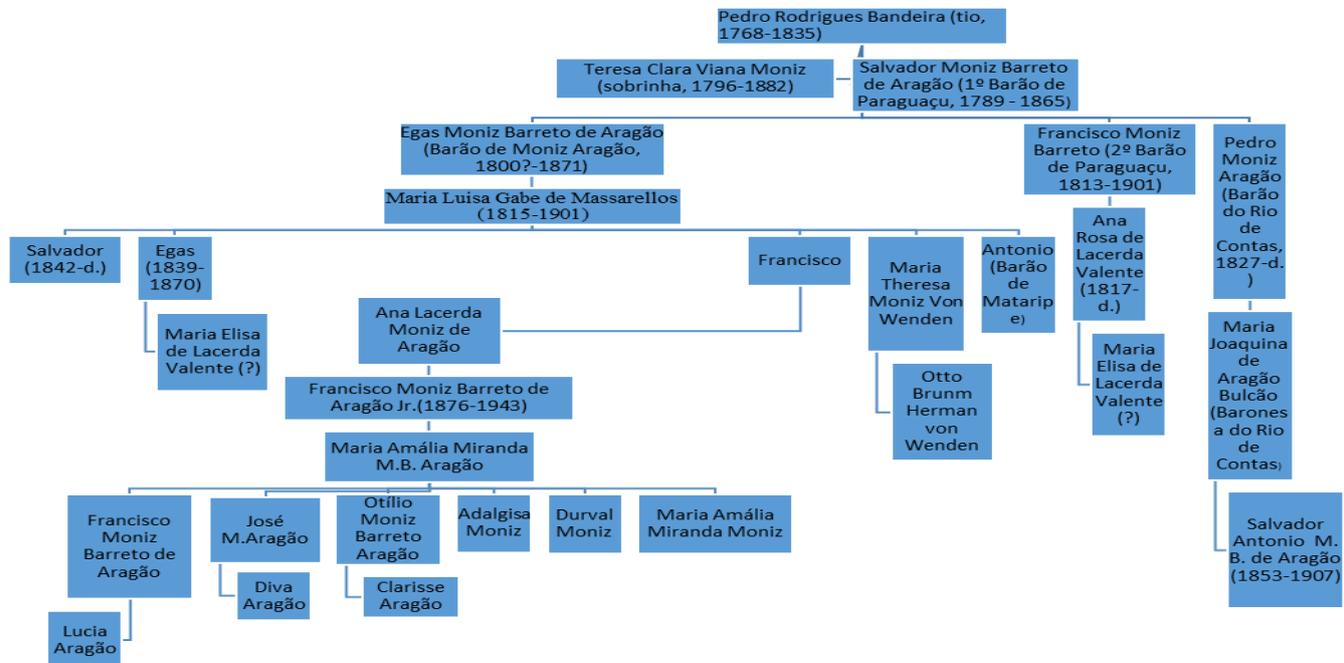
---

<sup>52</sup> Sobre esta casa, ver: Inventário de Maria Luiza Gabe de Massarellos Moniz de Aragão, 1902-1912. Partilha amigável, seção judiciária. Cachoeira- incompleto: 1 doc. fl.127, ebt. 05 cx. 241. p.46. Atualmente reside uma senhora com uma neta, seus pais foram funcionários da Usina Vitória do Paraguaçu, ambos nasceram no Engenho da Vitória.

<sup>53</sup> Refiro-me aqui à Companhia de Vapores da Bahia.

<sup>54</sup> Registro de Terras, Cachoeira, 03 de março de 1860, onde consta a doação lavrada em cartório na forma de herança. Ver: Cartório de Registros de Imóveis e Hipotecas, Cachoeira-BA.

### 1.3 Os Moniz Barreto de Aragão



Genealogia dos Moniz Barreto de Aragão, 1768-1950. Fonte: Miranda, Jôsy Barcellos, 2014.

Analisaremos alguns pontos da administração e descendência dos Moniz Barreto de Aragão. O casal Tereza Clara Viana Bandeira e o Barão do Paraguaçu, Salvador Moniz Barreto de Aragão, estabeleceram residência no Engenho da Vitória ainda na década de 1860.<sup>55</sup> Herdaram este e os contíguos Buraco, Conceição e Moinho, e os tornam ainda mais prósperos e com aparelhagens modernas.

Procurei delimitar as pesquisas acerca da família Moniz Barreto de Aragão entre os anos de 1870-1960. Durante a leitura do inventário de Egas Moniz Barreto de Aragão (1871-1900), filho de Salvador com Tereza, pude adentrar no universo desta família até a década de 1960 do século XX.

<sup>55</sup> Sobre este período encontrei poucas informações.

Com o título de Barão Moniz Aragão, Egas Moniz Barreto de Aragão, avô paterno de Francisco Moniz Barreto de Aragão Jr., último proprietário das terras correspondentes ao Engenho da Vitória, possuía grandes propriedades, incluindo alguns engenhos no Recôncavo da Bahia. Egas Moniz Barreto de Aragão era casado com Maria Luiza Gabe Massarellos Moniz Barreto de Aragão, de ascendência alemã, com quem teve cinco filhos: Salvador, Egas, Antônio, Francisco e Maria Thereza.

Além do baronato, Egas Moniz Barreto de Aragão também possuía o título de Fidalgo e Cavalheiro da Casa Imperial, era membro da irmandade da Ordem Terceira do Carmo em Cachoeira, engenheiro civil e proprietário de engenhos. Faleceu em 20 de junho de 1871. Tanto a certidão de óbito quanto o inventário foram arrolados no cartório do Distrito de Santiago do Iguape em Cachoeira-BA. Durante a leitura do inventário, encontrei uma petição anexada em 17 de fevereiro de 1872 onde foi apresentada a carta de alforria do escravo Benedito que residia no Engenho Madruga. Dias antes, em 06 de fevereiro do mesmo ano, foi anexado ao processo a certidão de óbito do escravo Domingos, residente no Engenho Mataripe, em ambos os casos sem especificar as motivações.

Este inventário demorou vinte e nove anos para ser executado, e foi concluído em 17 de março de 1900. A liquidação do inventário foi concluída tendo como procurador Francisco Moniz Barreto de Aragão, filho e herdeiro de Egas. A senhora Maria Luiza Gabe de Massarellos Moniz de Aragão, após a morte de seu marido, o Barão Moniz de Aragão, voltou para a Alemanha e viveu seus últimos dias em Hamburgo, de onde escrevera seu testamento com o apoio do consulado brasileiro em 27 de fevereiro de 1895 no qual deixava a propriedade do Engenho da Vitória em Cachoeira-BA a seu filho Francisco Moniz Barreto de Aragão, pai de Francisco Jr. Consta também em seu atestado de óbito que: “*Morrera tranquila em Hamburgo, Alemanha na tarde de 18 de janeiro de 1901*”.<sup>56</sup>

Após a morte de Egas Moniz Barreto de Aragão, em 20 de junho de 1871, seu filho que carregava o mesmo nome Egas, tomou posse do engenho Cassarangongo, assumiu o baronato e adquiriu os engenhos de Mataripe e Maracangalha,<sup>57</sup> mas ambos os engenhos não aparecem nos inventários pesquisado. Egas fixou residência na região denominada de São

---

<sup>56</sup> APC, ver: Inventário de Maria Luiza Gabe de Massarellos Moniz de Aragão, 1902-1912. Partilha amigável, seção judiciária. Cachoeira- incompleto: 1 doc. fl.127, ebt. 05 cx. 241. p.2. Além do imóvel referente ao Engenho da Vitória, deixado por Maria Luiza Aragão, consta no inventário ouro, jóias e prata distribuídos em bancos de Hamburgo e em outras cidades europeias.

<sup>57</sup> FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade**. 2006. Sobre a posse destes engenhos e os problemas referentes às invasões e saques de ex-escravos, ver principalmente o capítulo: “O 13 de maio e os dias seguintes”. p.123-164.

Francisco do Conde, Bahia. Enquanto Salvador mudou-se para Hamburgo na Alemanha de onde não mais retornou. Em 15 de abril de 1902, foi anexada ao inventário de Maria Luiza Gabe de Massarellos Moniz de Aragão uma petição na qual Anna Moniz Aragão de Pouques requeria a parte que cabe ao seu pai Salvador (já falecido) no espólio deixado por Maria Luiza Gabe de Massarellos Moniz de Aragão.<sup>58</sup>

Maria Thereza Moniz Von Wenden, única filha de Egas e Maria Luiza Moniz de Aragão, casou-se com Otto Brunm Herman von Wenden, oficial de infantaria em Hamburgo na Alemanha.<sup>59</sup> Sobre Antônio Moniz Barreto de Aragão, este foi agraciado Barão de Mataripe, residindo no engenho do mesmo nome, não encontrei dados acerca da data do seu falecimento.

Francisco Moniz Barreto de Aragão era casado com Ana Lacerda Moniz de Aragão, recebeu como herança de sua mãe, Maria Luiza Gabe de Massarellos Moniz de Aragão, a posse do Engenho da Vitória: – *Por conta de sua dedicação ao empreendimento e vontade de prosperar.*<sup>60</sup> Durante a administração de Francisco Moniz Barreto de Aragão que deu-se o início do processo de transformação do engenho em usina. Com o falecimento de Francisco, no início dos anos de 1920, seu filho Francisco Moniz Barreto de Aragão Jr. prosseguiu com a administração e investimentos na Usina Vitória do Paraguaçu.

Francisco Moniz Barreto de Aragão Jr. nasceu em 30 de abril de 1876, no Engenho da Vitória, primogênito de Ana Lacerda e Francisco Moniz Barreto de Aragão. Conviveu pouco tempo com a avó, Maria Luiza Gabe de Massarellos, pois ela havia se mudado para Hamburgo, Alemanha. Ainda jovem estudou em Salvador, formando-se engenheiro, retornou à residência da família no Engenho da Vitória ainda na década de 1900.

Francisco Jr. era membro da Irmandade da Ordem Terceira de São Francisco do Carmo, realizou inúmeras contribuições financeiras e ajudou na construção do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, foi um homem ligado à cultura e ao desenvolvimento intelectual. Casado com Maria Amália Miranda Moniz de Aragão, foram pais de seis filhos: Francisco, José, Otílio, Adalgisa (nascidos no Engenho da Vitória); Durval e Maria Amália

<sup>58</sup> APC. Inventário de Maria Luiza Gabe de Massarellos Moniz de Aragão, 1902-1912. Partilha amigável, seção judiciária. Cachoeira- incompleto: 1 doc. fl.127, ebt. 05 cx. 241. p.18. Anna Moniz Aragão de Pouques residia neste período em Bruxelas na Bélgica, era casada com um oficial belga e por ser a única herdeira de Salvador, Moniz Barreto de Aragão entrou com uma petição para ter o direito a herança cabível a seu pai deixada por Maria Luiza Gabe de Massarellos Moniz de Aragão.

<sup>59</sup> APC, *Idem.* p.21.

<sup>60</sup> APC, *Idem.* p.11. Maria Luiza Gabe de Massarellos Moniz Barreto de Aragão manifestou esta vontade em seu testamento escrito de próprio punho em Hamburgo na Alemanha.

(naturais de Salvador). Ambos residiam no casarão do engenho com o avô Francisco e a avó Ana Lacerda.

Durante a administração de Francisco Jr., houve uma retomada no processo de mecanização da produção na então Usina Vitória do Paraguaçu, incluindo a instalação de gerador de energia movido a gás, expansão do calçamento no largo do casarão e usina, criação do posto ambulatório para atendimentos aos moradores e funcionários da usina, cujo atendimento era realizado por dois de seus filhos que se formaram em medicina, o José e o Francisco. Francisco atuava em sua área e administrava juntamente com o pai a Usina Vitória do Paraguaçu, legitimando assim a política oligárquica. Sobre isso, a leitura que Eisenberg (1986) faz de Genovese é a de que:

Duas categorias de análise são muito explicativas para Genovese, o caráter social (paternalista, patriarcal) e o caráter burguês de uma classe dominante. No senhorialismo, uma fase transitória entre o escravismo e o capitalismo, a classe dominante realiza uma acumulação econômica, autoritária e o catolicismo romano prevaleceram, e reforçaram ideia de que o homem é fraco e dependente da sociedade, a qual ele sacrifica a sua liberdade individual e oferece a sua capacidade para o trabalho, em troca de proteção e defesa. No senhorialismo, o escravocrata residia na fazenda sua vida toda, e exercia o controle social através do paternalismo, comportando-se como chefe de uma família extensa na qual cada membro tinha suas obrigações. O senhor protegia e defendia os seus dependentes, enquanto estes forneciam-lhe rendas de trabalho, de produtos, ou até de dinheiro, e obedeciam à sua orientação na vida social e política.<sup>61</sup>

Esta prática, materializada com utensílios, bens e serviços, fez parte da dinâmica empregada com os moradores do Engenho da Vitória. Seus filhos Francisco e José formaram-se em medicina e exerceram dentro e fora<sup>62</sup> do Engenho da Vitória a profissão; Otílio formou-se em direito e advogou principalmente na cidade de Salvador.<sup>63</sup> Sobre Durval, não encontrei registro de sua formação, enquanto que Adalgisa e Maria Amália não se casaram ou

<sup>61</sup>EISENBERG, Peter L. Escravidão nas Américas: Genovese em Português. Revista Brasileira de História. São Paulo, 1986. 123-128p. p125

<sup>62</sup> José Moniz Barreto de Aragão clinicou durante um ano em Ilhéus, sul da Bahia, residindo em Pontal em um sobrado alugado, levando consigo a esposa Diva e uma empregada do casarão, a senhora Norberta.

<sup>63</sup> Otílio Moniz Barreto de Aragão advogado OAB- seção Bahia = nº da carteira 497; nº da inscrição 533. Fonte: Inventário de Francisco Moniz Barreto de Aragão Jr., 1944-1954, Cachoeira, Bom: 1 doc. fl. 135, proc. 2736, ebt. 03, cx. 241. p.22

tiveram filhos<sup>64</sup>. Adalgisa mudou-se para Alemanha, em Hamburgo, onde residiam alguns de seus familiares, faleceu e foi sepultada naquele país, assim como sua bisavó Maria Luiza Gabe de Massarellos Moniz de Aragão. Sobre Maria Amália, fontes locais evidenciam que viveu em um apartamento, localizado no bairro da Graça, em Salvador- BA.

Outras narrativas sobre esta família foram expressas durante as entrevistas, no trabalho de campo desta pesquisa. A exemplo do caso narrado pela senhora Norberta Ferreira Pereira:

Os filhos do velho Francisco eram todos casados, o doutor José era casado com dona Diva, uma mulher boa, generosa, fui com eles trabalhar em Ilhéus. Saímos daqui em um dia de sábado no vapor até Salvador e de lá fomos de avião para Pontal. Doutor José trabalhou por um ano e eu os acompanhei nesta empreitada. Já o doutor Otílio era casado com dona Clarice, uma mulher muito calada, enquanto ele era um homem ruim, bem rígido. Mas a tragédia aqui se deu com o doutor Francisco, a mulher dele, dona Lúcia sofria coitada de ciúmes, tiveram quatro filhos, mas dona Lúcia não aguentou e faleceu, foi suicídio, aqui todo mundo soube disso. As crianças do casal foram levadas para Salvador, na época. Os outros irmãos, o senhor Durval e a menina Amália eram meninotes, bem jovens, já a Gisa (Adalgisa) já era moça feita quando o pai faleceu.<sup>65</sup>

Fatos como estes foram narrados durante os trabalhos de campo e refletem sobre a visão que os funcionários possuíam acerca dos patrões, atitude esta bastante comum. Observar as experiências do outro, as vivências durante os acontecimentos e quais efeitos estes mesmos acontecimentos tiveram sobre o grupo, faz parte da vida em comunidade.

Antes de seu falecimento, em 31 de dezembro de 1943, Francisco Moniz Barreto de Aragão Jr. fez seu testamento em 18 de agosto de 1941, no qual deixou seus bens para seu filho primogênito, Francisco, *em retribuição por ter abdicado de sua profissão de médico para se dedicar a usina da família.*<sup>66</sup>

Após a morte do patriarca da família, ocorreram problemas de ordem administrativa. Na disputa pelo espólio, foi a inventariante Maria Amália Miranda Moniz de Aragão, viúva e mãe dos herdeiros, que iniciou a autuação em 16 de março de 1944, sendo concluído o

<sup>64</sup> Alguns membros desta família não deixaram nenhum descendente direto (filhos e netos), o próprio Pedro Rodrigues Bandeira faleceu solteiro.

<sup>65</sup> A senhora Norberta relatou estes fatos, mas não mencionou datas. Entrevista, 2012.

<sup>66</sup> Ver inventário de Francisco Moniz Barreto de Aragão Jr., 1944-1954, Cachoeira, Bom: 1 doc. fl. 135, proc. 2736, ebt. 03, cx. 241. p.12

processo do inventário apenas em 03 de novembro de 1954. Neste período, todos os herdeiros haviam seguido para Salvador, restando apenas na memória dos moradores e antigos funcionários que ficaram no abandono e com suas necessidades não supridas.

#### 1.4 Usina Vitória do Paraguaçu

O início do período republicano no Brasil representou uma fase de grande efervescência, com mudanças estruturais e entrada de novas tecnologias. Os anos após o fim da escravidão foram de incertezas e desafios para o “povo negro”. Lutas por espaços, acesso à terra, autonomia e liberdade religiosa estavam entre outras conjunturas às quais foram submetidos homens, mulheres e crianças.

Em Cachoeira, os anos após o fim da escravidão foram bastante tensos e com grandes dificuldades tanto no campo quanto na cidade. O tratamento oferecido aos libertos, bem como a nova realidade dos senhores sem seus oprimidos foram amplamente relatadas no trabalho de Fraga Filho (2006). Na propriedade denominada Engenho da Vitória, as primeiras décadas da República foram de grande movimentação.

Visando o aumento da produção e a entrada do Engenho da Vitória no rol do processo modernizador, a partir do ano de 1915 chegaram à propriedade novas máquinas, aparelhagem mecanizada que substituiria a roda-d’água através da qual funcionava o antigo Engenho da Vitória, dando lugar à Usina Vitória do Paraguaçu. Além desta aparelhagem, um gerador movido a gás produzia energia elétrica e garantia a iluminação do casarão, da usina e do largo que precede a casa grande.

Esse processo modernizador do Engenho da Vitória estava em consonância com o processo de modernização do Brasil. No início do século XX, o país, segundo Sevcenko<sup>67</sup>, avançava para o novo regime Republicano. Nesta perspectiva, o referido autor afirma que:

O fluxo intenso de mudanças, atingindo todos os níveis da experiência social, que se concentrou de fins do século XIX até cerca de meados do XX... De fato, nunca em nenhum período anterior, tantas pessoas foram envolvidas de modo tão completo e tão rápido num processo dramático de transformação. (SEVCENKO, 1998, p.7)

---

<sup>67</sup> SEVCENKO, Nicolau. **História da Vida Privada no Brasil, República:** da Belle Époque à Era do Rádio. Coordenador- Geral da coleção: Fernando A. Novaes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 3º vol. p.7.

Na rota das transformações ocorridas no período acima citado, fins do século XIX até aproximadamente metade do século XX, a Usina Vitória do Paraguaçu surgiu como um empreendimento promissor do ramo açucareiro que se manteve em funcionamento no Recôncavo da Bahia. Permaneceu de “fogo aceso” desde 1812, época em que começou a funcionar o engenho movido à roda d’água, até meados da década de 1950, período de encerramento das atividades da usina. Foi um dos engenhos do Recôncavo da Bahia que restou por mais tempo em atividade, afirma Nascimento em seu artigo<sup>68</sup>.

Sobre as características da Usina Vitória:

Usina Vitória do Paraguaçu do distrito desta cidade (Cachoeira), com seus maquinários e demais pertences inclusive a destilaria, seus terrenos demarcados, com 3.158 (tarefas de terra), dividindo-se ao Norte com a Fazenda Tororó, a Leste com as fazendas “Calolé”, Embiara, Guaíba e sítios de Israel Costa de Almeida, Vitoriano Moreira e Antônio Félix; a Oeste com o rio Paraguaçu e ao Sul com o Engenho Buraco e Fazenda Soares.<sup>69</sup>

Podemos perceber que as terras que compreendem a Usina Vitória do Paraguaçu limitam-se com as fazendas Calolé, Guaíba e Embiara, que desde 2004 são reconhecidas como “Comunidades Remanescentes de Quilombos”. E este tema abordarei no terceiro capítulo desta dissertação. Já a Fazenda Tororó, antigo Engenho São Carlos do Navarro, nos dias atuais encontra-se completamente urbanizada, com escola, creche, posto médico, mercearia, bares, praça e 90% do território calçado. É o último bairro do município na porção leste.

Dadas as localizações, o processo que culminou na passagem de engenho para Usina Vitória do Paraguaçu ocorreu nos anos de 1915-1920. Podemos considerar que para uma conjuntura de área rural foi em um curto período de tempo, mas que significou uma verdadeira virada de paradigma nas relações de trabalho.

Se, após o período de escravidão, ex-escravos puderam enfim trilhar seus próprios caminhos longe dos domínios senhoriais, o empreendimento Usina do Paraguaçu atraiu e

<sup>68</sup> Esse engenho inclui-se entre os mais importantes engenhos de açúcar, destacando-se pela sua produtividade e diversificação industrial, e funcionando ininterruptamente de 1812 até 1950. Ver: artigo de NASCIMENTO, Luis Claudio do. **Considerações históricas acerca do Engenho Nossa Senhora da Vitória**, cachoeira online, disponível em: <http://1.bp.blogspot.com/engenho+vitoria%C3%B3ria>.

<sup>69</sup> APC: Avaliação realizada por João Batista de Farias, juntamente com avaliação do casarão. Inventário de Francisco Moniz Barreto de Aragão Jr., 1944-1954, Cachoeira, Bom: 1 doc. fl. 135, proc. 2736, ebt. 03, cx. 241. p.49

concentrou um grande contingente, vindo das mais diferentes regiões do Estado da Bahia<sup>70</sup> devido às mais distintas funções relacionadas à produção do açúcar, aguardente e álcool anidro.

Numa análise sobre os impactos da consolidação da Usina Vitória do Paraguaçu, em seu estudo acerca do Recôncavo da Bahia, Costa Pinto esclarece que:

A instalação e funcionamento das usinas, além de significar, em relação aos engenhos, um grande avanço tecnológico, definindo, de maneira precisa, o tipo industrial da atividade e da empresa que a realiza, assinalou, evolução da zona açucareira, o momento de enorme significação econômica e sociológica.<sup>71</sup>

As mudanças ocorridas a partir da instalação da usina significaram um avanço nos vários aspectos econômicos, sociais e culturais. No entanto, através das narrativas dos moradores que integram a Comunidade do Engenho da Vitória, ainda é possível acompanhar e visualizar a pertinência do processo de modernização do Engenho da Vitória sobre as famílias e a divisão social dos trabalhadores que lá se formaram.

Pode-se concluir inclusive que o fato do Engenho da Vitória se localizar numa região estratégica do Recôncavo canavieiro e das pessoas de elevado prestígio social que frequentavam o casarão da Vitória mostram que havia uma vida social bastante ativa no local, além de uma rede de sociabilidades entre ex-senhores e seus ex-cativos que ali permaneceram, e os outros funcionários que para a comunidade vieram em busca de oportunidades e melhorias na qualidade de vida.

Os investimentos na melhoria da produção foram seguidos de empréstimos contraídos, o que possibilitou a compra de maquinários e utensílios ingleses para aumentar a capacidade produtiva. Porém as mudanças na legislação nacional vigente e as políticas de controle da produção do açúcar modificaram as relações econômicas e estruturais na comunidade do Engenho da Vitória.

---

<sup>70</sup> No segundo capítulo, em que abordarei a origem dos núcleos familiares presentes na Comunidade do Engenho da Vitória, está a tabela que revela a naturalidade de alguns membros da geração dos mais velhos. Assim, podemos dimensionar que antigos engenhos localizados em diferentes regiões não estavam completamente incomunicáveis.

<sup>71</sup> COSTA PINTO, L.A. Recôncavo: Laboratório de uma experiência humana. In: BRANDÃO, Maria. (Org.). **Recôncavo da Bahia: Sociedade e Economia em Transição**. Salvador: Fundação casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998. 260p. p140

Estas mudanças estão relacionadas com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) no ano de 1933, no governo Vargas. Esta instância federal foi criada por entender que havia a necessidade de uma política voltada para o equilíbrio da produção açucareira para o mercado consumidor.<sup>72</sup>

Além de mudanças na produção e diversificação dos derivados da cana de açúcar, em consonância com as novas leis trabalhistas, a Usina Vitória do Paraguaçu procurou adequar-se às novas normas legais. Isto acarretou na contração de novos empréstimos e melhorias na usina. Em 08 de julho de 1936, Francisco Moniz Barreto de Aragão Jr. escreveu de próprio punho o primeiro testamento, no qual declarou:

A Usina Vitória era muito modesta com moenda muito fraca. Francisco, meu filho, comprou novos equipamentos para clarificação e um guindaste melhorando a produção, um avanço rumo a modernidade, nessas terras.<sup>73</sup>

O que podemos concluir é que, três anos após as mudanças na legislação nacional para produção canavieira, a Usina Vitória do Paraguaçu buscou adequar-se ao processo modernizador brasileiro. Porém, em 31 de dezembro de 1943, este processo de expansão viria a sofrer uma ruptura drástica. Nesta data especificamente faleceu Francisco Moniz Barreto de Aragão Jr. A certidão de óbito foi lavrada aos 02 dias do mês de janeiro de 1944, tendo como declarante do falecimento no cartório de Santiago do Iguape, Faustino Pacheco, brasileiro, casado, lavrador e residente no Engenho da Vitória.<sup>74</sup>

Durante os dez anos em que o inventário foi arrolado (1944-1954), a Usina Vitória do Paraguaçu passou por um processo de instabilidade administrativa. A saúde financeira da usina ficou bastante comprometida, desencadeando a sua liquidação.

---

<sup>72</sup> Decreto nº 22.789 de 1º de junho de 1933 estabelece que: sabendo que a produção do açúcar excede as necessidades do consumo interno e que o fenômeno da superprodução açucareira faz com que os países procurem limitar a sua produção considerando a necessidade de assegurar o equilíbrio de mercado do açúcar, estimulando também a produção de álcool industrial. Ver: Decreto nº 22.789 de 1º de junho de 1933 de criação do Instituto do Açúcar e do Alcool. 1933, caixa 2375, maço 143, doc.548. Arquivo Público do Estado da Bahia.

<sup>73</sup> Testamento de Francisco Moniz Barreto de Aragão Jr., escrito de próprio punho em 1936 e anexado ao inventário em 1944. Inventário, de Francisco Moniz Barreto de Aragão Jr., 1944-1954, Cachoeira, Bom: 1 doc. fl. 135, proc. 2736, ebt. 03, cx. 241. p.11

<sup>74</sup> APC, idem p02. Consta no atestado de óbito que faleceu de Artério Sclerose (Edema agudo do pulmão). Morreu aos 67 anos, branco, sexo masculino, usineiro, casado e pai de seis filhos. Filho de Francisco Moniz Barreto de Aragão e Ana Lacerda Moniz Aragão.

Para uma análise mais precisa acerca do processo de liquidação da Usina Vitória do Paraguaçu, pesquisamos fontes referentes à transferência, penhora e ao arrendamento dela em três períodos distintos: 1946, 1947 e 1949.<sup>75</sup> Em 1946, houve o processo no qual parte dos títulos da Usina Vitória do Paraguaçu foram transferidos, em um negócio de Cr\$ 330.000,00.<sup>76</sup> Esta negociação foi realizada por Francisco Moniz Barreto de Aragão, um dos herdeiros do espólio. Já em 1947, houve o processo no qual a Usina Vitória do Paraguaçu foi penhorada tendo como credor o Banco do Brasil, num contrato de Cr\$1.500.000,00.<sup>77</sup> O arrendamento veio em seguida, em 1949, por Pedro M. Sodré de Aragão.<sup>78</sup> Nota-se que o arrendamento provavelmente fora efetuado por um parente, observa-se pelo último sobrenome que evidencia uma ligação parentesco.

Durante pesquisa documental acerca de tomadas de posição por parte do Instituto do Açúcar e do Alcool com relação às dívidas provenientes do não pagamento de impostos junto à União e à capacidade administrativa em honrar compromissos assumidos, encontrei um documento que trazia a informação de que o tribunal decidiu por arquivar o processo de Faustino Pacheco, após ele não comparecer ao julgamento do processo que movia contra a Usina Vitória do Paraguaçu Ltda:

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que é reclamante Faustino Pacheco, fornecedor, residente em Cachoeira, Estado da Bahia, e reclamada a firma Usina Vitória do Paraguaçu Ltda. proprietária da Usina Paraguaçu, sita no mesmo município e Estado. A Primeira Turma de Julgamento da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, considerando que o reclamante abandonou a instrução do processo, deixando de comparecer à audiência; considerando Provado desta forma da parte acorda, por unanimidade no sentido de ser arquivado o Processo. Feitas as anotações e comunicações de praxe.<sup>79</sup>

<sup>75</sup> Nota-se então que a instabilidade administrativa ocasionada pela morte de Francisco Moniz Barreto de Aragão Jr. gerou uma série de eventos por conta dos quais a Usina Vitória do Paraguaçu perdeu credibilidade e produção para o mercado.

<sup>76</sup> Livro de registro de imóveis: 28 de maio de 1946, livro 3H, folha 112, termo 4175, circunscrição: Cachoeira. Cartório de Registros de Imóveis e Hipotecas (CRIH), Cachoeira – BA.

<sup>77</sup> Livro de registro de imóveis: 19 de agosto de 1947, livro 4 A, folhas 54/57, termo 158. Cartório de Registros de Imóveis e Hipotecas (CRIH), Cachoeira – BA.

<sup>78</sup> Livro de registro de imóveis: 1 de junho de 1949, livro 4 A, folhas 77/99, termo 188, Cartório de Registros de Imóveis e Hipotecas (CRIH), Cachoeira – BA.

<sup>79</sup> Diário Oficial da União, 13 de agosto de 1958. Processo: P. C. 15-58 — Estado da Bahia, ACÓRDÃO N° 4.254. Ano:1958. Disponível em: <http://dou.jusbrasil.com.br> acesso em 02/12/2013. Acredito que sendo um trabalhador antigo da Usina e também fornecedor, tenha feito um acordo com a família proprietária, sem que prosseguisse com o processo.

Para os trabalhadores, meeiros, lavradores, dentre outras categorias que residiam nas terras referentes aos antigos engenhos (Buraco, Conceição, Moinho e Vitória) restaram a insatisfação e a insegurança financeira. Muitos não receberam pelos serviços realizados e enfrentaram grandes dificuldades em continuar residindo naquelas terras.

Nos finais da década de 1950, foi nomeado um interventor para administrar a massa falida da Usina Vitória do Paraguaçu. O advogado Armando Gois procurou solucionar as primeiras questões, sobretudo o destino dado aos moradores do local, dividindo uma parte das terras em lotes com 23 tarefas de terra, o que corresponde a 10 hectares de terras, num total de 130 lotes para 130 famílias de trabalhadores, desde descendentes de cativos do engenho até mesmo os que migraram para o Engenho da Vitória no início do século XX.<sup>80</sup>

Durante a coleta das entrevistas do trabalho de campo, vimos que, para o imaginário local, a figura do interventor, Armando Gois, é tida como *homem de grande valor e respeito*. Resgatou parte da tranquilidade e segurança para os moradores. Devido à presença do interventor, os moradores puderam adquirir direitos, tendo suas terras registradas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Mesmo com o processo de abandono por parte da família proprietária, os Moniz Barreto de Aragão, os trabalhadores decidiram agir por conta própria e fazer uma espécie de reforma agrária: alguns venderam seus lotes e deixaram o local; outros, em sua minoria, permaneceram, totalizando 22 famílias residentes na comunidade do Engenho da Vitória.<sup>81</sup>

As dívidas contraídas pela usina e o não pagamento dos impostos federal à instância Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) encontram-se arquivadas, não houve amortização da dívida ou mesmo uma decisão final para o caso. Os objetivos alcançados pela política estabelecida pelo Governo Federal acerca da produção canavieira no Brasil obtiveram êxitos econômicos e mudanças estruturais marcantes na dinâmica desta atividade agrícola, porém estabeleceram uma marca efetiva para a dinâmica social. Eisenberg (1977), ao analisar os impactos sofridos pela indústria canavieira em Pernambuco entre 1840 e 1910, refere que mesmo o Nordeste brasileiro recebendo grandes investimentos no setor na virada do dezenove para o século vinte, no aspecto social não houve mudanças efetivas – o que o autor conceitua como *Modernidade sem Mudanças*. E completa:

---

<sup>80</sup> A título de esclarecimentos, estes lotes compreendem os limites da antiga Fazenda Nossa Senhora da Vitória, nisto se inclui os engenhos Conceição, Moinho e partes do engenho Buraco.

<sup>81</sup> Saliento que as terras mais afastadas do largo do casarão e usina, mas que pertenciam ao engenho Vitória, atualmente formam as comunidades de Maria Preta, Alto da Conceição, Tabuleiro da Vitória.

Embora acumulando longa trajetória de progressiva perda de importância no mercado mundial, o Nordeste era, na virada do Dezenove para o Vinte, a área do Brasil que mais se modernizou do ponto de vista tecnológico. Todavia, tratava-se de modernização parcial, que atingiu apenas minoritário número de unidades produtivas, não conseguiu reverter à posição relativa das exportações brasileiras e conservou intacta a estrutura social, mantendo ou agravando as pronunciadas desigualdades que lhe caracterizavam.<sup>82</sup>

Dentre todos estes acontecimentos, a Marinha do Brasil requereu a administração do imóvel denominado Casarão do Engenho da Vitória na década de 1970, alegando posse da faixa de terra de marinha. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) iniciou uma reforma da faixa na década de 1990 no casarão, porém não foi concluída por razão de um entrave judicial movido pela Marinha brasileira<sup>83</sup>.

A comunidade que se formou nos arredores do engenho, busca de forma coletiva, as vezes, encontrar soluções que lhes permitam permanecer naquelas terras e dela retirar seu sustento. Quanto ao abandono sofrido, o fato de permanecerem, evidenciam um direito legítimo de posse daquelas terras, não apenas movidos por aspectos culturais, de grupo ou mesmo de uma ancestralidade, mas partindo de uma premissa da construção de uma comunidade com identidade, usos e costumes próprios.

---

<sup>82</sup> EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910**. Rio de Janeiro: Paz & Terra - Unicamp, 1977. p 235.

<sup>83</sup> A Marinha do Brasil reivindica a faixa de terras cabíveis à sua jurisdição, uma área de 30m à margem do rio.

## Capítulo 2. Chame Gente! - O processo de formação das famílias que compõem a Comunidade do Engenho da Vitória

O território que compreende a comunidade do Engenho da Vitória é composto por terras de quatro antigos engenhos de cana-de-açúcar: engenho de Nossa Senhora da Vitória, posteriormente engenho da Vitória, o engenho Buraco, engenho da Conceição e partes do engenho Moinho. O trabalho de mapeamento de um território como este nos permite perceber certas especificidades que se fazem presentes nos relatos dos seus moradores, principalmente no que se refere às dimensões do espaço ocupado.

As mudanças na distribuição destas terras foram organizadas pelos próprios moradores da área total por vendas de terras e cercamentos, mas, segundo a senhora Ana Maria de Lima Leôncio, 54 anos, trabalhadora rural e marisqueira, natural e residente na comunidade do Engenho da Vitória: *Lá no Tabuleiro da Vitória ainda tem o marco de pedra da fazenda, o início de tudo isto aqui, está lá para quem quiser ver!*<sup>84</sup>

O processo de povoamento e nascimento da Comunidade do Engenho da Vitória é bastante simples, resultado da combinação de extensa área agrícola e grande oferta de mão-de-obra, inicialmente escrava e posteriormente livre. Somados a isto estão os processos migratórios ocorridos no próprio Recôncavo da Bahia e regiões mais afastadas deste mesmo estado.

A herança deixada por ancestrais escravos e por aqueles que ali passaram é, sobretudo, fruto das trocas culturais entre as várias gerações de proprietários das terras do Engenho da Vitória: usos, costumes, religiosidade e devoções a santos contribuíram para a formação e transformação dos moradores desta comunidade.

As relações estabelecidas entre os indivíduos formaram um grupo social coeso do ponto de vista das relações de parentesco, compadrio, solidariedade, ajuda mútua e respeito às vivências dos mais velhos como uma referência de personalidade. O sentimento de pertencimento e o modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico, como é o caso do Engenho da Vitória, estão associados a uma série de elementos constituídos desde o período escravista.

---

<sup>84</sup> Entrevista cedida em 2010. Tabuleiro da Vitória comunidade formada ainda no século XIX nas terras correspondentes a fazenda Nossa Senhora da Vitória.

A análise da formação das famílias que compõem o universo do Engenho da Vitória que este capítulo pretende abordar relaciona elementos demográficos as formas de apropriação, as relações materiais, produção de alimentos, acúmulo de capitais, trocas de excedentes, vendas, trabalhadores sazonais, levantamento dos ofícios, divisão do trabalho. Mudanças e permanências nas atividades laborais.

## 2.1 Vários caminhos levaram ao Engenho da Vitória

As formas de residir em áreas de domínio senhorial fizeram parte importante da paisagem dos engenhos no Recôncavo da Bahia. A expansão destas muitas formas de residir resultou na formação das primeiras comunidades em que habitavam descendentes de escravos. A historiografia brasileira contempla uma diversidade de trabalhos dedicados às formações das famílias escravas ou arranjos familiares escravos enquanto esperança e resistência contra a dominação senhorial, ou seja, as tentativas de enfrentamento ao regime escravista. A historiadora e pesquisadora Isabel Cristina Ferreira dos Reis (2007) abordou a questão dos arranjos familiares escravos da região na segunda metade do XIX.

Assim como em muitas comunidades que surgiram ainda no período escravista ou mesmo no período denominado de “pós abolição”, a comunidade rural do Engenho da Vitória possui nos seus primeiros registros, ainda na década de 1860, a presença de trabalhadores livres habitando as terras no entorno do casarão do engenho. Nos relatos do médico e viajante alemão Avé Lallemand constam suas observações:

A uma pequena milha de Cachoeira, descendo o rio Paraguaçu fica, bem perto da margem, a grande e notável plantação de cana de açúcar, o Engenho Vitória, cujos habitantes se fizeram certa celebridade, sem que se tenha esforçado para isso. Esse renome consiste na perfeita educação europeia e nessa irrestrita hospitalidade como eu realmente só encontrei no Brasil, em toda sua extensão, e que lá mesmo só achei possível entre os fazendeiros mais ricos. O proprietário do Vitória é o Sr. Egas Moniz de Aragão, juntamente com seus dois irmãos, originários duma das famílias brasileiras mais distintas, com cujo irmão, Francisco, eu tinha em 1835 estudado em Heidelberg.<sup>85</sup>

<sup>85</sup>Ver: NASCIMENTO, Luís Claudio do. **Considerações históricas acerca do Engenho Nossa Senhora da Vitória**. Disponível: <http://1.bp.blogspot.com/engenho+vitoria%C3%B3ria>. Muitos dos relatos obtidos por esta pesquisa partem das observações feitas pelo cronista Avé Lallemand que, na década de 1860, em viagem pelo Recôncavo baiano, aportou no Engenho da Vitória para visitar amigos que conhecera na Alemanha, ficou entusiasmado com a organização presente no engenho assim como os habitantes e agregados, aqueles que

Além destes dados, a presença destes trabalhadores livres não foi citada nos inventários pesquisados, tampouco a forma de vínculo estabelecida com a terra e/ou com os proprietários do engenho, no entanto encontrei uma relação de casas para moradia construídas, bem como suas respectivas avaliações.<sup>86</sup>

É importante observar que a relação de casas que aparecem nos inventários datados dos finais do século XIX e início do século XX era destinada exclusivamente a empregados. Este foi o termo utilizado nos documentos pesquisados “empregados”. Alguns relatos, colhidos por mim em entrevistas com moradores da geração dos mais velhos residentes na comunidade do Engenho da Vitória atualmente, nos mostram uma terceira fase de trabalhadores exercendo funções dentro da usina e em atividades auxiliares ao seu funcionamento. Como a senhora Norberta Ferreira, de 86 anos, doméstica aposentada, enfatiza que os negros ocupavam diferentes cargos dentro do universo industrial presente no Engenho da Vitória. A senhora Norberta segue afirmando:

A maioria dos trabalhadores da Usina Vitória do Paraguaçu eram pretos, por causa dos antepassados dos escravos. Alguns eram mais claros ou brancos. Lembro que branco, branco mesmo, era o Pedro Caixeiro, responsável pelos pagamentos, Genésio também era um pouco claro. Os outros trabalhadores assim como: Zezinho era chefe de carpintaria, o Juvenal e o Pacífico também eram carpinteiros, o Dió era alfaiate, o Tito era chefe da caldeira, Antônio era chefe dos carreiros e o Francinho chefe dos serviços de marcenaria. E eram todos pretos, bem pretos.<sup>87</sup>

Podemos observar por estes relatos que cargos de chefia eram designados aos trabalhadores negros, porém a chefia representada pelo pagamento dos respectivos proventos aos trabalhadores era uma atribuição de um trabalhador branco, em tempo que não revela se

---

residiam não na senzala, mas nas casas. Ainda destacou que educação assim só vira na Alemanha. Segundo Avé-Lallemant, devido à ascendência alemã de Maria Luiza Gabe de Massarellos, esposa de Egas, a elegância e o bom gosto habitam naquela fazenda. As influências de Avé Lallemant quanto a suas experiências no diagnóstico e combate à *febre amarela* durante estada no Rio de Janeiro (1858-60), acredito que foram o ponto de partida adotado para o uso de uma medicina preventiva no Engenho da Vitória (casas construídas com tijolos, calçamento, ambulatório com dois médicos apontam os caminhos).

<sup>86</sup> A exemplo de: uma casa de morada para empregados; uma casa para o caixeiro reedificada; uma casa assoalhada próxima ao alambique; uma casa grande sobre pilares para empregados na fazenda grande; uma casa pequena de taipa coberta de telhas. Ver inventário de: Inventário de Maria Luiza Gabe de Massarellos Moniz de Aragão, 1902-1912. Partilha amigável, seção judiciária. Cachoeira- incompleto: 1 doc. fl.127, ebt. 05 cx. 241. pg. 32-36. Ver também o inventário de Egas Moniz Barreto de Aragão, 1871-1900, Distrito de São Tiago do Iguape, Cachoeira, regular: 1 doc. fl.180, proc.1544, ebt.02, cx.158. APC: Arquivo Público da Cachoeira, Cachoeira- Bahia. Mais precisamente lista de bens avaliados.

<sup>87</sup> Entrevista com a senhora Norberta Ferreira Pereira, em 2008. Atualmente (em 2014), com 86 anos.

este cargo alguma vez foi ocupado por um negro. Sobre a presença de libertos no pós-abolição, apresento o relato da senhora Mariinha (70? anos), natural e residente no Engenho da Vitória, lavradora aposentada:

Aqui quando eu era menina vi os africanos, que foram escravos daqui. Eles usavam chinelos de couro e umas roupas longas, tinham nas orelhas grandes argolas douradas, as vezes falavam uma língua que ninguém entendia, eu tinha muito medo. O seu Dió era negro e filho de escravos do engenho e que vieram no navio. Dona Calú quituteira também era filha de escravos do engenho. (Entrevista, 14 de junho de 2013)

O estranhamento expresso pela senhora Mariinha acerca da língua por vezes utilizada por alguns dos africanos que ainda residiam na comunidade, aborda a uma das práticas de resistência ao acultramento do senhor de escravos.

Os trabalhadores, em sua maioria, nas primeiras duas décadas do século XX, já haviam constituído família e seus filhos fizeram aumentar o contingente, isto somado aos investimentos realizados na então Usina Vitória do Paraguaçu ensejou a abertura de novos postos de trabalho (entre 1910-1930). No entanto, o fluxo de pessoas na propriedade, segundo as fontes encontradas, era intenso e em funções bem distintas.<sup>88</sup> A oferta de novas vagas acabou culminando na chegada de novos trabalhadores livres às terras da usina. Como propõe a análise de Milton Santos,<sup>89</sup> a zona canavieira influenciou o processo de povoamento de algumas regiões do Recôncavo, assim como a diversificação das categorias de trabalho.

O serviço da lavoura exigia grande concentração de mão-de-obra: o preparo da terra, plantio, limpa, adubação e colheita dos produtos cultivados envolviam inclusive todos os membros da família. No meio rural o conjunto “família” contribui de forma decisiva para a manutenção dos gêneros de subsistência.

---

<sup>88</sup>Os registros orais relatam que o Vitória era um engenho muito populoso: havia lojas, sapatarias, açougue, feira livre, posto médico, festas populares e religiosas com a presença de filarmônicas e das gentes vindas de Cachoeira, São Felix, Maragogipe e Salvador. Além do fabrico de açúcar, havia ainda alambique, que produzia a famosa cachaça do engenho Vitória, e olaria, que fabricava tijolos e telhas. Fonte: Entrevistas realizadas entre 2008-2010.

<sup>89</sup> Na zona canavieira, os engenhos exerciam o papel de povoados que realmente atraíam numerosa população. Descrições da época e depoimentos de historiadores mostram como era necessário um grande número de pessoas para atender às tarefas próprias da fabricação do açúcar, sem contar com as profissões correlatas ou subsidiárias e o grande número de moradores ocupados no campo. Ver: SANTOS, Milton. A rede urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria (Org.). **Recôncavo da Bahia: Sociedade e Economia em Transição**. Salvador: Fundação casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998. p.73.

## 2.2 Estudos de casos sobre o processo migratório em direção à Comunidade do Engenho da Vitória e os arranjos familiares que a compõem

Uma parte significativa de residentes da comunidade do Engenho da Vitória migrou de diferentes pontos do Recôncavo e de áreas de povoamento em regiões mais distantes. Como não houve uma concentração apenas de ex-escravos residindo nas terras da fazenda Nossa Senhora da Vitória, houve um processo migratório de outros engenhos em direção ao Engenho da Vitória, dentre eles estão os engenhos localizados na região, denominados Outeiro Redondo e Engenho Sinunga, em São Félix; engenhos localizados no Guaiá, Capanema e Guapira, em Maragogipe, outra cidade do Recôncavo baiano.

Pela sua demarcação, o engenho Capanema limitava-se com terras de Outeiro Redondo (Batatam), em São Felix. Batatam, Capanema e outras zonas limites de São Felix e Maragogipe eram áreas de formação de quilombos e onde preferencialmente escravos fugitivos do Iguape homiziavam-se, principalmente em períodos de rebeliões. Entre Capanema e Outeiro Redondo ficavam as terras do coronel João da Mata Pinto, rico proprietário de engenhos em Outeiro Redondo e pertencente à poderosa família dos Natividade/Nascimento Vieira Tosta.<sup>90</sup>

O que podemos perceber, analisando estes dados é que mesmo em áreas geograficamente distantes havia um intercruzamento de pessoas e experiências. As distâncias neste caso não se constituíam num entrave, ao contrário fortaleciam ainda mais os laços de sociabilidades dos ex-cativos. O que equivale dizer que o processo migratório realizado em direção à Usina Vitória do Paraguaçu, no século XX, já havia sido antecipado por escravos fugidos, ex-escravos e trabalhadores em geral no período denominado escravista. As muitas “encruzilhadas” percorridas por estes indivíduos fizeram surgir diferentes comunidades ao longo dos séculos, incluindo a Comunidade do Engenho da Vitória.

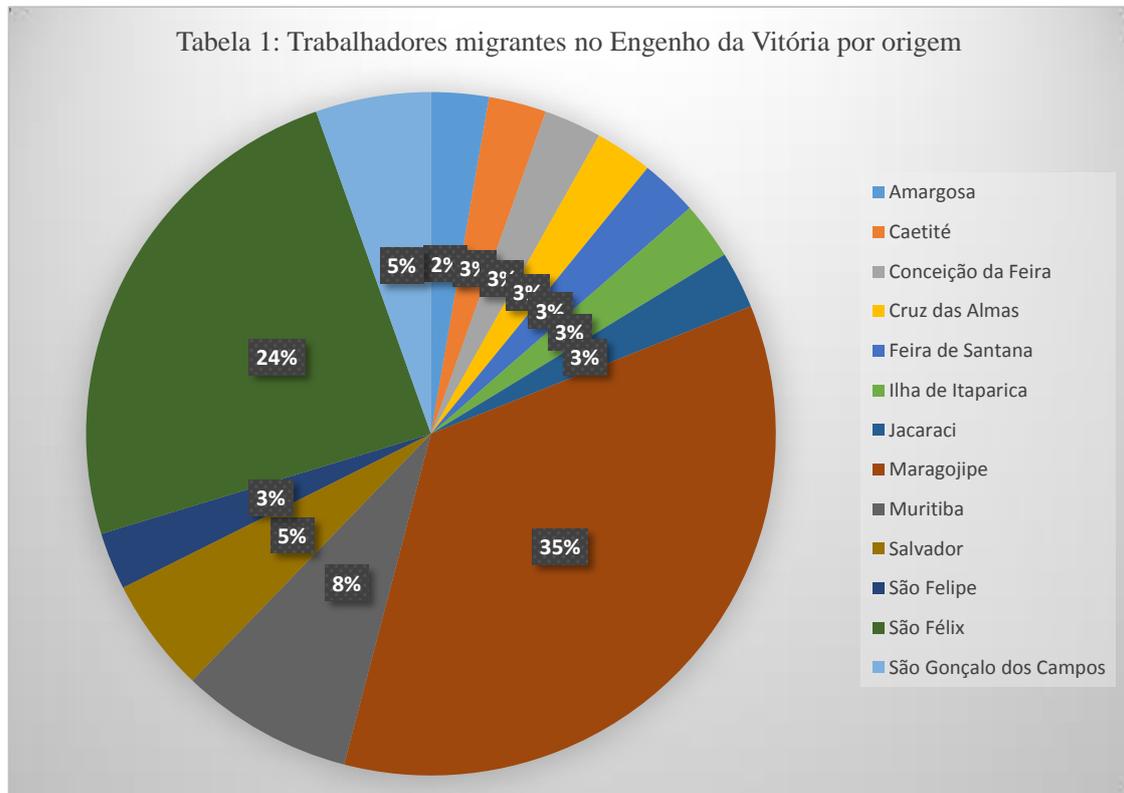
Os trabalhadores que migraram de outros engenhos e regiões, como São Gonçalo dos Campos, São Felipe, Feira de Santana, Cruz das Almas, dentre outras cidades, constituíram

---

<sup>90</sup>NASCIMENTO, Luiz Cláudio Dias do. “**Terra de macumbeiros:** redes de sociabilidades africanas na formação do candomblé jeje-nagô em Cachoeira e São Félix – Bahia”. Dissertação de mestrado, Salvador, UFBa/CEAO, 2007. p.84

família no interior da comunidade do Engenho da Vitória, construindo dentro destes arranjos familiares as “encruzilhadas” da vida em comunidades rurais.

Tabela 1: Trabalhadores migrantes no Eng. Vitória por origem:



Relação de moradores da Comunidade do Engenho da Vitória com origem em diferentes municípios do Estado da Bahia. Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira, cadastrados entre 1981-2009. Adaptado por: Jôsy Barcellos Miranda, 2013.

Nesta perspectiva, as trajetórias individuais se misturam à trajetória do grupo no tocante à sua consolidação enquanto comunidade, e ao tempo em que os papéis sociais foram se modificando ou se afirmando enquanto agentes construtores. Pensar em imigração de forma isolada num local onde houve uma forte transição de engenho de cana-de-açúcar com senhores, senzala e escravaria e toda uma dinâmica própria que existiu entorno deste universo seria negar a existência de uma história ou uma fase importante na história dos antepassados destas pessoas que permaneceram e transformaram seu meio social, dando vida nova à Usina Vitória do Paraguaçu e à sua comunidade.

A partir de agora irei abordar a formação familiar de alguns membros da Comunidade do Engenho da Vitória de maneira detalhada. Dos trabalhadores que compõem a fazenda Nossa Senhora da Vitória no período do pós-abolição, naturais do município de Maragogipe,

pertencente também a região do Recôncavo da Bahia, localizei os arranjos familiares dos Menezes, Negreiros, Rangel, Soares, Pereira e Brito.

Faz-se importante ressaltar que estes grupos possuem origem no distrito do Guai<sup>91</sup>, em Maragogipe. Relatos e resquícios evidenciam que neste extenso distrito havia uma série de pequenos e médios engenhos localizado às margens direita do rio Paraguaçu. Esta proximidade com o rio facilitou a chegada destas pessoas ao Engenho da Vitória – um fato que revela o diálogo entre as populações dos engenhos mediado pelo deslocamento de pessoas.

As memórias do cativo são transmitidas de geração a geração. O senhor Raimundo Santiago Vieira<sup>92</sup>, em entrevista durante os trabalhos de campo, ainda no período da graduação (2007-2010), revelou detalhes da formação de sua família. Acerca da origem de seus pais, relatou que sua mãe, Emília Madalena de Cerqueira ***já nasceu forra***, mas seus avós maternos viveram todos a experiência da escravidão. Seu pai, Roberto Santiago Vieira, era branco e filho de proprietários de um pequeno engenho familiar às margens do rio da Cupioba em Maragogipe, Raimundo não conheceu seu avô paterno. Relatou que seu pai, Roberto, tinha o ***ofício de carpina***, que aprendera de seu pai<sup>93</sup>. E através deste ofício que conheceu a primeira esposa, pertencente à família do fazendeiro chamado Amâncio<sup>94</sup>, grande proprietário de terras em Maragogipe e São Félix.

---

<sup>91</sup> No início deste capítulo, relatei acerca das mobilidades escravas e libertas por engenhos localizados em Capanema, na mesma região Guai em Maragogipe.

<sup>92</sup> Na oportunidade em que o senhor Raimundo Santiago Vieira cedeu esta entrevista, em 2008, estava no alto dos seus 100 anos de idade, bastante lúcido e comunicativo rememorou detalhes de sua infância e família. Faleceu em setembro de 2012 de causas naturais, morando até os últimos dias de sua vida na Comunidade do Engenho da Vitória.

<sup>93</sup> Acredito, que por ser um engenho de pequeno porte e familiar, a manutenção do mesmo ficava a cargo dos proprietários, numa medida de economia e com a dificuldade em se encontrar mão de obra especializada na região, pai e filho possuíam o *ofício* incomum à um branco, mas, bastante comum entre os escravizados, ofício de carpina.

<sup>94</sup> Ao que parece, este mesmo Amâncio era Antônio Amâncio Nogueira que, em 20 de maio de 1915, vendeu uma parte de suas terras a Francisco Cavalcante: uma “parte de terras em comum com benfeitorias de cafeeiros e laranjeiras e uma casa coberta com telhas no lugar quilombo” pelo preço de quinhentos mil reis. Ver: Cartório de Registro Civil do Outeiro Redondo; livro de notas: registro de compra e venda de terra, fls. 27-30v; 31-34v. Este dado foi obtido através das pesquisas realizadas por João Paulo Pinto do Carmo, mestrando em História- UFRB, que desenvolve pesquisas acerca da comunidade denominada Quilombo em São Félix-BA. E ainda é interessante observar que o senhor Raimundo, quando criança, ajudava o pai a “negociar” laranjas no Quilombo em São Félix, ou seja, sempre houve um fluxo de pessoas e mercadorias entre os engenhos e posteriormente para as comunidades oriundas de pessoas egressas da escravidão.

Seus pais eram naturais de Guapira, distrito do município de Maragogipe. As terras da família estavam localizadas próximas às margens do riacho e de terras que compreendiam um povoado chamado Cupioba, que também compõe distrito de Guapira.<sup>95</sup>

A história de seu nascimento, ou melhor, o nascimento da sua família comporta uma série de fatos que possuem uma ampla relação com a escravidão e aspectos deste tempo:

Meu pai, Roberto Santiago Vieira casou primeiro com a viúva Guilhermina, irmã de um fazendeiro chamado Amâncio. Guilhermina casou cedo e ficou viúva com idade de 20 anos e não teve filhos. Amâncio, seu irmão, prometeu a meu pai que daria uma fazenda com casa de morada com umas 60 tarefas, lá em Guapira caso o casamento fosse realizado. Meu pai se casou com Guilhermina que morreu tempos depois, disseram que foi feitiço, naquele tempo sabe como é?! Só sei que meu pai casou com minha mãe, Emília Madalena de Cerqueira, tiveram quatorze filhos e eu nasci nessa fazenda. Com idade de sete anos já trabalhava numa roça de mandioca para mim mesmo, meu pai plantava laranja, banana e café, criava gado e galinhas. Toda semana descia com duas ou três cargas de laranja no lombo das mulas, vendia em São Felipe mesmo, era mais perto, pois para Maragogipe ia para mais de duas léguas. Meu pai negociava também pelas bandas do Oitizeiro, Bento Sardinha, Batatam, Piedade e no Quilombo que é lá nas bandas de São Félix. Eu acompanhava desde menino, aprendi em tudo a negociar e fazer minha própria criação. Ainda bem moço, com idade de uns 14 ou 15 anos, eu acho... às vezes a gente esquece, fui passar uns tempos na casa de minha tia e madrinha em Aldeia (Santo Antônio de Aldeia também na zona rural de Maragogipe), durante este tempo que passei por lá, minha tia deixou que fizesse roça, preparei terras para plantar e ter do que tirar e vender, plantei mandioca e inhame; tirei uma roça e ainda restava uma outra roça bem nova quando retornei a Guapira, havia para mais de ano que vi mãe e deixei umas coisas lá. Foi quando vim para o Engenho da Vitória, por intermédio de um amigo disse que estava uma beleza para se trabalhar. Minha mãe disse que o que eu tinha estava bom: plantava e tinha uma boa criação e que não precisava me arriscar nesta aventura. Atravessei de canoa, depois de viajar o dia inteiro numa mula de Guapira até Maragogipe. Era para passar uma “sumana”, acredita? E estou aqui até hoje, mas daqui só saio morto.<sup>96</sup>

Neste relato do senhor Raimundo, podemos dimensionar o início da formação de sua família e como seu pai adquiriu terras em Maragogipe, desde a infância trabalhando no ramo da agricultura e pecuária e como alcançou autonomia econômica desde muito jovem. Ao acompanhar Roberto, seu pai, nos negócios aprendeu muito sobre a agricultura e a pecuária. O senhor Raimundo enfatizou no relato sua mudança para uma nova categoria de trabalho

<sup>95</sup> O distrito de Guapira possui uma extensa área, limitando-se ao norte com o município de São Felipe, a leste com o município de Cruz das Almas, a oeste com o município de Muritiba e ao sul com o Município de São Félix. Os povoados que compõem o distrito de Guapira são: Batatam, Bento Sardinha, Campinas, Cumbe, Cupioba, Laranjeira do Germano, Oitizeiro, Piedade, Santana e Socorro.

<sup>96</sup> Os dados foram revelados pelo senhor Raimundo Santiago Vieira, entrevista de 2008. O povoado de Quilombo pertence ao município de São Félix, dados sobre esta localidade é o objeto de estudo do estudante de História João Paulo Pinto do Carmo (UFRB), orientando do prof. Dr. Walter Fraga Filho.

quando chegou ao Engenho da Vitória, lidando com máquinas, aparatos mecanizados, na indústria do açúcar no dia de Todos os Santos, em 01 de novembro (o ano ao certo não recorda, nem mesmo se já havia atingido a maioridade).<sup>97</sup>

Sobre a formação de sua família, relatou que quando jovem era “namorador”, por conta dos bailes e festejos promovidos dentro da comunidade. Por meio de muitos barcos vindos de Cachoeira para localidades como Santiago do Iguape e São Francisco do Paraguaçu, em São Félix, Maragogipe, e com o fluxo de pessoas nos arredores do casarão, o senhor Raimundo conheceu a esposa em um festejo junino:

Conheci a Maria aqui, trabalhei com Geraldo, seu irmão, ele era responsável pela manutenção das máquinas. Os dois vieram de Cruz das Almas. Quando vi Maria logo disse que gostava do jeito dela, não demorou e a gente se casou. Casamos em março de 1950, mas morando sempre aqui, tivemos seis filhos e a Maria foi ficando doente dos quartos (espinha dorsal) até ficar assim corcunda. Eu ainda estou vivo é por causa dela. Quando a usina se acabou fui trabalhar na roça, na roça minha [sic], não trabalhei para mais ninguém. (Entrevista, maio, 2010)

A história revelada por senhor Raimundo podemos dizer que ocorreu durante o processo de falência da usina e seu conseqüente abandono, entre finais da década de 1940 e 1960. O senhor Raimundo é natural do distrito de Guapira, onde havia mais de uma dezena de engenhos de pequeno e médio porte, em Maragogipe, todavia um distrito que ligava-se a São Felipe e São Félix, neste último mais precisamente com a localidade denominada Quilombo, pertencente ao distrito de Outeiro Redondo, que havia sido uma das principais freguesias do Recôncavo baiano no século XIX, ambos banhados pelo rio Sinunga.

Observando outros laços familiares, identifiquei a senhora Florentina dos Santos, natural de São Félix, nascida em 1934, casada com o senhor Aurelino Sabino da Conceição, natural do Engenho da Vitória. Todos os seus três filhos nasceram na cidade de São Félix, respectivamente nos anos de 1960, 1966 e 1973. Em tese, o processo de liquidação da Usina Vitória, o atendimento médico ambulatorial, ora suspenso ora em funcionamento, e a saída de muitos moradores da comunidade, fez com que alguns membros da comunidade que

---

<sup>97</sup> Não encontrei o livro de registros de entrada e saída de trabalhadores da usina, bem como não tive acesso ao inventário do processo de liquidação da mesma. O processo dos precatórios da massa falida não foi resgatado, parentes do interventor Armando Góes não informaram sobre a existência de documentos de arquivo pessoal, o que inviabiliza detalhar a situação jurídica final da Usina Vitória do Paraguaçu.

possuíam familiares com residência em São Félix, por exemplo, fossem em busca de amparo nos momentos de necessidade, como no caso das parturientes ou mesmo doença.

Em um outro caso identifiquei os irmãos Roberto e Rosa Cecílio da Mota, filhos de Romão Cecílio da Mota e da senhora Tertuliana Maria de Jesus. Ambos se declararam posseiros do lote número 31 da Fazenda Nossa Senhora da Vitória ou Engenho da Vitória. Roberto Cecílio da Mota nasceu em Feira de Santana, em maio de 1932, não encontrei fontes que revelassem o ano precisamente em que chegou com seus pais ao Engenho da Vitória, porém um dado chama atenção quanto ao nascimento da irmã, Rosa Cecílio da Mota, que é natural do município de Muritiba, nascida em agosto de 1948. Mais uma vez o trânsito de trabalhadores em diferentes localidades do Recôncavo baiano era forte.

Percebemos então que houve um processo inicial de migração e em seguida um retorno ao Engenho da Vitória. Acredito que o principal motivo deste retorno se deve ao fato de que houve uma partilha em lotes da antiga Fazenda Nossa Senhora da Vitória, cabendo aos trabalhadores mais antigos e com vínculo de gerações naquelas terras um lote correspondente aos anos de dedicação ao trabalho com extensão de 23 tarefas. O fato do senhor Romão Cecílio da Mota e da senhora Tertuliana Maria de Jesus ambos se declararem posseiros do lote nº 31 evidencia que a certeza da posse da terra motivou a permanência de algumas famílias.

Com relação aos lotes em que foram divididas as terras da Fazenda Nossa Senhora da Vitória, localizei um certo Antônio Verano de Melo Filho, solteiro, nascido em 25 de outubro de 1924, natural de Maragogipe, que declarou ser posseiro do lote nº 01 da Fazenda Nossa Senhora da Vitória, obtido em 22 de agosto de 1987, no momento de sua filiação ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira.

Já Regina Célia Souza, solteira, nascida em 1946, filha de Francisca Souza e pai ignorado, lavradora, ao filiar-se ao mesmo sindicato em 19 de abril de 1993, declarou-se posseira de um lote na Fazenda Nossa Senhora da Vitória. Pedro Moreira, casado e pai de oito filhos, declarou-se posseiro do lote nº55 da mesma fazenda em 1981.

José do Carmo, natural de São Gonçalo dos Campos, casado, lavrador, declarou-se posseiro do lote nº 30 em 27 de novembro de 1981. Elísio Negreiros, nascido em 1921, natural do Guai, em Maragogipe, declarou-se em 25 de julho de 1981 ser posseiro do lote nº 111 na Fazenda Nossa Senhora da Vitória.

Todas estas pessoas naturais do Engenho da Vitória ou vindas de outras regiões do Estado da Bahia encontraram espaço para residir e promover o crescimento dos residentes da comunidade do Engenho da Vitória. Observa-se que estas pessoas, no momento da filiação na década de 1980, residiam nas terras da antiga fazenda Nossa Senhora da Vitória há mais de quarenta anos aproximadamente. Sobre algumas famílias que surgiram no processo do pós-abolição, encontrei a senhora Mariinha Sales, (aproximadamente 80 anos), Norberta Ferreira Pereira, 86 anos e aposentada, e a senhora Saturnina Ramos da Conceição, 46 anos, pescadora.

Filha de Pedro Sales, natural de São Gonçalo dos Campos, e Antônia Sales, natural do Engenho da Vitória, a senhora Mariinha, 70 anos?, garante que não se recorda de sua idade, porque naquele tempo:

Toda vez que uma mulher iria ter um filho, todas as crianças da casa tinham que sair, ir para casa de um parente ou madrinha. A parteira chegava na casa e fazia os procedimentos. Depois do nascimento da criança, a parteira cuidava da mãe e do filho, em seguida com um torrão de carvão escrevia na parede da casa o dia, mês e ano; e o sexo da criança. Mas naquele tempo, casa de taipa, barro, chovia, molhava e ninguém se interessava em escrever num papel ou mesmo registrar logo a criança, esperava também vingar, quando registrava nem sabia ao certo o dia e o ano em que a criança nasceu, eu nem sei o ano que nasci. (Entrevista, 14/06/2013)

Sem ao certo saber a própria idade, a senhora Mariinha cresceu numa família numerosa, composta por dez irmãos. Seus pais eram trabalhadores da usina, o senhor Pedro Sales, vaqueiro, e a senhora Antônia, ela cuidava dos filhos e do lar. Em um dos seus relatos, Mariinha afirmou que: *–Minha mãe se chamava Antônia e nasceu aqui no Engenho da Vitória, meus avós e bisavós eram todos escravos do engenho.* Assim como os ancestrais da senhora Mariinha, outras famílias existentes na comunidade do Engenho da Vitória também possuem descendência de escravos do antigo engenho.

Sobre sua infância, uma memória de brincadeiras e travessuras executadas com os irmãos, bem como em companhia de outras crianças do engenho: *– A gente costumava vir atrás do carro de boi e puxar uma cana e sair correndo para dividir, era uma algazarra, as brincadeiras de minha época!*

As lembranças da senhora Mariinha ainda estão relacionadas à infância na usina e expõem como a dinâmica desta influenciava até no cotidiano das crianças. As brincadeiras, as

lembranças do carro de boi ou mesmo o “roubo” da cana para dividir entre as crianças refletem as experiências vividas pelos pequenos no universo da usina Vitória do Paraguaçu.

Mas o processo de liquidação da usina e das atividades por ela empreendidas fez com que a senhora Mariinha, aos doze anos aproximadamente, deixasse a comunidade por um período de tempo longo:

Com idade de doze anos, as coisas aqui estavam se acabando, e muitos já tinham ido embora, muitas famílias mesmo. Era uma dificuldade sustentar os filhos, pedi para trabalhar e arranjei um pessoal que me prometeu que era para fazer companhia ao filho bebê, me levaram para o Rio de Janeiro e não foi nada do que disseram, trabalhei como babá, aprendi a cozinhar, fazer de um tudo numa casa. Morei por lá durante quinze anos. Mas não trabalhei todo este tempo com a mesma família, fiz amizades e trabalhei em outras casas no serviço doméstico. Depois voltei aqui para a Vitória e estou até hoje, só tive uma filha, já está casada, mas não me deu nenhum neto. (Mariinha, entrevista, 2013)

Este processo não foi vivido apenas pela senhora Mariinha, mas por outras moças e jovens que, em busca de novas oportunidades de vida, fizeram o mesmo trajeto de saída da comunidade. Mas tanto neste como em outros casos, houve o retorno ao engenho.

Em 1º de maio de 1926, numa casa simples, construída de taipa e coberta com palhas, num lugar chamado Alto da Conceição, localizado no engenho denominado Conceição, contíguo ao Engenho da Vitória, a parteira anunciou que tratava-se de uma menina e deram-lhe o nome: Norberta Ferreira Pereira. Mais velha de três irmãos: Catarina e Gregório, ambos filhos de Maria José Nunes e João Ferreira.

Maria José Nunes nasceu no Engenho Sinunga, em São Félix, na outra margem do rio Paraguaçu. João Ferreira era natural de Serrinha, região de Feira de Santana, distante do litoral. Sobre os filhos: Catarina faleceu ainda jovem vítima da doença de Chagas, sendo comum nesta região pessoas serem infectadas pelo inseto transmissor da enfermidade. Já o Gregório também faleceu jovem, vítima de complicações cardíacas, deixando a esposa grávida de um menino, este atualmente já é senhor e pai de família. A senhora Norberta, viúva e mãe de dez filhos, reside no Engenho da Vitória e busca através de suas memórias narrar partes das histórias por ela vividas no universo compreendido por Comunidade do Engenho da Vitória.

Ainda criança viveu a experiência de residir próximo ao casarão do Engenho da Vitória, em companhia da madrinha, a partir de então passou a ter acesso direto com os Moniz Barreto de Aragão:

Quando eu era menina, minha madrinha me levou para morar com ela, próximo ao casarão do engenho, uma casa bem simples. Minha madrinha prometeu que eu iria estudar na escola do engenho, mas eu fui mesmo foi trabalhar, nunca que aprendi a ler ou escrever. Todos os dias eu via as crianças, filhos dos funcionários da usina irem para a escola, eram muitas crianças. O senhor Zezinho mesmo tinha seis filhos e os maiorzinhos já estudavam. (Entrevista, julho de 2012)

Casos de meninas que passaram parte da infância no trabalho doméstico em casas de parentes ou em residências de pessoas próximas à família foram bastante relatados durante o trabalho de campo realizado na Comunidade do Engenho da Vitória. Impossibilitadas de estudar por questões muitas vezes culturais, como pontua a senhora Norberta: – *Pai dizia que mulher que sabe ler e escrever manda cartas para namorado*. Por conta deste aspecto e de outros, é grande o número de analfabetos entre os adultos residentes na comunidade.<sup>98</sup>

Após este período, a senhora Norberta foi trabalhar diretamente com a família Moniz Barreto de Aragão, com os quais viajou para Ilhéus, sul da Bahia, onde permaneceu por um ano em virtude do exercício da medicina de José Moniz naquela cidade. Residiram em um sobrado alugado em Pontal, região de Ilhéus.

Quando retornou à comunidade do Engenho da Vitória, trabalhou como cozinheira do casarão, iniciando nesta mesma época a sua própria família. A primeira filha, Zilda, é fruto de um primeiro relacionamento que não resultou em casamento, porém com Otávio Soares de Jesus vieram o casamento e mais nove filhos. Com o passar dos anos, os filhos foram crescendo, deixando a comunidade, iniciando cada um as suas famílias, novos filhos nascendo e fazendo crescer os Pereira de Jesus.<sup>99</sup>

---

<sup>98</sup>Alguns aprenderam o suficiente para assinar o próprio nome, como visto durante pesquisas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira que, na oportunidade, realizava o levantamento de dados sobre quantidade de moradores da comunidade do Engenho da Vitória filiados ao órgão. Ao examinar as fichas de filiação, sobretudo da década de 1980-1990, vi que no item alfabetizado estava a opção: sabe ler e não sabe ler, sabe assinar ou não sabe assinar. Não existindo o item escolaridade.

<sup>99</sup>Dez filhos: Zilda, Renato, Geraldo, Luzia, José, Luís, Eduardo, Antônia, Maria Edite e Carmem Lúcia. Zilda tem cinco filhos e cinco netos; Renato tem cinco filhos e um neto; Geraldo tem três filhos e cinco netos; Luzia tem um filho e dois netos; José tem cinco filhos e uma neta; Luís tem cinco filhos e dois netos; Eduardo tem cinco filhos e três netos; Antônia tem dois filhos e um neto; Maria Edite tem dois filhos menores e Carmem Lúcia tem três filhas e um neto.

Assim como a tia Catarina, Zilda também é portadora da doença de Chagas e regularmente faz o acompanhamento para o controle da doença. Reside em Salvador desde a adolescência, realizando o mesmo percurso que muitas jovens trilharam em busca de novas oportunidades. O José, a Maria Edite e a Carmem Lúcia residem na comunidade do Engenho da Vitória e extraem da terra e da maré o seu sustento. Os demais residem em Cachoeira e Salvador.

As dificuldades enfrentadas durante e após o processo de liquidação da Usina Vitória afetaram diretamente os membros da família Pereira de Jesus. A avó materna, a senhora Maria José, cultivava cana e vendia para a usina, que não realizou dois pagamentos referentes ao carregamento da cana, acarretando em prejuízos à senhora Maria José e aos trabalhadores contratados por ela para efetuarem o corte e transporte da cana. O senhor Otávio e a senhora Norberta perderam respectivamente seus postos de trabalho. Segundo relatou a senhora Norberta:

Quando dispensaram os meus serviços de cozinheira, comecei junto com minha mãe Maria José uma roça de mandioca e feijão de corda; mãe também trabalhou em roças dos outros para pagar os prejuízos das canas que não foram pagas pelos Moniz. Depois aumentei a roça e variei a plantação com batata doce, milho, feijão, amendoim. Comecei uma criação com: galinhas, patos, até um casal de pavões criei. Criei umas cabeças de gado e porcos. Tudo para continuar aqui e ter do que viver. (Entrevista, 2012.)

Este relato nos mostra o quanto a dinâmica foi alterada por causa do fim das atividades da usina. O mesmo fato de que a senhora Maria José trabalhou em roças para pagar as dívidas contraídas por causa do não pagamento dos dois “carregos” de cana por parte dos Moniz evidencia o quanto os trabalhadores foram afetados pelo fim do empreendimento industrial.

Um outro caso de família, com origem na própria comunidade do Engenho da Vitória no período de liquidação da usina, está na filha de Célia Maria Ramos da Conceição e Otávio Soares de Jesus. Nascida Saturnina Ramos da Conceição, em novembro de 1967, numa casa simples na localidade conhecida como Maria Preta, terras pertencentes à fazenda Nossa Senhora da Vitória. Deste relacionamento ainda tiveram outra filha, a Crispina; em seguida, a senhora Célia teve mais quatro filhos<sup>100</sup> de outro relacionamento. Após a mudança da senhora Célia para a Terra Vermelha (zona rural de Cachoeira), a senhora Saturnina, aos treze anos,

<sup>100</sup> Seus irmãos são Crispina, Fernando, Norma, Luís e Manoel. Os quatro últimos são frutos de um novo relacionamento da senhora Célia, que foi residir na Terra Vermelha, no local onde havia partes do engenho Moinho.

foi residir juntamente com a irmã Crispina e com a avó materna, Germínia Ramos. Na oportunidade, seu avô, Salustiano Conceição, apelidado como “Paizinho”, um conhecedor de ervas afamado naquela região, já havia falecido e Saturnina não o conheceu.

A senhora Germínia é natural do Engenho da Vitória, nascida em dezembro de 1914 – uma criança nascida de ex-cativos do engenho. O lote que coube à senhora Germínia localiza-se na Maria Preta, porém atualmente meeiros residem no local e cultivam mandioca. A senhora Saturnina ocupa uma área restrita aos moradores do Engenho da Vitória por se tratar de terras em questão judicial no largo do casarão.<sup>101</sup>

Mãe de seis filhos, a senhora Saturnina lamenta a perda de sua filha Jamile com um ano de idade. Os mais velhos, Cláudia e Raimundo, nasceram no povoado da Terra Vermelha; Marcia e Rubens nasceram na Maria Preta e Jamile e Jadson nasceram com aparato médico no hospital em Cachoeira. Atualmente Saturnina vive com seu companheiro e o filho mais novo, Jadson. Filiada desde 2010 à Colônia de Pescadores Z52, Saturnina vem ao longo dos anos transformando os seus modos de vida. A experiência de ter convivido com a avó Germínia desde os treze anos de idade oportunizou-lhe aprender o ofício da pesca e a coleta de mariscos, o cultivo da mandioca e o comércio do excedente na feira livre em Cachoeira. Completa:

Mãe sempre vendeu em Cachoeira, descia para a feira no lombo de uma mula. Deste jeito criou a Crispina e eu, depois me ajudou a criar a Marcia, minha primeira filha. Não sei contar muito sobre meu avô, mas os mais velhos daqui sempre falaram dele com muito respeito. Morando aqui na Vitória ou na Maria Preta ou na Terra Vermelha sempre trabalhei, sempre tive meu dinheiro. Hoje só tenho o Jadson no meu poder, os outros já crescidos não dependem mais de mim, acredite sou avó de dez netos. Vivo bem, gosto de todo mundo e todo mundo gosta de mim.<sup>102</sup>

Saturnina conviveu com a avó Germínia, ou seja, residiu na localidade de Maria Preta até o seu falecimento em 2000. O fato de ter transitado em diferentes localidades, pertencentes juridicamente à fazenda Nossa Senhora da Vitória no período, reforça sua identidade de pertencimento à comunidade do Engenho da Vitória.

<sup>101</sup> Este tema abordarei com mais profundidade no último capítulo desta dissertação.

<sup>102</sup> Entrevista com a senhora Saturnina Ramos Conceição, em abril de 2013.

A história destas três mulheres ao mesmo tempo em que se diferem no tempo, são semelhantes no espaço onde ocorreram. Terem passado pelo processo de saída e retorno à comunidade expressa as incertezas de um período conturbado e sem perspectivas.

### 2.3 Os critérios de pertencimento

Os moradores da Comunidade do Engenho da Vitória estabelecem alguns critérios para definir seu pertencimento a ela. Dos relatos orais por mim coletados, destaco o da senhora Norberta Pereira, 86 anos de idade, nascida na Comunidade do Engenho da Vitória, no local denominado Alto da Conceição. Filha de descendentes de escravos, viúva, mãe de dez filhos, todos vivos, trabalhou por muitos anos no serviço doméstico do Casarão.<sup>103</sup> Por isso, a senhora Norberta Pereira define seu pertencimento à Comunidade do Engenho da Vitória por meio dos fatores relacionados ao local de nascimento, criação, trabalho e tempo de permanência nessa Comunidade. No relato abaixo, ela faz a seguinte afirmação:

Minha mãe nasceu no tempo do cativo, digo minha avó, nasceu no tempo dos cativos, lá do outro lado no Engenho Sinunga, em São Félix assim como minha mãe Maria José Nunes, mas ela me contava, de ouvir dizer, que aqui não era tão ruim assim, porque as pessoas não ficavam presas o tempo todo nas correntes, trabalhando e sofrendo. Aqui não era igual como nos outros engenhos. Depois da liberdade as pessoas daqui trabalhava por dinheiro. Meu pai mesmo nasceu em Serrinha e veio pra'qui [*sic*] porque ouvia dizer que esse lugar era bom, tinha muito trabalho.<sup>104</sup>

Os procedimentos de classificação que tornam um indivíduo pertencente ou não a uma determinada comunidade dependem dos critérios de pertencimento estabelecidos por cada comunidade.

Uma parte importante dessa história é relatada pela senhora Norberta Ferreira Pereira, 86 anos. Nascida em uma casa simples, construída ainda no tempo em que o engenho era movido à roda d'água – isso é em 1º de maio de 1926. A senhora Maria José Nunes, mãe da senhora Norberta Ferreira Pereira, nascera do outro lado do rio Paraguaçu, em um engenho chamado Sinunga, pertencentes à comarca de São Félix, local de residência da sua avó materna. A avó da senhora Norberta Ferreira Pereira não conseguiu, mesmo após a abolição, se mudar do Engenho Sinunga em São Félix para o engenho da Vitória, em Cachoeira.

<sup>103</sup> Os trechos acima citados foram cedidos em entrevista por mim realizada em 21 de agosto de 2008.

<sup>104</sup> Idem, in: entrevista por mim realizada em 21 de agosto de 2008.

As narrativas da senhora Norberta Pereira nos chamam a atenção para um critério bastante importante no recorte metodológico voltado para a análise: os de “dentro” e os de “fora”. Na concepção da senhora Norberta ela é tradicionalmente de dentro da Comunidade porque trabalhou durante muitos anos no Casarão, quando este pertencia ao filho do senhor Francisco Moniz Barreto de Aragão Jr., dono do antigo Casarão desse Engenho.

A senhora Norberta considera que “*são de dentro da Comunidade os moradores que nasceram e se criaram na Comunidade*”. Ela classifica como de “fora” da Comunidade aqueles que vieram de outras localidades em busca de trabalho na Comunidade – como o caso do Sr. Raimundo Santiago Vieira apesar de muita idade – diz a senhora Norberta: “*Ele não nasceu na Comunidade. Seu Raimundo veio de Maragogipe, pra’qui [sic] na época da modernidade*”. (Idem, 21/08/2008).

Observa-se que, para a senhora Norberta, esses moradores, inclusive o senhor Raimundo Santiago Vieira, 98 anos,<sup>105</sup> são percebidos como modernos porque vieram de “fora” em busca de trabalho no Engenho da Vitória, ou seja, na época em que no Engenho da Vitória a Usina Vitória do Paraguaçu substituíu a geração à base da roda d’água para favorecer o processo de mecanização dos produtos de cana-de-açúcar. Mas para os mais velhos, especialmente para o senhor Raimundo Santiago Vieira, o que importa na relação de pertencimento à Comunidade é a forma de inserção e não a origem de cada um nessa Comunidade. Há, na fala do Sr. Raimundo, grande satisfação em ser morador da Comunidade e prossegue enfatizando: – “saio daqui para outro lugar apenas morto!”<sup>106</sup>

No período de 1915 a 1950, houve um grande fluxo de imigrantes em direção à Usina Vitória do Paraguaçu que foi distribuído nas atividades de produção dessa unidade produtiva localizada no Engenho da Vitória, o que Barbosa (2008) define como o encontro com o “eldorado”.<sup>107</sup>

Os funcionários que ocupavam diversas funções na produção do açúcar e da cachaça trabalhavam e residiam no local. As atividades desenvolvidas na Usina também se

<sup>105</sup> O senhor Raimundo Santiago Vieira, 98 anos, casado, possui seis filhos, todos nascidos e criados na comunidade do Engenho da Vitória. Ele é natural da cidade de Maragogipe, não sendo nativo da comunidade.

<sup>106</sup> Dado coletado em entrevista realizada em 21/08/08. Cabe informar que os dados orais aqui destacados foram retirados das entrevistas realizadas entre os meses de agosto, setembro e outubro de 2008.

<sup>107</sup> Era um encontro com a terra prometida pelos discursos estatais, pelas propagandas, pela tradição oral e imaginário popular. Um encontro com o “eldorado”, onde todas as fomes e sedes seriam saciadas, a prosperidade financeira seria alcançada e haveria fartura de todas as coisas. Ver: BARBOSA, Xênia de Castro. Espaço e Memória. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro vol. 6. N. 10, 1999. p.1.

correlacionavam com um momento importante para as legislações do trabalho vigentes no país.<sup>108</sup>

Os espaços habitados pelos trabalhadores incluíam desde margens de brejos, mangues, morros a proximidades de nascentes e fontes. Contudo, fenômenos naturais não alteraram de forma significativa a geografia da fazenda Vitória do Paraguaçu.<sup>109</sup>

Os relatos orais,<sup>110</sup> narrativas apresentadas pelos moradores, também destacam com frequente nostalgia os tempos gloriosos das vivências rurais das famílias de trabalhadores que residiam, e alguns ainda residem, nessa localidade rural. O senhor Raimundo Santiago Vieira chegou à comunidade do Engenho da Vitória com aproximadamente 18 anos de idade. Nas suas palavras: – “essa aventura foi por conta, intermédio de um amigo que, na época, não parava de fazer elogios sobre a Usina e essa localidade aqui do Engenho da Vitória. Nessa época fui imediatamente contratado e com pagamento garantido”. No relato abaixo, Senhor Raimundo prossegue com a seguinte afirmação:

Menina, vim pra cá porque um amigo chamado Vitório disse que na Vitória estava uma beleza para se trabalhar, o dia pagavam 2 (dois) mil réis, e a tarefa 8 (oito) mil réis\*. Deixei uma namorada em Maragogipe, uma roça e uma pequena criação aos cuidados de minha mãe, caso precisasse voltar! Na antiga usina chegava a carregar dois sacos de açúcar nos ombros, nesse tempo eu era jovem e forte. Depois fui trabalhar com os bois da moenda, foi por pouco tempo, logo os maquinários chegaram e os bois foram para o carroço. Logo depois fui para caldeira, trabalhava o dia inteiro, não me negava para trabalhar.<sup>111</sup>

As narrativas do Senhor Raimundo nos fornecem dados e informações importantes relacionadas à origem dos moradores e da contratação de mão-de-obra no interior da Comunidade. Percebemos que ele executou diferentes funções dentro da usina quando residia

<sup>108</sup> Sobre as leis do trabalho do período, ver: decreto de criação do IAA: Instituto do Açúcar e do Alcool, Decreto nº22.789 – 01/06/1933- cx. 2375, maço 143, doc. 548 APB: Arquivo Público da Bahia, Salvador – Bahia. Consultado em 21/09/2010. Durante a leitura deste decreto, percebemos que as políticas estabelecidas pelo Governo de Getúlio Vargas buscavam melhorias nas condições de trabalho neste setor, bem como a permanência do trabalhador no meio rural. E ver ainda: Rocha, Rubens. **A Fascinante Cachoeira: Joia do Recôncavo Baiano**. Bahia: Grasb - Gráfica Santa Bárbara LTDA, 2002, pp. 34.

<sup>109</sup> As maiores enchentes que se tem registro, a partir do século XVIII, foram nos seguintes anos: 1792- 1822- 1886- 1890- 1893- 1910- 1911- 1914- 1930- 1940- 1947- 1952- 1957- 1960- 1989. Ver: ARNIZÁU, José Joaquim de Almeida e. **Memória; topográfica, histórica, comercial e política da Vila da Cachoeira da Província da Bahia**. Salvador: Fundação Maria América da Cruz/ Instituto Histórico e Geográfico da Bahia/ Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1998. 78p.

<sup>110</sup> Entrevistas realizadas no período de agosto a outubro do ano de 2008.

\*Faltam fontes documentadas como, por exemplo, o livro de registro de pagamentos da Usina Vitória do Paraguaçu do período aproximadamente de 1928-1929, que confirmem esta informação cedida pelo senhor Raimundo.

<sup>111</sup> Entrevista cedida pelo senhor Raimundo C. Vieira, com então 98 anos, em 10/09/2008.

em Maragogipe, executava trabalhos na roça relacionados à agricultura e à pecuária, porém as recorrentes mudanças na categoria de trabalho não se constituíram num entrave à sua permanência no Engenho da Vitória.

Como relata a senhora Celina Pereira dos Santos, 65 anos, filha do senhor Pedro Sales, vaqueiro aposentado, falecido aos 98 anos em 2011, embora, seu pai seja natural de São Gonçalo dos Campos, Bahia, e sendo ela natural do Engenho da Vitória, ela não se sente com propriedade para falar sobre a história dessa Comunidade porque foi criada por seus avós maternos em São Gonçalo dos Campos, indo para lá aos seis meses de idade.<sup>112</sup> Mais uma vez, em contraste com os relatos acima, temos o exemplo de meninas que deixaram a comunidade ainda jovens ou recém-nascidas devido às condições precárias de sobrevivência na comunidade a partir dos meados da década de 1940.

Esta informação cedida pela senhora Celina Pereira dos Santos evidencia a questão indicada pela senhora Norberta Pereira sobre os membros por ela percebidos na perspectiva dos de “dentro” e dos que integram a Comunidade, mas são de “fora”.

Nas palavras da senhora Norberta Pereira é possível perceber um certo “pesar”, especialmente quando ela relaciona, por meio da sua memória, a atual situação do Casarão com aquela situação anterior, ou seja, da prosperidade, das vantagens e dos atrativos apresentados e vivenciados na primeira metade do século XX. Segue refletindo:

Hoje são poucos os que aguentam viver aqui, aqui não tem nada e falta de um tudo (sic), hoje a Vitória se acabou e é uma pena ver tudo aqui se acabar, os mais jovens não se interessam por nada daqui, vive como dá e nisso o que a gente, os velho como eu, Seu Raimundo ou cumpadre Pedro Sales guarda (sic), se vai com a gente. (Senhora Norberta Pereira, 86 anos, entrevista em 21/08/2008)

Nesse aspecto, cabe evocar a afirmação abaixo elaborada por Bosi (1994, p. 22) que afirma o seguinte:

---

<sup>112</sup> O senhor Pedro Sales, também conhecido na Comunidade como Pedro Vaqueiro, nascido em 13/05/1913, era pai de 10 filhos, todos vivos, trabalhou na função de vaqueiro da Usina Vitória do Paraguaçu, infelizmente a sua entrevista não pôde ser realizada, pois Sr. Pedro foi vítima de Acidente Vascular Cerebral em 2008 e sua saúde foi completamente comprometida. Em 13 de maio de 2013, o senhor Pedro Sales completaria um século de vida, tendo o seu cotidiano marcado por vivências na Comunidade do Engenho da Vitória.

A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda. Repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento das paisagens caras e pela desaparecimento de entes amados.<sup>113</sup>

Assim, as lembranças dos mais velhos nos conduzem a pensar mais analiticamente a história da Comunidade do Engenho da Vitória, sua ascensão e declínio, vivenciado pelos moradores ao longo desse período o sentimento de pertencimento e de apropriação de uma comunidade que eles ajudaram a construir.

Sobre a demografia, segundo dados do IBGE (2010) a Comunidade do Engenho da Vitória possui doze (12) endereços residenciais, com sete (7) domicílios particulares; quatro (4) estabelecimentos agropecuários e uma (1) edificação em construção; um (1) estabelecimento de ensino; três (3) estabelecimentos comerciais; quantidade estimada de moradores vinte e sete (27) e rendimento médio estimado R\$ 165,51 (cento e sessenta e cinco reais e cinquenta e um centavos). Nestes dados desconsideram, os moradores residentes na Maria Preta e Alto da Vitória.<sup>114</sup>

Dados atualizados pela associação de moradores local em 2013 elencam 22 famílias residentes no Engenho da Vitória, totalizando 85 pessoas distribuídas entre 18 crianças, 37 mulheres e 30 homens (em diferentes idades). Atualmente os idosos são em menor número. Foi registrado um aumento nos casos de óbitos desde 2009 motivados por diversas enfermidades. Em 2011, faleceu o senhor Pedro Sales, aos 98 anos, e em 2012 foram registradas três mortes de causas naturais, dentre estas está o falecimento do senhor Raimundo Santiago Vieira, em setembro com aproximadamente 101 ou 103 anos.

É de destacar a longevidade dos moradores do Engenho da Vitória, ambos acima dos 95 anos de idade. Entre estes idosos residentes na comunidade encontramos homens e mulheres lúcidos e em plena atividade laboral, sobretudo na fabricação de farinha de mandioca – uma atividade que envolve gerações de uma mesma família tanto para o cultivo quanto para o resultado do produto final (farinha, beiju, bolo, biscoitos de goma, dentre outros).

---

<sup>113</sup> CHAUI, Marilena de Souza. Apresentação: Os trabalhos da memória. In: BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**. Lembranças de Velhos. 3ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 22.

<sup>114</sup> O Alto da Vitória, dados do IBGE (CENSO, 2010), encontrou cento e dezesseis (116) endereços; cinquenta e oito (58) domicílios particulares; um (1) estabelecimento de ensino; sete (7) estabelecimentos de outras finalidades; seis (6) edificações em construção; quantidade estimada de moradores nesse logradouro duzentos e vinte e oito (228) e rendimento médio de R\$ 165,51 (cento e sessenta e cinco reais e cinquenta e um centavos).

Segundo Caldas (apud BARBOSA, 2008) “a natureza e o espaço nascem do lugar, da perspectiva cotidiana, das relações sociais, da social disposição de indivíduos e coisas, da satisfação das necessidades tornadas conhecimento, da vida inteira em comunidade”.<sup>115</sup> Isto é, impondo em suas memórias vivas os elementos relacionados à empregabilidade certa para todo tipo de mão-de-obra, pagamentos em dia, realizados quinzenalmente, moradia para todos os trabalhadores, sendo que aos trabalhadores da “roça”, ou seja, os que trabalhavam no cultivo da cana-de-açúcar ou que plantavam mandioca e outros produtos agrícolas tinham que pagar uma espécie de renda ou aluguel para morar no imóvel.<sup>116</sup>

As residências merecem um item à parte. A casa, parte importante para a manutenção das famílias, é o lugar por vezes da mediação do conflito e onde são materializadas as relações entre os sujeitos.

## 2.4 A Casa

A casa não é apenas uma estrutura física, habitada por pessoas, mas um ambiente de diversificadas experiências, aprendizados e transformação do cotidiano. Sendo a casa um espaço importante para o estabelecimento das relações sociais entre os sujeitos, convido o leitor desta dissertação a entrar no universo da casa de alguns dos moradores da comunidade do Engenho da Vitória.

Uma parte significativa das residências da comunidade do Engenho da Vitória ainda guarda vestígios da arquitetura original, como fachadas e alvenarias, e itens como mobílias, oratórios, louças e utensílios domésticos. Dentre estes itens, encontrei na maioria das casas oratórios ocupados por imagens de santos cristãos católicos.<sup>117</sup> Acerca da estrutura física, podemos exemplificar trazendo a casa do senhor Raimundo Santiago Vieira, segundo relatou: “– *fiz onze reformas nesta casa, mas a alvenaria e a fachada estão no mesmo lugar.*”<sup>118</sup>

---

<sup>115</sup> Ver: BARBOSA, Xênia de Castro. Espaço e Memória. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro vol. 6. N. 10, 1999. p.4. Neste trabalho, Xênia Barbosa aborda um estudo de caso sobre a migração de nordestinos para o estado de Rondônia, uma análise da construção do local da memória.

<sup>116</sup> Esta era uma medida que, segundo D. Norberta Ferreira, era adotada para controlar a permanência das pessoas naquela localidade, pois como o fluxo de pessoas no local era intenso, tudo que fosse produzido nas terras da Fazenda Vitória do Paraguaçu ficava em parte para a fazenda, sendo o excedente consumido pelo produtor ou vendido em sua totalidade, como no caso da cana para a usina, sem atravessadores, na forma de venda direta. Entrevista cedida em 2008.

<sup>117</sup> Encontrei, dentre estes oratórios, as imagens do Sagrado Coração de Jesus, Nossa Senhora Aparecida, São Cosme e São Damião. Acerca das questões sobre religiosidade, ver o terceiro capítulo desta dissertação.

<sup>118</sup> Em entrevista cedida a mim em maio de 2010.

Outras residências sofreram modificações estruturais mais efetivas, porém ainda é possível observar estes vestígios. É o exemplo da residência da senhora Ana Maria de Lima Leôncio. A construção original data das décadas finais do século XIX. Neste período a casa era utilizada como depósito para manutenção das máquinas do engenho e, posteriormente, da usina. Mesmo assim, alguns depoimentos orais afirmam que a memória passada pelos antepassados dizia que era costume os trabalhadores residirem em quartos no local do próprio ofício.



Residência da senhora Ana Maria Lima Leôncio, até os finais da década de 1950 tratava-se de depósito de ferramentas da Usina Vitória. Foto: Jôsy Barcellos Miranda, 07 de abril de 2014.

Esta casa, bem como sua localização, aparece no inventário de Maria Luiza Gabe de Massarellos Moniz de Aragão como casa de ferramentas para conservação do engenho, e foi avaliada em 200\$000<sup>119</sup>. Em entrevista a senhora Ana Maria, conhecida popularmente como Fia, revelou que:

Minha mãe passou a morar aqui quando dividiram os lotes da fazenda, tem bastante tempo isso, eu era bem nova, cada um desses trabalhadores mais antigos receberam (sic) 23 tarefas de terras, mãe escolheu essa aqui. Moramos no antigo depósito por anos. Aqui na frente da casa nova ainda tem parte da alvenaria de pedra do depósito, esses degraus aqui da frente também, a parte nova da casa, essa aí tem uns trinta anos, o telhado foi reformado há uns três anos. Criei meus filhos todos aqui nesta casa, minhas sobrinhas também. O meu filho mais velho foi criado pelos avós, dona Norberta e seu Otávio. Mas os outros, todos se criaram aqui.

<sup>119</sup>Inventário de Maria Luiza Gabe de Massarellos Moniz de Aragão, 1902-1912. Partilha amigável, seção judiciária. Cachoeira- incompleto: 1 doc. fl.127, ebt. 05 cx. 241. pg. 32-36.

A casa da senhora Ana Maria é um item que merece bastante atenção na descrição. Casa simples, coberta com telhas de cerâmica, com quatro quartos, duas salas, uma cozinha com fogão a gás e fogão a lenha, um banheiro e amplo quintal com uma diversidade de árvores frutíferas e com uma bela vista para o rio Paraguaçu. Em cada entrada de quarto tem uma cortina, na parede da sala principal um oratório com as imagens de Cristo Crucificado e Nossa Senhora Aparecida.

A senhora Ana Maria é casada com o senhor José de Jesus, e ambos são pais de cinco filhos: Ailton, Everaldo, Antônia, Solange e Eliana. Mas ajudaram a criar suas três sobrinhas: Milena, Leidiane e Letícia, que são filhas de Carmem Lúcia (irmã do senhor José) e Antônio (irmão da senhora Ana Maria).

A relação estabelecida entre os tios e as sobrinhas é de grande respeito e obediência, uma espécie de referência para as três que os chamam como painho e tia. Um dado importante é que mesmo com a casa próxima à residência de seus pais, todos, inclusive, os pais transitam livremente na residência da senhora Ana Maria. Outro irmão da senhora Ana Maria, o senhor Antônio Reis, conhecido como Reizinho, também utiliza a casa da irmã como uma espécie de ponto de apoio. Todos realizam suas refeições, guardam seus equipamentos de pesca e coleta de mariscos, guardam roupas e pertences pessoais, além de pernoitarem na casa.

É sempre intenso o movimento de moradores no interior da casa. E a organização das tarefas segue uma lógica bastante simples, cabe às mulheres o cuidado doméstico (cozinhar, lavar e outros), enquanto que aos homens apenas a manutenção da estrutura e a parte financeira. Como a senhora Carmem Lúcia coleta mariscos e pesca, sobra-lhe pouco tempo para os afazeres domésticos. O senhor José também pesca, mas como atua no ramo da extração de lenha, passa longos períodos fora da casa, aproximadamente dias até meses. Os demais, Reizinho e Antônio, trabalham na própria comunidade, o que facilita a atenção quanto à manutenção: reforma de mobílias, concerto de cercas, troca de telhas, dentre outros.

Com relação aos conflitos existentes entre os moradores da casa, um tema bastante delicado foi a gravidez de Milena, filha mais velha de Carmem Lúcia e Antônio, pois mobilizou a todos e gerou um descontentamento maior ao tio José. Durante parte da gravidez e os primeiros meses de vida do filho Mateus, Milena residiu na casa de sua avó Norberta. Nunca revelou a paternidade do menor, que completou em março de 2014 cinco anos de idade.

Atualmente, Milena e o filho Mateus residem tanto na casa da senhora Carmem Lúcia quanto na residência da senhora Ana Maria. Nenhum dos cinco filhos reside com a senhora Ana Maria. Adultos, vivem fora e, aos finais de semana, sempre buscam o retorno a casa. A casa da senhora Ana Maria funciona como uma espécie de elo onde todos buscam aquele lugar, precisam daquele lugar.

Outra residência bastante movimentada, do ponto de vista comercial, é a casa da senhora Saturnina Ramos da Conceição. Inicialmente tratava-se de uma casa feita de taipa<sup>120</sup>. Coberta com telhas, a casa da senhora Saturnina no princípio foi alvo de críticas por parte de alguns moradores contrários à sua presença, pois também comercializava bebidas alcóolicas na sala de sua casa.

A intervenção do senhor José de Jesus a favor da permanência da senhora Saturnina no local acarretou em um cessar nos conflitos gerados por conta de seu comércio de bebidas. Para alguns membros da comunidade, uma mulher comercializando tais produtos poderia desencadear problemas graves, como assédios, brigas, descontroles, dentre outros.

Com o passar do tempo, a senhora Saturnina conseguiu ampliar não apenas sua clientela como também a estrutura física de sua casa. Atualmente sua residência foi reformada, e construída com blocos cerâmicos, sem reboco por dentro e por fora, mas com portas e janelas, energia elétrica, dois quartos, uma sala, uma cozinha e um banheiro. Casa simples, porém bastante frequentada, não apenas por seus moradores, mas por agregados, vizinhos, clientes, amigos e quem mais precisar.

Durante o trabalho de campo, realizei uma série de observações acerca dos frequentadores da casa da senhora Saturnina. Segundo ela, por ser “*camaradeira*”<sup>121</sup> as pessoas preferem a simplicidade do seu pequeno comércio ao conforto do quiosque construído pela prefeitura de Cachoeira em 2012, localizado no largo do Casarão. E completa: “*–Meus clientes são fiéis, aqui eles se sentem em casa!*”

Na última missa realizada na capela de pedra do antigo engenho, em 29 de dezembro de 2013, percebi durante a observação o intenso fluxo de pessoas transitando por sua residência, não apenas na sala (cômodo no qual comercializa suas bebidas) como em todos os

---

<sup>120</sup> Consiste em fazer uma estrutura com uma espécie de cipó resistente e amassar o barro até obter uma consistência firme que deve ser fixo entre os cipós dando forma a uma casa

<sup>121</sup> A casa da senhora Saturnina é um ambiente descontraído, com música o tempo inteiro, pessoas em frequente trânsito. Residem na casa a senhora Saturnina, o filho caçula Jadson, de 11 anos, e seu atual companheiro, Severino Gomes da Silva, juntos há cinco anos, não tem filhos. Observação registrada em 29/12/2013.

outros ambientes: os dois quartos, cozinha, banheiro. Notei que algumas jovens da comunidade, após assistirem a missa se dirigiram a casa da senhora Saturnina para trocarem de roupa, abandonando o traje formal com o qual assistiram à cerimônia por um traje mais informal, como uma bermuda mais curta e camiseta para aproveitarem o samba de roda que tocava no quiosque do largo do casarão. Sua casa também funciona como um ponto de apoio, uma espécie de guarda-volumes, transmissão de recados e outros.

Outra residência bastante frequentada é a casa da senhora Norberta Ferreira Pereira. Uma residência simples, construída há mais de dez anos, mas que já passou por reformas e ampliações. São quatro quartos, duas salas, uma cozinha e um banheiro. Um amplo quintal com mais de uma dezena de árvores frutíferas, incluindo cafezal e cacaueteiro para consumo doméstico, muitas flores e plantas, criação de galinhas e duas vacas. Também na sala desta residência encontrei um oratório com imagens de São Cosme e São Damião, o Sagrado Coração de Jesus e Nossa Senhora.



Senhora Norberta no quintal de sua casa. Foto: Jôsy Barcellos Miranda, 18/09/2011.

Residem na casa, a senhora Norberta, sua filha, Maria Edite, e dois netos, Felipe e Flávio. Porém diariamente esta casa recebe a visita de outros filhos e netos. Viúva desde 2004, quando faleceu o senhor Otávio de Jesus, a senhora Norberta recebe a atenção dos dez filhos, trinta e seis netos, e vinte e um bisnetos. Família grande e que busca sempre se reunir na casa da senhora Norberta.

Observei, durante o trabalho de campo, o costume dos afilhados ao longo do dia visitarem a casa e pedirem a bênção à senhora Norberta. Ao mesmo tempo em que pedem a bênção, um ou outro aproveita e se serve de um café ou mesmo do almoço. Hábito comum entre seus filhos.

## **2.5 Experiências comerciais: tem que ter para comprar, vender e trocar**

A busca por novas oportunidades e melhorias na condição de vida das pessoas, promoveram um verdadeiro êxodo dos ex-trabalhadores da Usina Vitória ou mesmo dos seus descendentes – trabalhadores rurais, em sua maioria, com experiência no trabalho braçal da lavoura e que se viram obrigados a deixarem suas casas e suas terras, onde lavravam e tiravam o seu sustento.

Cada família que compõe a comunidade do Engenho da Vitória, pós 1954, perdeu mais de um membro, o que perdura até os dias de hoje. Inviabilizados de continuar na comunidade, buscam a profissionalização em outras áreas e setores da economia. Este afastamento da atividade rural, motivado pela extinção da Usina Vitória do Paraguaçu, é visto com preocupação por parte da geração dos mais velhos que acreditam que algumas tradições e costumes tendem a desaparecer com o tempo.

Não é muito comum na comunidade ver famílias chefiadas apenas por mulheres. As famílias são nucleadas por pai, mãe e filhos. Existem outros casos como os das viúvas ou viúvos, ou de mulheres separadas e com filhos. O casal divide as responsabilidades com o sustento da família, ou seja da casa. As mulheres respondem por boa parte da renda, porque executam não apenas o trabalho doméstico como também cultivam uma série de gêneros alimentícios, como mandioca, aipim, hortaliças, amendoim, feijão, milho, cana, além das frutas colhidas nos quintais como manga, banana, goiaba e jenipapo. O excedente é comercializado em feiras livres nas cidades de Cachoeira e São Félix.

Estas experiências atuais contrastam com as anteriormente vividas por estes trabalhadores quando, durante a primeira metade do século XX, os moradores do Engenho da Vitória desfrutaram de uma série de serviços sem mesmo ter que sair da comunidade: a feira livre dominical, oficina, alfaiate, fabrico de azeite de dendê, dentre outros. Saliento que havia um trânsito de comerciante e ganhadores vindos via rio Paraguaçu em direção ao Engenho da Vitória.

Os trabalhadores que transitavam para realizar negócios, comprando e vendendo mercadorias (segundo a tradição oral local, chamados de *catingueiros*)<sup>122</sup>, que percorriam a comunidade negociando açúcar ou trocando por outros produtos vindos do sertão, não deixaram descendentes ou mesmo fixaram residência na comunidade. A presença destes *catingueiros* se dava em períodos de moagem da cana-de-açúcar, não havendo na memória dali informações acerca da comercialização de produtos na feira livre local, que ocorria aos domingos na comunidade.

A mesma feira livre aparece em diferentes discursos presentes na memória oral: “– *Era todo domingo, vendia de tudo, da carne ao tecido!*”, relata a senhora Norberta Ferreira, 86 anos, doméstica aposentada. “– *Era uma feira arrojada, isto aqui enchia de gente, tomava a frente deste casarão inteiro!*” Completou o senhor Raimundo Santiago Vieira, ex-funcionário da Usina Vitória do Paraguaçu.<sup>123</sup>

A memória da senhora Norberta nos apresenta a uma senhora branca, de olhos azuis, que todos a conheciam como Maria Gringa. Esta mulher possuía uma loja de tecidos em Cachoeira e atuava também como costureira. Aos domingos desembarcava de um barco no porto do Engenho da Vitória e vendia os cortes de tecidos, também aceitava encomendas de roupas, as medidas eram tiradas no domingo e em quinze dias entregava a mercadoria. Não encontrei fontes que precisassem o período em que a senhora Maria Gringa colocou seus serviços à disposição dos moradores do Engenho da Vitória. Em tese, foi até a década de 1960.

Todo o domingo a Maria Gringa trazia os seus tecidos, cada corte mais bonito que o outro. Quem tinha como costurar, naquele tempo, fazia suas próprias roupas; aceitava encomenda; ou encomendava mesmo com a Maria Gringa. Até o seu Dió alfaiate comprava tecidos com ela. (Norberta, entrevista, 2013)

Assim como no passado (século XX) e agora no presente (século XXI), a prática de vender produtos aos domingos ainda possui espaço na comunidade do Engenho da Vitória e circunvizinhança. Aos domingos, Maria Edite dirige-se a pé até a Comunidade do Tabuleiro da Vitória para vender produtos de cosmética e perfumaria através do catálogo. O processo de

<sup>122</sup> Na tradição oral local, os *catingueiros* eram homens que cruzavam os sertões em lombos de burros, mulas e cavalos, e compravam e vendiam produtos do sertão para o litoral e vice e versa. Mais sobre os *catingueiros*, ver: FRAGA, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade**. 2006.

<sup>123</sup> O senhor Raimundo Santiago Vieira faleceu de causas naturais aos 102 anos de idade, em 2012, em sua residência na comunidade do Engenho da Vitória. Este trecho foi retirado de uma entrevista realizada em maio de 2010.

entrega envolve outros membros da família: o filho, as sobrinhas e a irmã, Carmem Lúcia – todos também se encarregam da tarefa de entregar os produtos que são retirados em Cachoeira no dia anterior, um sábado. O recebimento dos pagamentos é realizado por Maria Edite, geralmente num domingo.

A prática de vender produtos começou por sua irmã, Carmem Lúcia, mas com as gravidezes das filhas ficou impossibilitada de seguir com o ofício. Neste período, meados de 1998, Maria Edite havia retornado da cidade do Salvador, onde trabalhava como auxiliar de serviços gerais, mas que por conta do nascimento do filho mais velho Felipe teve de voltar à comunidade do Engenho da Vitória, onde permanece até os dias atuais.

Mesmo depois do nascimento do segundo filho, Flávio, Maria Edite continuou a venda de produtos através de catálogo. Este complemento para sua renda melhorou sua qualidade de vida no que diz respeito ao acesso aos bens de consumo eletrônicos, a exemplo dos dois aparelhos celulares que mantém.

A comunidade alvo desta pesquisa, há cerca de oito anos vem modificando seus modos de vida. Onde a tradição oral era a principal forma de comunicação, cedeu espaço para o consumo dos produtos propagadores da mídia eletrônica, nisto se insere a televisão, o rádio e o aparelho DVD. A mudança ocorreu devido à chegada da energia elétrica em 2006, através do Programa do Governo Federal, o Luz para Todos. Porém a eletricidade, comemorada com entusiasmo inicialmente, cedeu lugar à desconfiança e a críticas quanto à qualidade da energia ofertada e as condições em que fora entregue à comunidade.

As maiores queixas registradas por esta pesquisa estão relacionadas à falta de manutenção da rede elétrica, pois em em dias de chuva forte, ou mesmo com rajadas de vento, o fornecimento de energia é suspenso e o seu restabelecimento demora entre 24 horas até cinco dias. Alguns moradores alegam que a extensão da rede não foi redistribuída pelo bairro do Tororó, esta rede vem da comunidade da Terra Vermelha e o acesso à região é bastante complicado e a manutenção tende a ser tardia.

Mesmo com todos estes entraves, o conforto da energia elétrica foi conseguido em 2006. Na oportunidade, nem todos foram beneficiados pelo programa. Os membros da comunidade que moram após o casarão não foram contemplados e o simples ato de assistir uma telenovela era uma grande reunião que ocorria todo o fim de tarde no bar do senhor Antônio Reis, popularmente conhecido como Reizinho, localizado no largo do casarão do

antigo engenho. A programação era assistida numa TV 29 polegadas que recebia o sinal através de uma antena parabólica. A antena da tv parabólica é a única alternativa para quem quer ter acesso a programação. Uma antena comum não consegue retransmitir os sinais das emissoras de tv. Para a senhora Ana Maria:

Quando a energia chegou aqui na Vitória em 2006 o Reizinho comprou um aparelho televisor. Este televisor causou um verdadeiro processo mobilizador entre os membros da comunidade que não possuíam o aparelho. Todos os finais de tarde entre as 18 até as 20 ou 21 horas parte da comunidade se reunia no bar do senhor Reizinho para assistir a programação da tv. Ao encerrar o dia de trabalho, o lazer era assistir a programação da tv.

Podemos caracterizar enquanto contexto tardio, porém, para a senhora Ana Maria, o aparelho televisor do senhor Antônio Reis era a única alternativa para os moradores não contemplados pelo programa de eletrificação do Governo Federal. Esta rotina noturna só era quebrada em virtude do cansaço provocado pela longa jornada de trabalho, que os impedia de acompanhar a programação televisiva.

Em meio às novas experiências tecnológicas, ainda convivem com antigas formas de comércio, cultivo e criação. Dentre os que comerciavam, estavam também aqueles que plantavam ou criavam conjuntamente, dividindo os lucros do que fosse obtido, a popular “meia”. Uma prática até então em desuso está sendo retomada na atualidade. Por conta desta prática, a senhora Carmem Lúcia relatou uma contenda entre parentes que criavam uma vaca de meia.

Eram Martinho Pereira e sua filha Nizinha que criavam uma vaca de meia. Decidiram que o lado direito pertencia a Nizinha e o esquerdo a Martinho. O animal era criado próximo ao brejo, criava bem até que ficou doente dos quartos. Quando a vaca já não conseguia mais levantar, resolveram que sacrificar seria o certo. Acontece que o Martinho Pereira não abriu mão da parte que lhe cabia no animal. Cortou a metade do animal que lhe pertencia aparentemente em boas condições. Esse caso todo mundo daqui comentou, gente riu, gente teve raiva. Só sei que dividiram a vaca ao meio.

Os conflitos por questões comerciais também se fizeram presentes, afetando as relações entre membros da mesma família. Porém, estes conflitos promovem observações por parte dos membros da comunidade, como é o caso da senhora Carmem Lúcia.

As riquezas naturais se constituem em um dos fatores que contribuem para a permanência de muitas das famílias ainda no Engenho da Vitória. O azeite de dendê é

extraído nos dendezeiros distribuídos ao longo da vegetação nativa. Segundo o senhor José de Jesus, as terras do Engenho da Vitória são ricas em dendezeiros e, completa, *–Aqui ninguém nunca plantou um pé de dendê sequer, a natureza sempre o fez brotar nesta terra.*

A produção artesanal do azeite de dendê garante renda para muitas famílias na comunidade, sendo a prática executada em sua maioria por mulheres, e cabendo aos homens a extração e o transporte do fruto. O comércio desse produto ocorre em feiras livres, geralmente nos municípios de Cachoeira e São Félix.

Como observamos no item 2.1 e 2.2 sobre a “Formação da Família”, a origem dos descendentes da comunidade do Engenho da Vitória é diversa. Esta diversificação regional contribuiu para um alargamento de técnicas empregadas no plantio, colheita e conservação de alimentos.

Segundo a senhora Norberta, seu pai, que era natural de Serrinha-BA, possuía o hábito de salgar a carne e colocá-la para secar, criava gado e suínos. E trouxe a prática de consumir carne de bode e muito feijão de caldo. Já sua mãe, Maria José, que nasceu no Engenho Sinunga, em São Félix, mantinha a prática da produção da farinha de mandioca e seus derivados, que eram consumidos de diferentes formas:

Meu pai não comia pirão de jeito nenhum, seja pirão de escaldado ou pirão de água quente, ele não comia e ainda dizia que era comida para galinha e porco. Comida de gente é feijão e carne, muita carne para dar força. Já mãe, não, era costume desde lá das terras, das gentes do Sinunga comer pirão todos os dias, até a carne de caldo se fazia pirão. Aprendi com meu pai a comer carne de bode, mas um peixe ou um marisco ou camarão ele nunca que gostou de comer.

As diferenças alimentares dos grupos que aparecem neste relato da senhora Norberta obviamente influenciaram toda família e seus descendentes. A exemplo do senhor João Ferreira, ele nasceu numa região chamada sertão baiano (pecuarista), onde o consumo de carne de bode é mais comum e uma opção viável para os indivíduos daquela região.

Para os moradores do Sinunga, a base alimentar encontra-se na farinha de mandioca. Seus derivados, como a goma, são utilizados de diferentes formas: tapioca (mingaus e bolos), o beijú salgado ou doce e os bolos feito do subproduto chamado “lodo”, extraído do líquido eliminado todas as vezes que a massa da mandioca passa na prensa para extrair o excesso de umidade da raiz. A senhora Mariinha relatou:

Fui acostumada com pirão e peixe, comíamos muito pouco carne. A farinha nunca faltou em nossa mesa. Naquele tempo os donos da usina, digo a família Moniz Aragão, não permitia que ninguém plantasse nada aqui. Malmente a cana que era vendida à usina mesmo e mandioca, alguns ainda se atreviam a criar umas galinhas.

Os hábitos alimentares dos negros nascidos nesta parte do Recôncavo, próximo ao litoral, nos mostram uma ingestão maior de farinha de mandioca e seus derivados. Mas, com relação às regiões mais afastadas do litoral, o uso da carne de bovinos, caprinos e suínos era mais comum. Em duas situações, para a comunidade do Engenho da Vitória, encontramos uma economia de pecuária (consumo de carne vermelha) e uma economia de litoral (consumo de frutos do mar).

Percebemos também que a limitação na cultura cultivada a partir da imposição da família proprietária da usina afetava diretamente os moradores da comunidade do Engenho da Vitória. Acredito que esta limitação estava atrelada a um ideal capitalista, onde moradores e produtores que abasteciam a usina deveriam investir seus proventos no consumo de alimentos, produtos e serviços disponíveis na própria comunidade, evitando assim um acúmulo de capital por parte dos trabalhadores.

Podemos concluir que havia um controle para o uso do solo. O cultivo controlado da mandioca associado a outros itens, como hortaliças, nos mostra partes de uma dieta alimentar que era completada com a compra de outros gêneros de subsistência comercializados no armazém próximo ao casarão do Engenho da Vitória. Ou seja, este controle no cultivo da terra estava diretamente associado à manutenção de um comércio e economia local.

### Capítulo 3. As rezas que aprendi

Neste capítulo, me proponho a apresentar o universo legitimado pelos moradores da comunidade do Engenho da Vitória enquanto espaço de fé, devoção, celebrações, lutas e desafios frente às novas questões propostas pelo capitalismo. Bem como os aspectos culturais, a exemplo das festas, casamentos, culturas religiosas, os conflitos, e como se operacionalizam, as músicas, irmandades, candomblé, festas católicas.

#### 3.1. Religiosidade: as manifestações de fé e devoção de um povo

No período em que a família Moniz Barreto de Aragão era proprietária da Fazenda Nossa Senhora da Vitória, o cristianismo católico ainda era uma imposição religiosa aos trabalhadores e, num período anterior, também imposto aos escravizados.

A tradição oral local evidencia que o Sagrado Coração de Jesus e a Virgem Maria deveriam compor os oratórios, que, além de adornar as salas das residências, eram uma marca da submissão ao poder senhorial naquelas terras.

Segundo a senhora Norberta Ferreira Pereira, cozinheira aposentada, 86 anos de idade:

Aqui era assim, tinha que ter o Sagrado Coração de Jesus e a Virgem Maria em todas as casas. Aqui não tinha culto de candomblé. Só se teve antes de eu nascer. Gente do candomblé não, não era aceito aqui e se tinha era bem escondido.<sup>124</sup>

A fala da senhora Norberta Ferreira Pereira evidencia uma política repressiva à religião de matriz africana, o que em tese gerou uma necessidade de mantê-la em sigilo. A resistência à intolerância religiosa é uma das marcas da formação da sociedade brasileira e baiana.<sup>125</sup> Durante as pesquisas documentais, encontrei registros de Demétrio Dias da Silva, cujo endereço era Ladeira da Praça, s/n, Cachoeira, falecido aos 70 anos, naturalidade Engenho da Vitória, membro da Irmandade de Nossa Senhora do Sagrado Coração do Monte Formoso ou Irmandade dos Nagôs. Demétrio foi sepultado no cemitério do Rosarinho ou cemitério dos Nagôs ou ainda cemitério dos Achatólicos<sup>126</sup> em 1913.<sup>127</sup>

<sup>124</sup> Em entrevista concedida em maio de 2008.

<sup>125</sup> BRAGA, Júlio. **Na gamela do feitiço**: repressão e resistência nos candomblés da Bahia. Salvador: EDUFBA, 1995.

<sup>126</sup> Esta nomenclatura utilizada nos séculos XIX e XX para designar os não católicos. Ver monografia de SANTOS; Sara Pereira dos. **Rosarinho**: território de maioria afrodescendente em Cachoeira (1864-1900)

A Irmandade de Nossa Senhora do Sagrado Coração do Monte Formoso, ou Irmandade dos Nagôs, surgiu ainda no século XVIII, formada por homens e mulheres negras, já o cemitério data de 1856. Segundo algumas informações contidas nos livros de registro da irmandade, entre os anos de 1833-1870 foram registrados cerca de 1170 membros de diferentes nações que, com a ajuda dos membros da irmandade, conseguiram liberdade de culto para religião afrodescendente, autonomia econômica, compra de alforrias, dentre outros itens ordinários e extraordinários que surgissem. Podemos concluir que a população africana, não apenas em Cachoeira (urbana e rural), era expressiva, mas também devemos considerar que escravos de outras localidades, nações e partes da Província da Bahia também eram irmãos de Nossa Senhora do Sagrado Coração do Monte Formoso.

Os mecanismos encontrados pelos africanos para manterem suas devoções religiosas estavam para além da fé. O lugar onde residiam também influenciava neste processo. Continuando com o exemplo de Demétrio Dias da Silva, este residia na Ladeira da Praça, também conhecida como Ladeira que Sobe para Belém ou Ladeira da Cadeia – um dos maiores redutos africanos de Cachoeira (séculos XIX e XX) e caminho para as roças mais antigas e afamadas da cidade. Como pesquisou Nascimento (2007), a formação do candomblé *Jeje-Nagô* em Cachoeira agregou negros de diferentes engenhos e cidades do Recôncavo.<sup>128</sup>

Era comum os escravos e libertos utilizarem o nome do engenho ou mesmo dos ex-senhores. Acerca dos membros da irmandade, encontrei um certo Alfredo Muniz Aragão, residente no Curral Velho em Cachoeira, natural da África, falecido aos 80 anos e sepultado no cemitério do Rosário em 1897. Na mesma sessão de obituários encontrei Manoel Fonseca Muniz, residente nos Três Riachos, também em Cachoeira, falecido em 1899, aos 51 anos, natural de África, sepultado no cemitério da irmandade<sup>129</sup>. Ambos residiam em locais de maioria negra em Cachoeira no período (século XIX) e que se constituíam também como rotas para saída da cidade e caminhos para roças de culto aos Orixás do candomblé.

---

Faculdade Maria Milza, Cruz das Almas, 2009, monografia curso de História, sob Orientação do Professor Hamilton Rodrigues dos Santos.

<sup>127</sup> Certidão de Óbitos, Arquivo Fórum Andrade Teixeira, Cachoeira-Bahia. De 1894 a 1925, Caixa 1288.

<sup>128</sup> Sobre a Ladeira Praça, esta era uma via de acesso aos terreiros: Zoogodô Bogum Malê Seja Hundê, que se localizava próximo às terras dos Engenhos do Rosário, Engenho da Conceição, Engenho da Vitória e São Carlos do Navarro (hoje, bairro do Tororó em Cachoeira); Roça do Ventura; Roça de Cima que atualmente corresponde ao povoado da Boa Vista ainda em Cachoeira. Ver: NASCIMENTO, L.C.D. “**Terra de Macumbeiros**”: Rede de Sociabilidades Africanas na formação do candomblé Jeje-Nagô em Cachoeira e São Félix- Bahia. Dissertação de Mestrado, CEAO, UFBA 2007. 139p.

<sup>129</sup> Registro de Óbitos, 1890-1900. Arquivo da Irmandade de Nossa Senhora do Sagrado Coração do Monte Formoso. Este material foi cedido por Leda Lúcia Silva, a quem agradeço a fonte.

Em tese, tratavam-se de libertos do Engenho da Vitória, a apropriação do sobrenome com a variação “o” para “u”, pois era bastante comum utilizar ao invés do Moniz a grafia Muniz. Ou seja, ao mesmo tempo em que muitos libertos se dirigiram ao engenho da Vitória em busca de melhores condições de vida, o inverso ocorreu com libertos do antigo engenho. As irmandades atuavam como forma de reinserção para negros egressos do sistema escravista, para que eles pudessem, para além do meio rural, buscar condições de vida, amparados pela irmandade, nos arredores do centro urbano.

Podemos concluir que no caminhar do pós-abolição houve o movimento de saída de negros ex-cativos em busca de melhores condições de vida e longe dos domínios territoriais de seus ex-senhores. Em tese, após passar 45 anos como cativo, Demétrio buscou no centro urbano de Cachoeira uma nova vida, constituiu moradia num bairro majoritariamente negro, sendo sepultado no cemitério dos Nagôs, mantido pela Irmandade dos Nagôs.

Assim como Demétrio, outros negros, egressos da escravidão e moradores de bairros com maioria negra, como o bairro do Rosarinho ou membros da irmandade residentes em outras cidades e localidades, também foram sepultados neste cemitério.<sup>130</sup> As irmandades foram muito importantes no processo do pós-abolição não só no contexto de Cachoeira, elas substituíram famílias e transformaram a realidade social de negros escravizados promovendo espaços destinados a suas práticas tanto religiosas quanto políticas.

Observando os relatos acerca do destino dado aos mortos do Engenho da Vitória, a família Moniz possuía 2/5 da fazenda Varginha<sup>131</sup>, localizada na outra margem do rio Paraguaçu, já nos limites do município de São Félix. Nesta área de terras, próximo ao morro foi construído o cemitério da Vitória, e os sepultamentos ocorriam ali e também nos cemitérios Nossa Senhora da Piedade e dos Nagôs, ambos em Cachoeira. Segundo nossa informante, a senhora Norberta Pereira, 86 anos:

Na Varginha tinha um cemitério, muita gente daqui foi enterrada lá. Ir para um enterro é o último favor que se faz. Naquele tempo o povo ia acompanhando o enterro, correndo e gritava: – *pro céu, pro céu!* O dono do

<sup>130</sup> Ver a monografia de SANTOS; Sara Pereira dos. **Rosarinho:** território de maioria afrodescendente em Cachoeira (1864-1900) Faculdade Maria Milza (FAMAM), Cruz das Almas, 2009, monografia curso de História, sob Orientação do Professor Hamilton Rodrigues dos Santos.

<sup>131</sup>Consta no inventário de Francisco Moniz Barreto de Aragão Jr., na relação de bens declarados, que possuía 2/5 da fazenda Varginha em São Félix. Limites da Varginha de frente a Usina Vitória, limite ao Norte com a Fazenda Capivari, Leste com o rio Paraguaçu, Sul com as Fazendas Beija-Flor e Subaúma; Oeste com a Fazenda Subaúma em São Félix. Mesmo alguns relatos afirmando que havia sepultamentos neste cemitério, os atuais proprietários desta parte da fazenda não autorizaram pesquisa e/ou visita ao local. Ver: Inventário de Francisco Moniz Barreto de Aragão Jr. 1944-1954, Cachoeira, Bom: 1 doc. fl. 135, proc. 2736, ebt. 03, cx. 241. APC: Arquivo Público da Cachoeira, Cachoeira- Bahia. Consultado em 10/08/2010.

defunto pagava cachaça pro povo. Eu não gostava de ir a velório, Seu Jorge era um preto velho que gostava muito de brincar, ele falava pra mim: – cê quer ver Norberta eu jogar uma capoeira com você? E se jogava de um lado e de outro, eu tinha medo e quando ele morreu, foi um sufoco para eu acompanhar o velório. Depois que mãe morreu perdi o medo, mas reza de velório não gosto, “– *orais por ele!*”; não gosto, se já morreu pra que chorar e chamar? Quando ouvia a reza do velório não conseguia dormir, é quizila, quizila de egum! Egum é o mesmo que espírito de morto.

As terras que compreendem o cemitério da Varginha localizam-se na outra margem do Rio Paraguaçu. Esta distância abre questões relativas às preocupações com o espaço habitado, higiene e a saúde, além do distanciamento entre vivos e mortos<sup>132</sup>.

Ainda assim, neste relato é importante observar que mesmo não revelando a presença de outra religião que não seja a cristã católica, esta fala da senhora Norberta evidencia o seu conhecimento por termos de matriz africana, como “quizila de egum” e o seu significado, o que nos leva a pensar, em tese, na própria inclinação da senhora Norberta para a religião afro-brasileira ou mesmo para um hibridismo religioso.

Quanto ao fato da presença de um capoeira, ênfase no “preto e velho”, isto demonstra que mesmo no Engenho da Vitória com cultura e costumes arraigados por parte dos Moniz de Aragão, as formas de resistência cultural africana se mantiveram vivas e atuantes. A região do Recôncavo baiano é famosa pela presença histórica da prática da capoeira. A cidade onde trabalhava Besouro de Mangangá, um dos mais famosos capoeiras da tradição contemporânea, teria sido Santo Amaro e ele trabalhava em um saveiro, descendo o Rio Paraguaçu, levando mercadorias do interior para a capital.<sup>133</sup>

Tanto a capoeira quanto o culto ao candomblé (sistema de invenções crioulas na América) tiveram grande presença nos engenhos e, posteriormente, nas comunidades rurais remanescentes destes locais de população negra e escrava. A necessidade de preservação da ancestralidade trazida da África e depois recriada em terras brasileiras nos mostra o quanto as diferenças regionais foram suprimidas por uma demanda de resistência ao poder senhorial. O que não foi diferente para a sobrevivência dos engenhos do Recôncavo da Bahia. Não me deterei aqui sobre a história da presença africana na região do Recôncavo.

<sup>132</sup> Ver: REIS, João José. *A morte é uma festa*. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do séc. XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. 360p.

<sup>133</sup> Ver PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões Pires. *A capoeira na Bahia de Todos os Santos*. Goiânia: Frafset, 2004.

Mesmo observando certa necessidade entre os moradores da geração dos mais velhos em preservar uma memória que agregue apenas aspectos positivos acerca da administração dos Moniz Barreto, um ou outro relato aparece revelando facetas da vida em comunidade, com suas personagens, dramas e emoções. Como as narrativas sobre o velho Manoel dos Santos, um homem negro e simples, que vivia com a esposa e um filho especial, mas que possuía uma ferida na perna que nunca sarava:

Eu não morava nessa casa daqui, era uma outra, lá em cima, no Alto da Vitória perto do rumo da Conceição. Eram poucas casas que tinha lá, eu era meninote, de uns 10 anos de idade. Tinha um velho, bem preto, chamado Manoel dos Santos, a esposa dele, uma senhora de corpo bem magrinho, mas muito corajosa, a gente chamava de dona Calú, eles tinham um filho doente, coisa da cabeça. Mas o seu Manoel tinha uma doença na perna que nunca que sarava, por muitos anos que eu não sei contar, acho que desde antes de eu nascer [sic] ele tinha esse mal na perna, nem reza nem erva curou, nem medico nenhum soube de que mal sofria. Um certo dia depois de muito padecer na cama da doença, seu Manoel faleceu e as pernas dele encurvaram-se, como se estivesse de joelhos. Dona Calú teve a ideia de esticar suas pernas e amarrar pedras bem pesadas e assim o fez. Durante o velório, o corpo já no caixão, dona Calú resolveu desamarrar as pernas do defunto e tirar as pedras, ajeitou as flores e foi preparar café para a sentinela. De repente, quando ninguém esperava, o caixão balançou e as pernas do morto se dobraram, o seu filho gritou: – Acode que pai vai levantar! Todo mundo correu, gritando: – Acode que o morto tá vivo! Foi uma correria, eu que nunca tive medo de gente morta nem um pingo de medo senti; Dona Calú, coitada, sozinha pegou o morto e esticou de novo suas pernas, só sei que seu Manoel dos Santos foi de pernas esticadas para debaixo da terra, foi a primeira vez que vi um morto teimoso.<sup>134</sup>

As narrativas sobre personagens do Engenho da Vitória são recorrentes. Além deste relato sobre doenças sem cura, não aparece nenhum relato acerca das visitas de curadores e/ou benzedeiros na comunidade após a década de 1920, como pesquisado por Nascimento<sup>135</sup>. Ao que parece, esta tradição vem perdendo espaço ao longo do tempo, bem como o seu significado simbólico no imaginário popular.<sup>136</sup> Acerca dos saberes e práticas dos moradores

<sup>134</sup> Narrativa do senhor José de Jesus, 55 anos, lavrador, acerca dos fatos ocorridos na sua infância no Engenho da Vitória. Entrevista cedida a mim em 6 de abril de 2014. Esta mesma senhora Calú é relatada por senhora Mariinha como negra, bem magra, filha de ex-escravos do antigo engenho.

<sup>135</sup> Em sua dissertação de mestrado, Nascimento aborda o início da formação do candomblé Jeje-Nagô em Cachoeira e São Félix-BA, em tempo que reforça a grande teia de comunicações via religiosidade presente entre os engenhos, as roças e o povo-de-santo, promovendo além de curas (visitas de curandeiros aos engenhos para cuidar das enfermidades que assolavam aos cativos); havia acima de tudo a passagem dos saberes e segredos aos descendentes. Ver: NASCIMENTO, L.C.D. “**Terra de Macumbeiros**”: Rede de Sociabilidades Africanas na formação do candomblé Jeje-Nagô em Cachoeira e São Félix- Bahia. Dissertação de Mestrado, CEAO, UFBA 2007. 139p.

<sup>136</sup> Os saberes e práticas das pessoas que vivem em comunidades rurais como o Engenho da Vitória estão para além dos limites do território, partem de verdadeiras encruzilhadas tecidas a partir do encontro com moradores de outros engenhos e de regiões distantes, as trocas de experiências valiosas para a permanência naquelas terras.

do Engenho da Vitória, durante as pesquisas, me deparei com uma diversidade de conflitos relacionados a situações encaradas como “inveja”, “olho grosso” e “mal-olhado” sobre diferentes temas. Segue um relato da senhora Norberta conversando com uma de suas filhas, Carmem Lúcia:

Esse menino de Maria Edite, o Flávio, era um menino bom e obediente, caprichoso, fazia de tudo, não era, mãe? Hoje diz que vai a um lugar e se escapole para outro. Vou lhe dizer, desde que uma amiga da família, não vou dizer o nome que mãe sabe quem é, começou a elogiar o Flávio, dizer que ele era isso, bom para aquilo, só andava bem arrumado, pronto botou olho no menino que de uma hora para outra ele mudou de tudo e por tudo. (Carmem Lúcia)

Vou lhe dizer, não sei se você sabe, mas quando alguém põe inveja, olho gordo nas coisas que você faz, a melhor coisa para combater, isso meu pai me ensinou, é dizer bem de frente a pessoa: **–Você tem olho grande em mim, você é uma pessoa invejosa, tudo que você faz é com olho gordo no que eu sou e tenho!** Daí pronto quebra logo tudo aquilo que a pessoa te mandou e se fizer isso com o dedo da mão direita apontando para ela é melhor ainda, acaba com o mal olhado dela logo e nunca mais a inveja vai te pegar. Só no dia que Maria Edite falar isso para essa pessoa é que o menino vai voltar a ser como era: calmo, bom e esforçado. (Norberta)<sup>137</sup>

Nesta fala, podemos perceber que a mudança de comportamento do menino Flávio, na concepção da tia Carmem Lúcia e da avó Norberta, é atribuída à prática da inveja, do mal olhado e do olho gordo ao qual o menino foi exposto, e este mal só será combatido quando a mãe do menino, a senhora Maria Edite, enfrentar a causadora do mal. Este saber popular repassado de geração em geração dentro da família da senhora Norberta Ferreira Pereira ainda permanece vivo e atuante por parte de seus membros, e revela o quanto aspectos da religiosidade estão presentes nas relações não apenas familiares, como também gere as relações entre as pessoas da comunidade.

Mas em meio a estas narrativas, existem outras que evidenciam que, na fazenda Vitória do Paraguaçu, a matriarca da família Moniz Barreto de Aragão, a senhora Maria Amália Miranda Moniz de Aragão, era católica praticante e, segundo a memória oral local, costumava rezar todos os finais de tarde o terço em louvor ao Sagrado Coração de Jesus e à Virgem Maria no interior do casarão.

---

<sup>137</sup> Relato colhido em entrevista com as senhoras Norberta Ferreira Pereira, 86 anos, aposentada e Carmem Lúcia de Jesus, 43 anos, trabalhadora rural, no dia 07 de abril de 2014.

Este ato diário era acompanhado por suas três agregadas, negras e órfãs, que sempre trabalharam no interior do casarão e que, com o fim da escravidão, continuaram a servi-la enquanto senhora e, pelo costume local, a chamavam de *iazinha* ou *iaiá* Amália.

A dona Iazinha, que as empregadas do casarão a apelidaram assim, rezava no casarão, todo fim de tarde se reuniam para rezar antes de dormir, rezava para a Virgem Maria e o Sagrado Coração de Jesus, que era devota. Aquelas meninas que ela criou porque não tinha mãe: a Nita e a Severina, tinha uma bem velha na casa, não me lembro mais o nome dela e eram todas negras, bem negrinhas mesmo. Quando o marido morreu dona Iazinha só andava de chorão por causa do luto, um véu preto que cobre o rosto, pelo resto da vida ela usou.<sup>138</sup>

A presença destas três negras foi relatada durante as entrevistas realizadas com membros da geração dos mais velhos, bem como a presença de um negro já de idade avançada que atendia pelo nome de Damásio, que vivia no casarão com seus antigos senhores, porém possuía uma educação primorosa e fazia companhia à senhora Amália. O destino dado a este negro ou mesmo às agregadas é desconhecido; como não encontrei fontes que revelassem seu paradeiro, suponho que no período da saída dos últimos membros da família Moniz Barreto de Aragão da propriedade, Damásio e elas os acompanharam rumo a Salvador.<sup>139</sup>

As recorrentes lembranças relacionadas ao negro Damásio demonstram o quanto as antigas relações entre cativos e senhores se estenderam mesmo com o fim da escravidão. O fato deste ser alfabetizado e partilhar de hábitos e costumes de seus antigos senhores, evidenciam algumas exceções quanto ao destino dado aos negros no período pós-abolição.

Além dos relatos acerca da permanência destes negros no interior do casarão em um período posterior à abolição, e das orações ao terço todas as tardes, existem também relatos sobre as rezadeiras, como pontuou a senhora Norberta:

<sup>138</sup> Entrevista com a Senhora Norberta, 2008.

<sup>139</sup> A memória oral local evidencia que Damásio não se casou, nem teve filhos, porém sua educação refinada igualava-se a um branco fidalgo. Com relação às três negras, não encontrei registro algum delas. Dados obtidos em entrevistas em 2010. Ainda segundo inventário de Francisco Moniz Barreto de Aragão Jr. uma petição fora anexada pelo advogado Ottílio Moniz que, além de filho, representava a senhora Amália, viúva e inventariante do espólio, requeria a movimentação de uma quantia na caderneta de poupança da Caixa Econômica Federal e justificou que seria para arcar com as despesas e de sua residência em Salvador onde residia desde de 29 julho de 1954. Ver: Inventário de Francisco Moniz Barreto de Aragão Jr. 1944-1954, Cachoeira, Bom: 1 doc. fl. 135, proc. 2736, ebt. 03, cx. 241. APC: Arquivo Público da Cachoeira, Cachoeira-BA. pg. 49.

As rezadeiras, muitas tinha aqui, rezava de ventre caído, mal olhado, do vento. Meus filhos levei muito para as rezadeiras, naquele tempo era bom tinha jeito para tudo, Zidora era uma rezadeira afamada. No tempo de meu pai ele sabia muitas rezas, rezava de tudo, mas ele nunca me ensinou. Ele disse que eu era nova para aprender, eu tinha que amadurecer mais para aprender e acabou não ensinando.

Um outro aspecto da inclinação religiosa é a passagem dos ensinamentos dos pais para os filhos. Estes ensinamentos seguiam determinados preceitos, para o caso da senhora Norberta, havia uma necessidade de um dado “amadurecimento”, percebida por seu pai, para que pudesse estar pronta para receber este conhecimento, possivelmente este amadurecimento estava relacionado ao fator idade.

Outras manifestações de fé e devoção foram lembradas nas entrevistas durante a realização do trabalho de campo, nas quais foi vista a existência de uma mistura entre o sagrado e o profano na construção destas celebrações. Como pontuou a senhora Norberta:

No tempo do doutor vivo (Francisco Jr.), as pessoas eram mais devotas. Em todas as casas o doutor<sup>140</sup> fazia comprar o Sagrado Coração de Jesus. As rezas eram muitas, tinha reza para São Cosme, antigamente seu Dió alfaiate rezava a trezena de Santo Antônio; em maio rezava a Santa Cruz, todas as noites de maio. Nossa Senhora da Vitória ficava num pilar do oratório dentro do casarão e também Nossa Senhora de Lourdes. Aqui não tinha culto de candomblé. Só se teve antes de eu nascer. Quase em todas as casas daqui tinha um São Cosme e São Damião e o mês de setembro era bem festejado, seu Manoel Alesbão fazia a reza e o caruru dos santos gêmeos, as mulheres que tinha filhos gêmeos comemoravam o aniversário com o caruru, nasceram muitos gêmeos aqui; lá em compadre Pedro Sales tinha um caruru arrojado de São Cosme e São Damião todo 27 de setembro. Agora só o Narciso Cerqueira ainda faz o caruru, não segue mais aquele rigor de antes, na data certa, agora faz até o último dia do mês de outubro, ainda respeitam o mês das almas... Novembro é o mês das almas! Da forma como as coisas estão, não demora esta tradição acabar, o quintal ainda enche de gente, mas não é como antes!<sup>141</sup>

As celebrações sagradas eram acompanhadas também de realizações festivas profanas, com músicas, danças e brincadeiras. Nas celebrações do caruru, em louvor a São Cosme e São Damião, a partir da memória oral local pôde se constatar que havia reza e ladainha aos santos gêmeos, com mulheres que usavam véu branco de renda; antes da distribuição aos visitantes, havia música com grupo de samba-de-roda e, para as crianças, gincanas com doces. Estas

---

<sup>140</sup> A senhora Norberta está se referindo a Francisco Muniz Barreto de Aragão Jr., proprietário das terras que hoje compreendem a Comunidade do Engenho da Vitória. Ele faleceu em 31 de dezembro de 1943 no casarão da Vitória.

<sup>141</sup> Entrevista em julho de 2010.

manifestações populares englobavam todos os membros da comunidade de diferentes faixas etárias.

Na área externa do casarão ainda há uma capela de pedra construída num jardim, próxima à fonte desativada e revestida com azulejos. Ela abrigava as imagens de Nossa Senhora da Vitória e de Nossa Senhora de Lourdes. A primeira desapareceu da comunidade na década de 1960.<sup>142</sup> A segunda ainda habita a capela e recebe homenagens todo mês de dezembro.



Capela de Pedra na Comunidade do Engenho da Vitória, foto: Miranda, J.B. 2012.

No último dia do ano – 31 de dezembro –, na comunidade do Engenho da Vitória, uma missa campal era realizada em louvor a Nossa Senhora da Vitória e a Nossa Senhora de Lourdes. A celebração da missa era feita por um sacerdote vindo de Salvador. Não encontrei fontes precisas que revelassem o período que a família Moniz deixou de organizar e realizar esta missa.

Além da celebração campal, os festejos para a chegada do novo ano se estendiam até o sexto dia do mês de janeiro, o dia dos Santos Reis do calendário cristão católico – numa combinação de sagrado e profano nestes dias. As festas ocorriam em toda a extensão da área externa do casarão do antigo engenho, com jogos e brincadeiras como o pau-de-sebo, e barracas decoradas com fitas e arranjos de flores naturais, que comercializavam bebidas e alimentos produzidos pelos próprios moradores da comunidade.

<sup>142</sup> Existem muitos relatos acerca do desaparecimento desta imagem: havia se quebrado durante a viagem para Salvador durante o processo de saída dos Moniz Barreto de Aragão; outra versão contada é de que moradores revoltados com a falta de uma indenização por tempo de serviços prestados haviam levado a imagem da capela de pedra para um destino desconhecido; outra versão contada evidencia que desde a morte de Francisco Moniz Barreto de Aragão Jr., em 31 de dezembro de 1943, a imagem de Nossa Senhora da Vitória nunca mais foi vista.

No entanto, o processo de crise administrativa e financeira enfrentado pelo empreendimento Usina Vitória do Paraguaçu, ainda na década de 1940, prolongou-se por toda a década de 1950, fazendo com que ela encerrasse suas atividades produtivas e conseqüentemente dissolvesse os postos de trabalho. Este processo teve sua origem no falecimento do patriarca da família, Francisco Moniz Barreto de Aragão, no dia 31 de dezembro de 1943. Esta crise afetou também todos os setores da vida produtiva da Comunidade do Engenho da Vitória, inclusive os ligados às celebrações da religiosidade local. Os atuais membros da comunidade tentam reavivar as celebrações tradicionais do grupo, desde 2010 organizam e ornamentam a área externa do casarão para a missa.

### **3.2 E nos dias atuais.... Hoje é um domingo de missa!**

O dia começou com um sol tímido, mas que logo venceu as nuvens e raiou mostrando que o dia seria de muito calor. Era um domingo muito especial e bastante aguardado. 29 de dezembro de 2013 seria especial por ser o último domingo do mês apenas, mas era o domingo em que seria celebrada a missa campal na capela de pedra do casarão do antigo Engenho da Vitória.

Na realidade os preparativos tiveram início três semanas antes, com a solicitação ao padre da paróquia de Nossa Senhora do Rosário, em Cachoeira, para que ele fosse celebrar a missa na antiga capela de pedra, onde todos os anos a missa era realizada, ainda por organização dos Moniz Barreto de Aragão. Porém esta tradição teria sido interrompida por mais de cinquenta anos devido ao abandono não apenas das terras, por parte dessa família, como também da comunidade que se organizou naquele local, restando apenas na memória dos moradores da geração dos mais velhos as lembranças do período.

Após um hiato de mais de quarenta anos, no ano de 2010, mais precisamente, a Associação dos Pescadores e Trabalhadores Rurais do Engenho da Vitória, presidida na oportunidade por Eliana Leôncio de Jesus, 26 anos de idade, organizou um mutirão de limpeza, ornamentação e iluminação da capela de pedra do antigo engenho. Como não há uma definição de data para realização da missa campal, pois foi retomada em 2010, ela foi realizada no penúltimo domingo do ano em 2010, 2011 e 2012, e no último domingo do mês de dezembro em 2013.

A angariação dos esforços com os membros da comunidade, em 2013, ficou por conta de uma comissão formada pela senhora Ana Maria de Lima Leôncio, lavradora, 53 anos, da senhora Maria Helena, lavradora, e também dos senhores Antônio Reis (Reizinho) e Antônio (Nenho), ambos pescadores e irmãos da senhora Ana Maria – todos residentes na Comunidade do Engenho da Vitória.

Na oportunidade, foi necessário um dia de trabalho, que todos cederam com a certeza de que a única recompensa seria ver novamente a capela limpa e organizada para receber o novo ano ou Ano Bom.

Eliana Leôncio de Jesus, presidente da associação local, neste ano não pôde participar ativamente da organização da missa, justificando sua falta pela sobrecarga dos afazeres de seu trabalho num restaurante na cidade de Cachoeira e do terceiro semestre do curso de administração numa instituição à distância. “– *A faculdade consome bastante meu tempo, não trabalho mais no salão do restaurante, agora meu serviço é administrativo o que ajuda nos meus estudos.*” (Eliana L. Jesus, 29/12/2013)

No entanto, a pedido desta comunidade e de comunidades vizinhas, como a do Engenho da Conceição, Maria Preta e Alto da Conceição, solicitou-se da presidente da associação que reorganizasse uma missa em louvor a Nossa Senhora de Lourdes para que todos pudessem agradecer pelas graças alcançadas naquele ano.

Para a geração dos mais velhos, a celebração da missa campal do Engenho da Vitória seria a retomada de uma tradição esquecida no tempo. Feitos os acertos sobre a cobrança de uma taxa para celebrar a missa, a senhora Ana Maria respondeu:

Todos os anos que a gente vai na paróquia e pede ao padre Hélio para dizer a missa, sabendo das dificuldades que aqui todo mundo passa, cobra apenas aquilo que a gente arrecada entre nós mesmos aqui. Uns pode ofertar dois reais, outros podem ofertar dez reais, como também tem gente que só pode oferecer umas poucas moedas, que também é bem aceito, aqui ninguém desmerece ninguém.

Esta prática de arrecadação de um suporte financeiro entre os membros da comunidade tem sua origem ainda na administração dos Moniz Barreto de Aragão, onde tanto a missa como os festejos realizados entre os dias 31 de dezembro e 06 de janeiro do ano subsequente eram financiados a partir da arrecadação feita entre os moradores locais e da

circunvizinhança. Obviamente que esta prática era reforçada pela necessidade dos indivíduos de desfrutar de momentos de lazer e participar de festejos por conta do Ano Bom. A localização das terras de Fazenda Nossa Senhora da Vitória produzia um certo isolamento com relação às distâncias percorridas em busca de divertimentos.

Se nos períodos anteriores os festejos duravam mais de seis dias. Atualmente se referem apenas ao domingo da missa campal e aos festejos nos dias 31 de dezembro e 01 de janeiro, em comemoração à vinda do novo ano.

No momento em que cheguei à residência dos Pereira de Jesus, às 8:20 da manhã do domingo, dia 29 de dezembro de 2013, o Everaldo<sup>143</sup> estava de saída, foi pilotando sua moto até Cachoeira para comprar remédios para a senhora Norberta F. Pereira, 86 anos, que havia acordado com intensas dores nas articulações e joelhos:

Chega a frente minha filha, hoje eu não acordei muito bem, cheia de dores, Maria Edite já mandou comprar um remédio, são tantos os remédios que se não fosse por ela, eu nem saberia qual serve para quê?! Veio para a missa? Não posso participar mais, faz tempo que tive lá embaixo no Casarão, a última vez fui na casa de Fia (apelido da senhora Ana Maria) e passei por lá, mas do jeito que está “destinhorado,”\* nem gosto de ver. (Senhora Norberta, 86 anos, 29/12/2013)

Na casa da senhora Norberta Ferreira Pereira todos estavam se organizando para assistir à missa. Em virtude do feriado de natal ocorrer no meio da semana, dos sete filhos que não residem mais na comunidade, apenas o Luís, que reside na cidade de Camaçari, região metropolitana de Salvador, estava presente na passagem da data.

Segundo a senhora Norberta:

Este ano foi ruim, as festas no meio da semana, todos trabalhando, não pude reunir meus filhos, netos e bisnetos. Netos e bisnetos já perdi as contas de quantos são. Só sei que a casa enche de gente, é uma folia só.<sup>144</sup>

A família da senhora Norberta é bastante numerosa. São dez filhos, trinta e seis netos e vinte e um bisnetos, totalizando sessenta e sete membros diretos, frutos de dois casamentos.

---

<sup>143</sup> Everaldo Leôncio de Jesus é o segundo dos cinco filhos que o senhor José de Jesus teve com a senhora Ana Maria de Lima Leôncio. Por sua vez, o senhor José é filho da senhora Norberta Ferreira Pereira e do senhor Otávio de Jesus. Esta família é a nossa principal interlocutora para compreender as experiências vividas nesta comunidade.

\*termo utilizado por senhora Norberta para classificar o processo de degradação da estrutura física do casarão do Engenho da Vitória.

<sup>144</sup> Entrevista cedida no dia 29 de dezembro de 2013.

No primeiro, foi mãe de Zilda aos vinte e um anos. Não chegou a conviver com o primeiro marido, após a separação, aos vinte e seis anos, contraiu matrimônio com Otávio de Jesus, ou seu Tavinho, e a família aumentou mais nove membros (todos vivos), como expus no item “Família” desta dissertação, no capítulo anterior.

Era grande a algazarra no interior da residência, além de seu filho Luís com a esposa e um neto, havia ainda um outro neto acompanhado de um filho, ou seja, neto e bisneto da senhora Norberta. Outros três netos estavam no campo jogando o tradicional “baba”<sup>145</sup> de domingo.

A senhora Norberta reside com a filha Maria Edite, 47 anos, lavradora, e seus dois filhos, Felipe, com dezesseis anos, e o Flávio, com onze anos de idade, numa casa recém reformada e ampliada. Esta possui uma cozinha nova, piso cerâmico no chão, torneira e água encanada, e tem energia elétrica, que chegou em 2006 com o programa Luz para Todos.<sup>146</sup>

Para Maria Edite o fato de não ter havido a possibilidade de “encher” a casa com os irmãos e sobrinhos foi um alívio, pois a falta de água impossibilita o andamento de algumas necessidades básicas, como beber, cozinhar e fazer o asseio.

Neste domingo só havia uma reserva de água na casa destinada ao preparo do almoço e ao banho para aplacar o calor intenso. A manutenção do domicílio ficou um pouco comprometida pela falta da água. Na tarde do dia anterior, Maria Edite e os filhos foram até o rio do vagão, que corta parte da comunidade, e transportaram água no lombo de uma mula que criam no quintal da casa.

Neste período de escassez, os animais de tração, como a mula, o jegue, o cavalo e o boi, representam uma alternativa viável para transportar água em longas distâncias. Estes conseguem carregar grandes quantidades do líquido com o auxílio de carroças e cofas ou cofos<sup>147</sup>.

---

<sup>145</sup> Prefiro grafar desta maneira, pois é desta forma que os jogadores a apelidaram um jogo de futebol que ocorre aos domingos, sem jogadores profissionais.

<sup>146</sup> Este programa do Governo Federal tem como meta atender as demandas por energia elétrica nos locais onde o fornecimento de energia ainda não ocorre – as comunidades, cidades e vilas não atendidas pelas companhias energéticas de cada estado, o meio rural possui uma abrangência de 100%, evitando assim o êxodo rural.

<sup>147</sup> Espécie de container feito com cipós transados que se prendem um em cada lado do lombo do animal acoplados a sela. Ver: Dicionário Michaels. Cesto oblongo, de boca estreita, em que pescadores recolhem peixes, agricultores transportam a produção das roças. Rio de Janeiro (região) usa-se a denominação tipiti comprido.

### 3.3 A Celebração Campal e os demais festejos da comunidade

A missa teve seu início às 10 horas da manhã. O padre Hélio Fernandes da paróquia de Nossa Senhora do Rosário, em Cachoeira, iniciou seu sermão falando acerca da importância da família e da união não apenas em datas comemorativas como o natal.

Sob o sol escaldante o público, formado em sua maioria por mulheres e crianças, assistia à missa, tentando se proteger buscava qualquer oportunidade de sombra por entre as árvores.

Durante a celebração, vários fogos de artifício coloriam o céu em louvor à Nossa Senhora de Lourdes. O responsável pela explosão dos fogos foi o senhor Antônio dos Reis, o popular Reizinho. Uma doação anônima vinda de Cachoeira ofertou um grupo de músicos de sopro da Filarmônica Minerva Cachoeirana.<sup>148</sup> Durante o sermão, os mortos também foram lembrados, assim como os aniversariantes do mês de dezembro. Em homenagem a estes últimos, a banda de sopro tocou uma música.

Ao final da celebração, foram realizados dois batizados. Foi a primeira vez que eles ocorreram durante a missa campal desde que foi retomada em 2010 – mais uma conquista para a comunidade, pois não necessita mais do deslocamento para Cachoeira para esta finalidade.

Ao término dos batizados, houve um momento de confraternização e emoção onde todos se abraçaram e se despediram, com salva de mais fogos de artifício. O grupo se despediu da cerimônia religiosa e todos se dirigiram para a celebração profana na praça inaugurada há dois anos no largo do casarão, que possui o nome de Alzira Lima (in memoriam), avó da presidente da associação local. A senhora Alzira Lima faleceu em 2009 devido a complicações após sofrer um Acidente Vascular Cerebral (AVC).

A senhora Alzira Lima era natural de São Felipe, nasceu no dia 9 de setembro de 1922. Filha da negra Maria das Neves, chegou ao Engenho da Vitória aos seis meses de vida. Seus pais foram trabalhar na fazenda de Zé Machado que na época produzia cana e tinha uma grande olaria que fabricava e fornecia telhas e tijolos para o Engenho da Vitória. A

---

<sup>148</sup> Ver: RAMOS, Jorge. **O semeador de orquestras**: História de um maestro abolicionista. Salvador: Solisluna Editora, 2011. A Filarmônica Minerva Cachoeirana foi fundada em 10 de fevereiro de 1878 por Eduardo Mendes Franco, um membro da elite, ligado aos senhores de engenho e da cultura do fumo em Cachoeira e no Recôncavo. Esta filarmônica foi inicialmente ligada à Irmandade de Nossa Senhora d’Ajuda em Cachoeira, apesar de ser considerada da elite, era composta por músicos brancos, pardos e negros.

homenagem reflete a representatividade que os descendentes da família Lima passam para a comunidade.

Os festejos organizados entre os mais jovens da comunidade ocorrem entre os dias 31 de dezembro e 1º de janeiro. Segundo a presidente da Associação de Pescadores e Produtores Rurais do Engenho da Vitória, Eliana Leôncio de Jesus, eles tiveram a iniciativa de formação, e completa:

Foi quando eu comecei a gostar de festas, ir para as festas de fora, como o São João, o treze de março lá em Cachoeira, então decidi fazer aqui uma festa para comemorar a passagem do ano, o primeiro foi de 2006 para 2007 e foi um sucesso e todos me pediram para fazer outro evento como este no carnaval e como o pessoal que trabalha fora costuma voltar nas festas de fim de ano e no carnaval a folia reúne muita gente e o povo que vem de Cachoeira pra cá (sic) acaba se juntando a nós na folia<sup>149</sup>

A iniciativa da Eliana acabou gerando um movimento de participação popular sem fins lucrativos, diferentemente do proposto no período de administração dos Moniz de Aragão, no qual cada trabalhador arcaria com uma quantia referente ao pagamento dos músicos e demais despesas.

Numa perspectiva estrutural, a chegada da luz elétrica em 2006 facilitou bastante a organização do evento, que ocorre ao ar livre nas imediações do antigo casarão do engenho. Jovens, crianças e adultos cantam e dançam. Os fogos de artifício colorem o céu após contagem regressiva para o Ano Novo numa confraternização do grupo. Há ainda aqueles que optam por romper o ano novo em suas residências com seus parentes mais idosos e, em seguida, participarem das brincadeiras e danças no largo do casarão.

O comércio de bebidas alcólicas aquece neste período, cabendo aos pequenos comerciantes dispor dos produtos. A bebida mais consumida é a cerveja entre os jovens e adultos sem distinção do sexo. Já as crianças consomem refrigerantes e petiscos industrializados sem moderação, não sendo observada a venda e consumo de produtos caseiros como: mingaus, quitutes, batidas de frutas sem álcool como ocorria anteriormente, ou seja, no período da administração da família Moniz.

Isto revela as transformações ocorridas no interior da comunidade com relação a consumo da indústria de bebidas e alimentos industrializados. Mesmo buscando uma valorização de um costume antigo para seus membros, estes observam e reproduzem novos

---

<sup>149</sup> Em entrevista cedida no dia 29 de dezembro de 2013.

hábitos de uma sociedade do consumo ligado às novas relações impostas pela modernidade, onde práticas herdadas pela ancestralidade são esquecidas em virtude da busca por poupar trabalho, adquirindo produtos industrializados que tendem a ser mais práticos.

Mas em meio às novas práticas, a tradição da pesca e coleta de mariscos ainda movimenta a maioria dos membros da comunidade independente do sexo. É que devido à proximidade com a maré, comercializam-se moquecas de peixe e de outros mariscos, além dos caldos de sururu, ostra e peixe. Sob encomenda, também vendem churrasco e feijoada.

Os comerciantes do local são o senhor Roberto Vieira, filho do já falecido senhor Raimundo Santiago Vieira, antigo caldeireiro da Usina Vitória do Paraguaçu, o senhor Antônio dos Reis, o popular Reizinho, que possuía uma barraca improvisada de madeira e atualmente ocupa o quiosque localizado na praça construída em 2012 pelo poder público local, e a senhora Saturnina Conceição, que comercializa em sua própria residência.

Existe uma preferência local em frequentar o pequeno comércio da senhora Saturnina, 46 anos e pescadora artesanal. Ela atribui o fato a sua simpatia e alegria, e completa: *Aqui todo mundo se sente em casa!*<sup>150</sup>

O som mecânico alegria a festa que anteriormente era animada por músicos contratados com o recurso financeiro dos próprios moradores. Os ritmos mais tocados são o arrocha e o pagode baiano, as danças são aos pares ou estilo livre para cada um.

Uma instalação provisória com lâmpadas garante a iluminação do festejo, que só irá se repetir com igual participação popular no período do carnaval. Neste, os homens se travestem de mulher e percorrem os caminhos da comunidade cantando e dançando.

O carnaval da comunidade também é organizado por Eliana, que reúne os jovens para os dias dos festejos. A ideia de travestir os homens foi uma forma encontrada de deixar a festa mais descontraída possível. Segundo Eliana:

Os meninos capricham no visual, usam as roupas das irmãs, namoradas e mães e todo mundo acha engraçado, aqui não tem violência, podemos brincar a vontade sem se preocupar com horário ou volume do som e também não tem brincadeira de ofender ninguém! Os meninos usam batom e sandálias, até salto usam. Põe meia-calça, perucas engraçadas e todos se divertem.

---

<sup>150</sup> A senhora Saturnina Conceição reside em casa simples de blocos, recém construída, as paredes não possuem reboco, dos cinco cômodos apenas o banheiro possui piso cerâmico no chão, mas não tem porta assim como os demais cômodos, protegidos por cortinas. Possui instalação elétrica e hidráulica assim como sua antiga casa de taipa. É casada e mãe de cinco filhos. Entrevista cedida dezembro de 2013.

Os momentos de festa atuais buscam uma valorização e o reconhecimento das ações de novos agentes internos para a geração dos mais novos. As heranças deixadas pela presença dos Moniz Barreto permanecem na memória coletiva, porém os novos arranjos, como o promovido pela liderança comunitária em nada se assemelha às ações passadas, busca-se as doações e a participação voluntária. Enquanto as festas agregam pessoas tanto de “dentro” da comunidade quanto os de “fora”, as questões e tensões políticas internas são discutidas por uma pequena parcela. E as ações consideradas mais urgentes não vêm sendo discutidas na tentativa de agregar e angariar esforços no sentido de solucioná-las.

## Capítulo 4. Associações políticas e culturais

Neste capítulo, apresento o engajamento político e a mobilização de formas organizativas, a associação local e quem são os associados, o que a associação propõe, como se formou, o que querem, bem como as divergências internas ocasionadas por diferentes temas vividos pelos membros da comunidade em estudo. Ainda apresento o que pensam acerca da questão quilombola, seus benefícios, entraves e como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Cachoeira atua para as mais diferentes categorias de trabalhadores rurais.

### 4.1 As Associações comunitárias: lutas e conquistas

A comunidade do Engenho da Vitória vem enfrentando uma série de dificuldades referentes ao abandono sofrido e a falta de investimentos públicos eficazes no combate à falta de água, de iluminação pública, de energia elétrica de qualidade, e em melhorias nas estradas vicinais que permitem o acesso a Cachoeira e demais localidades.

As dificuldades enfrentadas no abastecimento de água atingem a comunidade desde o início da década de 1990. Para o senhor José de Jesus, 55 anos, lavrador e morador do Engenho da Vitória, este fenômeno deve-se ao desmatamento provocado de maneira indiscriminada, o que acaba afetando as nascentes dos rios.

Um poço artesiano foi perfurado na comunidade acerca de um ano e meio, mas segundo o senhor Luís Pereira de Jesus, 50 anos, pedreiro, as casas ainda não foram contempladas com a canalização da água porque:

O poço foi perfurado numa área próxima ao casarão, porém, numa área correspondente à antiga senzala, você sabe, dizem que ali era uma senzala, naquele tempo antigo e cabe ao IPHAN liberar as linhas de transmissão da água canalizada, assim o pessoal da prefeitura falou. Este poço poderia ser perfurado em outra área, é o que eu penso, por exemplo, em um dos lotes de terras recebidos por cada morador, na época da divisão das terras do engenho, mas a usura por dinheiro, o pessoal já disse que para a prefeitura instalar poço tem que pagar indenização, veja só, isso? É por isso que a Vitória está do jeito que está, o pessoal se acostumou mal, por causa da época que a Petrobrás passou linha do gasoduto aqui e teve gente que lucrou com isso, agora tudo é um dinheiro! E a água, nada?<sup>151</sup>

---

<sup>151</sup> Para Luís P. de Jesus, pedreiro, 50 anos, filho da senhora Norberta, o problema da falta de água poderia ser resolvido de forma simples, porém é entravado pela necessidade de liberação do IPHAN ou mesmo pelo bom senso dos moradores em colaborar com o desenvolvimento do local. Com relação à Petrobrás S.A, durante as

As dificuldades enfrentadas para o abastecimento de água potável não é uma excepcionalidade dos moradores da comunidade do Engenho da Vitória, outras comunidades rurais do município de Cachoeira enfrentam o mesmo problema de abastecimento.<sup>152</sup>

O senhor Luís Pereira de Jesus contou-me acerca das mudanças ocorridas na comunidade e de como as observava:

Já morei em Salvador muitos anos, agora estou em Camaçari e isso aqui não muda! Poderia estar melhor se as pessoas corresse [sic] atrás dos mesmos interesses. A Eliana, minha sobrinha, é a presidente da associação, tem gente da família mesmo que reclama dela, mas não toma nenhuma atitude, faz uma eleição e diz a que vem! Só crítica e nada fazem. Hoje é a missa, festa, barulho, bebida e tudo mais e ninguém vai se lembrar o que precisa fazer para melhorar tudo isso aqui.

O senhor Luís P. de Jesus carrega em sua fala uma certa contrariedade no que tange os posicionamentos tomados por alguns moradores da comunidade frente à necessidade de uma organização política interna firme e atuante. Ele em ideias claras e mobilizadoras capazes de solucionar os problemas internos ou externos a comunidade.

Ao mesmo tempo em que o problema do desabastecimento de água atinge à todos os membros da comunidade rural do engenho da Vitória, outras questões surgem e demandam uma certa calma para serem pronunciadas e discutidas no grupo.

Entre os anos de 2003 e 2004, lideranças políticas de Cachoeira, numa tentativa de reunir ou mesmo unificar as comunidades negras rurais oriundas do processo escravista brasileiro no Vale do Iguape<sup>153</sup> em Cachoeira-BA, realizaram diversas consultas populares apresentando o tema da autoidentificação e posterior certificação de Comunidades Remanescentes de Quilombo com base no Artigo 68, presente na Constituição Federal de 1988. Lei esta que busca identificar, reconhecer e delimitar comunidades remanescentes de quilombos. Num reconhecimento às contribuições do “povo negro” para a formação da sociedade brasileira.

---

obras de expansão das linhas de gás natural entre os anos de 2008-2010, uma das linhas que corta a comunidade, numa área correspondente ao lote do senhor Raimundo Santiago Vieira, só teve sua permissão de passagem após acordo mediante pagamento de uma espécie de indenização, mas não tenho o conhecimento do valor pago.

<sup>152</sup> Os problemas no abastecimento são causados pelo desmatamento em áreas de nascentes, cercamento em áreas de reservas de água, assoreamento de rios e fontes, dentre outros problemas.

<sup>153</sup> Estas comunidades são: Cabonha, Caimbongo, Calolé, Guaíba, Engenho da Conceição, Engenho da Ponta, Engenho da Ponte, Engenho da Praia, Engenho da Vitória, Opalma, São Francisco do Paraguaçu, Santiago do Iguape e Tombo.

Na emergência das políticas públicas pró-reconhecimento e valorização dos afrodescendentes para a formação da sociedade brasileira, lideranças atuaram neste sentido angariando esforços e mobilizando pessoas. Para o caso da comunidade do Engenho da Vitória, a figura de Eliana Gonzaga de Jesus, 45 anos, a Eliana do Sindicato (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira, cargo assistente administrativo) foi decisiva na resolução dos trâmites legais para a criação da associação local.

Com o cargo que ocupa dentro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira, Eliana do Sindicato passou a confiança necessária para que os moradores da comunidade percebessem o quanto era importante estarem cientes das mudanças na legislação nacional com relação às comunidades remanescentes e/ou tradicionais para a história da formação da sociedade brasileira, bem como para as políticas de reparação.

Eliana do Sindicato buscou em suas declarações conversar mais de perto com os moradores, alertando-os para uma tomada de consciência acerca das transformações impostas ao homem do campo, ao pescador e à marisqueira.

Dentro deste processo mobilizador emergiram personagens que, conscientes de suas histórias de luta e manutenção de suas respectivas comunidades, buscaram reconhecimento e aprenderam a reivindicar dos órgãos competentes medidas efetivas capazes de solucionar problemas históricos, como a chegada da energia elétrica e mais acessos a bens e serviços.

Na comunidade do Engenho da Vitória as reuniões ocorriam no prédio escolar e, segundo os moradores, elas eram sempre concorridas pelo público interessado. Inicialmente, a formação da primeira associação local aglutinou as comunidades do Engenho da Vitória e Maria Preta<sup>154</sup>, sendo denominada de Associação dos Produtores Rurais da Vitória e Maria Preta – uma associação sem fins lucrativos e que contaria com um corpo diretivo eleito pelos membros das duas comunidades por voto popular e direto.

Esta primeira associação nem chegou a completar o primeiro ano de existência por conta dos conflitos gerados pela possibilidade de angariar benefícios que, na oportunidade, foram questionados se seriam divididos igualmente, haja vista que a comunidade do Engenho da Vitória possui maior “visibilidade” frente aos órgãos públicos.

---

<sup>154</sup> O Povoado da Maria Preta engloba as terras que pertenciam à Fazenda Nossa Senhora da Vitória nos limites entre o Engenho Conceição. Fazem parte da antiga Fazenda Nossa Senhora da Vitória, bem como as comunidades: Tabuleiro da Vitória, Conceição, Engenho do Buraco, Guaíba, Alto da Conceição e Alto da Vitória (Levada). Região entre morros, distante 4km ladeira acima do largo do casarão do Engenho da Vitória. Não encontrei fontes que revelassem o porquê do nome Maria Preta, a memória oral local evidencia que desde muito tempo só se referem a esta região enquanto Maria Preta.

Era então o ano de 2004 e, dissolvida a primeira associação, foi formada a segunda, distinta, sem nenhum vínculo com a comunidade da Maria Preta. Esta associação sem fins lucrativos foi registrada no Fórum Augusto Teixeira de Freitas, em Cachoeira, como a Associação dos Pescadores e Produtores Rurais do Engenho da Vitória, e foi eleita por mandato de três anos a senhora Ana Maria de Lima Leôncio, lavradora, na época com 44 anos, nascida e criada na comunidade:

Eles me elegeram por aclamação mesmo, sabe como é, o pessoal falou que eu seria uma boa representante, porque esse negócio de associação tem muito trabalho, muitos papéis e reuniões, aqui desses mais velhos poucos sabem ler e assinar, uma leitura fraca, e na época minhas meninas estavam na escola e seria mais fácil lidar com essas coisas de associação. Na época disseram que o certo era para se ter direito as coisas era reconhecer a identidade de remanescente de quilombo, nem sabia o que era quilombo, mas me explicaram que vinha da escravidão, do tempo dos cativos. Alguns não aceitaram e não aceitam aqui sempre foi e sempre vai ser o Engenho da Vitória.<sup>155</sup>

#### 4.2 Identidade quilombola: interpretações e conflitos

Para a senhora Ana Maria a identidade de remanescente de quilombo não lhe parece como algo natural ou familiar. Sua identidade está relacionada ao pertencimento, ou seja, ao lugar de seu nascimento, independente das transformações ocorridas na ordem capitalista, a qual busca distinguir pescadores, lavradores e remanescentes de quilombo. Sua visão de quilombo se associa à ideia de escravidão e cativo, privação de liberdade e de direitos.

Este conflito é muito comum, principalmente por causa da denominação histórica de “quilombo” que se tratava de um local onde se reunia escravos fugidos. Pesquisadores, Antropólogos e Historiadores buscaram em suas pesquisas novas abordagens acerca do tema: quilombo. Observamos a perspectiva antropológica analisada por O’Dwyer:

Contemporaneamente (...) o termo Quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação territorial o de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio.<sup>156</sup>

<sup>155</sup> Entrevista realizada com a senhora Ana Maria de Lima Leôncio em 2010.

<sup>156</sup> O’DWYER, Eliane Cantarino. **Caderno de Debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2010, p.42.

Observo que, para o caso da Comunidade do Engenho da Vitória, não encontrei dados que revelem que o local havia recebido escravos fugidos. Como tratei no primeiro capítulo, houve uma revolta escrava, analisada por J. J. Reis (1979), porém as terras ainda estavam em posse do Comendador Pedro Rodrigues Bandeira. Durante a administração da família Moniz Barreto de Aragão, não encontrei fontes que revelassem revolta escrava no interior da fazenda.

No entanto, Oliveira (2010, p. 189) apresenta que, a partir de 1980, acadêmicos, intelectuais, militantes de movimentos sociais e demais segmentos da sociedade civil organizada abandonam o termo “Quilombo” em favor da expressão “remanescentes de quilombolas”. Esta nova interpretação abriu caminho para uma discussão com mais profundidade acerca do tema, contribuindo para a legislação em vigor.

Mediante as mudanças ocorridas com a implementação conferida pelo artigo 1º da Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, artigos 2º, §§ 1º e 2º, artigo 3º, § 4º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, o processo que identifica, reconhece, delimita, demarca e titula as terras ora ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos, assim como estabelecido pelo artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, as comunidades que compõe o Vale e Bacia do Iguape<sup>157</sup> foram submetidas entre os finais de 2003 e início de 2004 à análise com a finalidade de serem reconhecidas enquanto remanescentes de quilombos.

A Fundação Cultural Palmares, a Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (FACED/UFBA), a Comissão de Justiça e Paz, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e lideranças estaduais e municipais, além das presentes nas próprias comunidades, desenvolveram entre 2003 e 2004 um trabalho extenso de pesquisas histórico-antropológicas envolvendo documentos e registros cartoriais, relatos orais coletados a partir de entrevistas com membros da geração dos mais velhos relacionados às memórias sobre a história de fundação e origem dos arranjos familiares presentes nas comunidades.<sup>158</sup>

As comunidades certificadas possuem um passado relacionado com o período escravista brasileiro. O Vale e Bacia do Iguape durante séculos teve sua economia fundada na

---

<sup>157</sup> As comunidades que fizeram parte deste trabalho de pesquisa e receberam a certidão de autorreconhecimento, certificada pela Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro e Fundação Cultural Palmares: Caibongo Velho, Calembá, Calolé, Caonge, Dendê, Imbiara, Engenho da Cruz, Engenho Novo, Engenho da Praia, Engenho da Ponte, Engenho da Vitória, São Francisco do Paraguaçu, São Tiago do Iguape e Tombo. Em anexo, as certidões emitidas pelos órgãos acima mencionados.

<sup>158</sup> Em anexo, cópias das certidões emitidas pela Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro e Fundação Cultural Palmares entre 22 de junho de 2004 e 16 de junho de 2005.

grande propriedade agrícola, baseada na mão-de-obra escrava e estruturada sob o regime dos senhores e barões do açúcar.

Nestas circunstâncias, o termo remanescente de quilombo, a meu ver, parte do conceito de remanescente de quilombo criado por Garcia in Andrade (1997, p. 47), utilizado por Schimitt (2002), que:

Caracteriza a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos e é utilizado para designar um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico.<sup>159</sup>

Neste contexto, volto ao tema quilombo, onde identifico que o conceito de quilombo está caracterizado por uma série de elementos constituídos pelas práticas culturais em um determinado território, por seus objetos que, através dos quais, os grupos sociais se representam. Por intermédio destas práticas e destes objetos a identidade dos grupos culturais vão sendo produzidas e reproduzidas por suas gerações vindouras. Volta-se então para o tempo presente, obviamente não negando ao legado, as heranças culturais e matérias. Mas, permite que autoafirmação possa esclarecer acerca das referências tanto familiares (hereditariedade) quanto ao lugar ao qual pertencem.

Pensar em um período onde havia a privação da liberdade e dos direitos, e na contemporaneidade associá-la a uma identidade autorreconhecida, para um determinado grupo de moradores do Engenho da Vitória, sobretudo a geração dos mais velhos, torna-se algo que os faz regredir no tempo e no espaço. Para eles, os órgãos públicos dispõem de mecanismos capazes de trazer melhorias e atenção básica, sem que estas pessoas se vejam como seres que perderam sua identidade.

Para os moradores do Engenho da Vitória ser quilombola é não ter mais uma identidade própria, é partilhar de uma mesma história de vida de pessoas que pensam, agem e mobilizam-se de formas distintas. Segundo a senhora Norberta:

Olhe para as minhas mãos, tem cinco dedos, todos são irmãos não é mesmo, mas em tudo são diferentes. Todos nós somos iguais perante as leis de Deus, não é. E porque o governo precisa que a gente mude quem a gente é para reconhecer nossos direitos? Não queremos ser quilombolas, queremos que os governantes nos olhem com respeito e tragam a água tratada, energia, estrada

---

<sup>159</sup> Ver: GARCIA, In: ANDRADE (1997:47), In: SCHIMITT, Alessandra. Organizadores. 2002, p.3

melhor, oportunidade para nossos filhos e netos, para que eles não precisem sair daqui.<sup>160</sup>

Para a senhora Norberta, a sua preocupação principal não está relacionada com o reconhecimento de quilombola, mas com as necessidades existentes como o abastecimento de água, melhorias nas estradas, melhorias no fornecimento de energia elétrica. Enfim, necessidades básicas atendidas.

Frente à posição contrária à questão da comunidade se autodefinir como remanescente de quilombo, outro grupo foi a favor e criou laços institucionais que contribuíram para a formação do Conselho Quilombola da Região.

Antropólogos, historiadores e técnicos da Universidade Federal da Bahia, juntamente com a Fundação Cultural Palmares, na época, braço do governo responsável por analisar, reconhecer e emitir certificação competente onde se declara “Comunidade Remanescente de Quilombo”, no dia 22 de junho de 2004, reconheceram a comunidade do Engenho da Vitória como Remanescente de Quilombos<sup>161</sup>.

O grupo a favor da identidade quilombola comemorou este reconhecimento e prontamente buscou melhorias cabíveis à identidade quilombola. Novas reuniões com o Conselho Quilombola foram acontecendo, mas em decorrência da burocracia e na demora no repasse de verbas, geraram uma série de conflitos entre as comunidades e descontentamentos, e atualmente nenhum membro da comunidade do Engenho da Vitória participa das reuniões organizadas pelo Conselho Quilombola.

O Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape foi organizado em 2006, e teve como base organizativa o projeto de inclusão social “Centro de Educação e Cultura Vale do Iguape” (CECVI). Atuando na forma jurídica, o CECVI iniciou as primeiras discussões acerca da valorização, do poder de articulação e de mobilização para as comunidades da Bacia e Vale do Iguape. Este conselho é composto por 112 conselheiros, escolhidos entre os membros das 14 comunidades em reuniões abertas, sendo oito membros por comunidade.

---

<sup>160</sup> Entrevista realizada em 2010.

<sup>161</sup> Houve apenas o reconhecimento, mas não o título definitivo, este está em tramitação, assim como os títulos das demais comunidades localizadas no Vale do Iguape: Cabonha, Caimbongo, Calolé, Guaíba, Engenho da Conceição, Engenho da Ponta, Engenho da Ponte, Engenho da Praia, Engenho da Vitória, Opalma, São Francisco do Paraguaçu, Santiago do Iguape e Tombo. Em algumas comunidades existem conflitos internos, como no caso de São Francisco do Paraguaçu, onde em várias residências os moradores afixaram nas paredes cartazes com a seguinte frase: “Não somos quilombolas, não!”. Este conflito possui natureza na contrariedade em tornar terras propriedades individuais em um bem coletivo, sem liberdade de ação sobre uma propriedade particular, assim como a realização de compra e venda. Além da existência de fazendeiros requerendo a legitimidade legal da posse de suas terras. Porém esta comunidade merece um estudo a parte.

Destes, quatro titulares e quatro suplentes, representando aproximadamente 3.500 famílias, respeitando os critérios de gênero e geração, no qual participam homens e mulheres acima de dezoito anos, incluindo os idosos. Todas as comunidades participantes do conselho possuem a certificação de “comunidade remanescente de quilombo”<sup>162</sup>

O Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape atua não apenas nas comunidades, mas apoia iniciativas de promoção à igualdade racial e de gêneros, projetos de desenvolvimento sustentável para às comunidades rurais, participa de mesas, simpósios e fóruns de debates acerca da questão quilombola no Recôncavo baiano.

### **4.3 A Atuação do sindicato e programas governamentais**

Fundado em 05 de julho de 1981, em Cachoeira, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais é uma agremiação com fins lucrativos<sup>163</sup>, destinado a trabalhadores rurais de diferentes categorias, e vem buscando através de suas ações sindicais garantir os direitos civis e previdenciários dos trabalhadores rurais como: auxiliar os filiados na emissão de documentos (primeira e segunda via) de certidão de Nascimento, Registro Geral, Cadastro de Pessoa Física (CPF), Carteira de Trabalho, Declaração de Atividade Rural dentre outros; direitos previdenciários, como o Auxílio Maternidade, Auxílio Doença, Pensão por Morte, Revisão de Aposentadoria, enfim tudo que rege a CF/88 com relação aos trabalhadores rurais no Brasil.

O sindicato funciona em um prédio alugado no Largo dos Remédios, s/n, Centro, em Cachoeira, em frente à feira livre da cidade, o que trouxe muitos benefícios para os filiados, pois a feira livre é um local comum aos produtores rurais de Cachoeira. Eliana Gonzaga de Jesus, 45 anos, assistente administrativa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira, transmite a segurança necessária ao trabalhador rural que busca a valorização de seus direitos junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social através do sindicato rural.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira atua enquanto uma extensão do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), sendo mais ativo no controle e organização dos direitos do trabalhador rural vigente em lei nacional. Quanto aos programas de

---

<sup>162</sup> Já citei neste capítulo as comunidades certificadas. O Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape, possui sede na Rua do Areal S/N Distrito de Santiago do Iguape Cachoeira-BA, o Cep: 44.300-000; Tel: 71-9923-0116; Fax 3450-5466 e o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ):07.874.483/0001-00. A instituição mantém uma página nas redes sociais, um blog que contém informações sobre todos os eventos que incentiva e participa.

<sup>163</sup> Todos os meses, cada filiado contribui com R\$14,00 (catorze reais), o que lhe garante uma cobertura previdenciária ao longo de sua atividade rural.

implementação da lavoura e doações de sementes, estes são intermediados pelo poder público local através de secretaria municipal competente, governo federal e sindicatos rurais.

As linhas de financiamento para o pequeno produtor rural são intermediadas pelo sindicato rural local. A burocracia vem sendo diminuída ao longo dos anos e a concessão de financiamentos para implementar a produção visa garantir que o homem do campo permaneça no campo, desenvolvendo suas atividades agrícolas no meio rural.

O Governo Federal, a partir de suas agências reguladoras, como o INCRA, estende sua ação pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), e seus movimentos atuam de forma a promover subsídios financeiros e organizativos como financiamentos agrícolas e informativos atualizados sobre as ações destes órgãos e os direitos do trabalhador do campo. Programas federais como o Garantia Safra tem como pano de fundo um auxílio para os produtores que obtiveram prejuízos com a estiagem ou perderam suas plantações com as enchentes.

O Sindicato atende as diferentes categorias de trabalhadores rurais, em geral: regime de economia familiar e individual, pecuaristas, nas mais distintas modalidades de vínculo com a terra na qual residem e de onde extraem seu sustento, comodatários, posseiros, rendeiros, meeiros, ribeirinhos, lavrador e proprietário (aquele que detém documentos legalizados).

Comodatário refere-se ao comodato que se estabelece quando o trabalhador do meio rural não possui a posse da terra que cultiva, mas vive na propriedade dos pais, no caso da esposa na terra do marido ou sogros. Neste caso, o sindicato, ao ser comprovado o vínculo, emite uma certidão registrada e reconhece firma em cartório que o filiado reside e cultiva naquelas terras.

Parceiro e arrendatário são categorias semelhantes, onde o trabalhador reside naquelas terras e estabelece com o proprietário um acordo de como será paga a renda pelas terras cultivadas ou utilizadas para criação, seja em dinheiro ou parte do resultado extraído com aquilo que obteve nas terras.

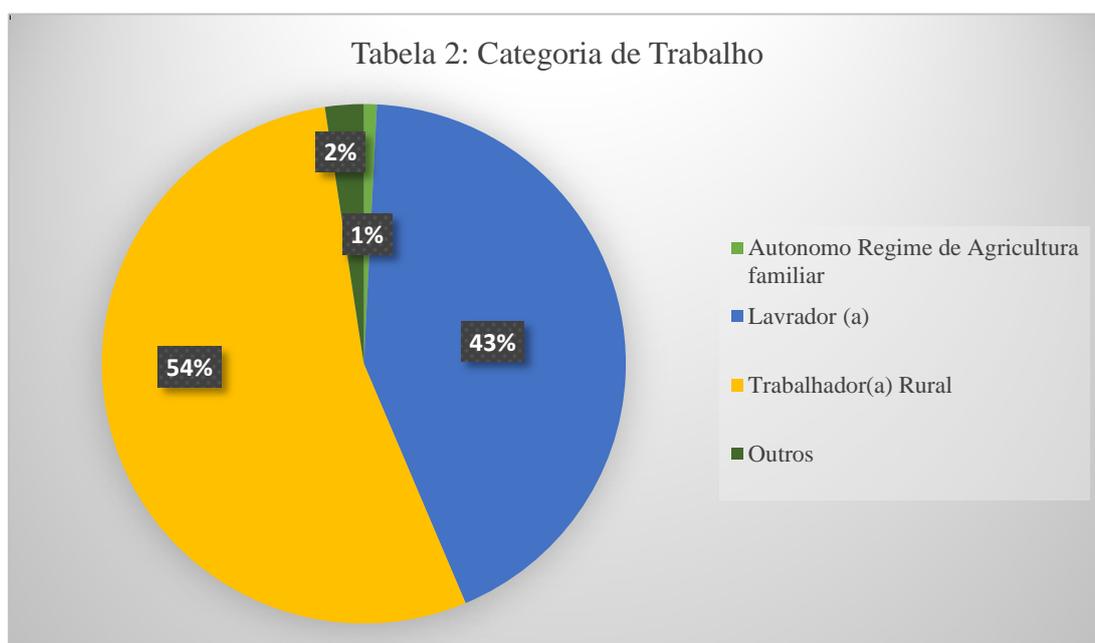
O meeiro possui a autorização para cultivo e/ou criação, porém não detém a posse ou propriedade da terra. Neste caso, divide em partes iguais tudo o que produz com o proprietário, havendo uma semelhança com outras categorias, como o parceiro e o arrendatário.

Quando o posseiro vive na terra e adquire direito de posse através das gerações de descendentes ali estabelecidos, cabe ao sindicato emitir declaração de que a pessoa reside há muitos anos, às vezes de usucapião, bem como seus antepassados. Esta declaração possui firma reconhecida em cartório e tem função legal de substituir documentação de posse de terra (escritura).

Entretanto, o lavrador não possui a titulação da terra, mas em regime individual planta, colhe, consome e vende o resultado da sua produção. O destino dado ao que produz é a venda na própria roça, em feiras livres ou mesmo a troca daquilo que produz por outro gênero de subsistência. Esta categoria é a mais comum entre os filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais no geral.

A categoria ribeirinho não é muito comum, eles extraem os frutos do mar, pescam e mariscam. São enquadrados na categoria de posseiros nos registros sindicais em Cachoeira. Porém, a categoria trabalhador rural, sem explicar a modalidade, aparece na maioria das fichas de filiação dos moradores da comunidade do Engenho da Vitória, como observado na tabela a seguir:

Tabela 2:



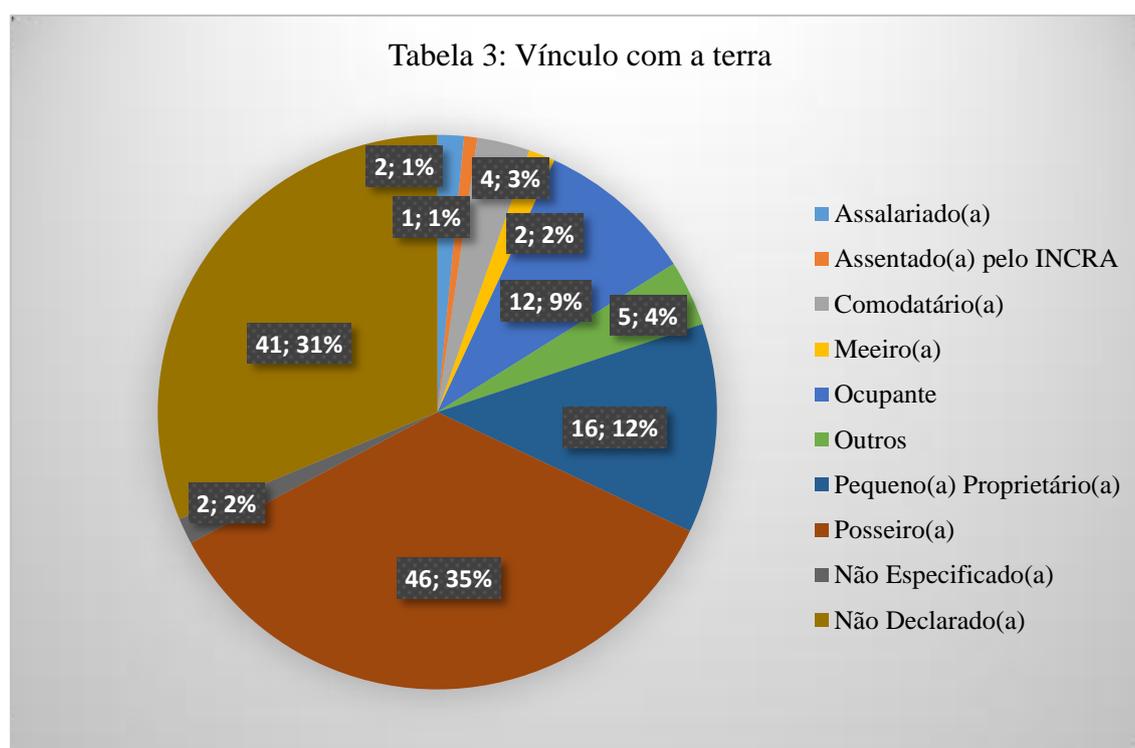
Fichas de 1981-2009. Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira Adaptado por MIRANDA, Jôsy Barcellos. 2014.

Na ficha de cadastro de filiação ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira, desde 2004 existe a opção “quilombola” em resposta ao item “vínculo com a terra”. O fato de

a burocracia exigir desde 2006 que cada novo filiado quilombola detenha a certidão de autorreconhecimento emitida por órgão competente, na oportunidade Fundação Cultural Palmares, denotou que a Previdência Social não atendia a especificidade do item, pois os novos filiados<sup>164</sup> não constam na lista dos autodeclarantes enquanto quilombolas. Tal entrave fez com que o próprio sindicato dinamizasse os registros de filiação à entidade declarando o quilombola como posseiro. Ao adequar as fichas de cadastro para novos filiados com a opção “quilombola” para o item “vínculo com a terra”, retratou-se uma preocupação do sindicato em garantir o direito do cidadão rural em se autodeclarar “quilombola”.

Com relação ao vínculo com a terra dos moradores da comunidade do Engenho da Vitória filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, encontrei:

Tabela 3:



Fonte: STRC, filiados entre 1981-2009. Adaptado por MIRANDA, Jôsy Barcellos. 2014.

Neste item, podemos identificar 46 posseiros e 41 moradores que não declararam vínculo com a terra em que vivem e dela tiram sustento. Os dois meeiros identificados

<sup>164</sup>Na certidão de reconhecimento constam declarantes membros das comunidades reconhecidas, o que equivale dizer que cada declarante se autorreconhece enquanto quilombola. O que a Previdência Social exige é que cada membro que se autoidentifique obtenha a mesma certidão, mas atualmente a Fundação Cultural Palmares não é mais responsável pela emissão desta certidão. Porém o Sindicato dos Trabalhadores Rurais contesta e declara em documento registrado em cartório que o morador da comunidade reconhecida tenha a liberdade de se autorreconhecer quilombola.

justamente se tratam de Ernesto e Manoel dos Santos, devidamente apresentados no primeiro capítulo desta dissertação. Pode-se observar, que mesmo com o reconhecimento do sindicato em inserir a opção *quilombola*, no curto período entre 2006 à 2009, nenhum filiado se autodeclarou.

Para a manutenção do homem do campo no campo, os poderes públicos, sobretudo o Federal, vem disponibilizando uma série de financiamentos para a implementação da atividade agrícola e pecuária, cabendo aos sindicatos estaduais e municipais a intermediação. Entre estes financiamentos intermediados pelo sindicato, está o Agroamigo – financiamento agropecuário em diferentes linhas e valores concedidos pelo Banco do Brasil S.A e pelo Banco Nordeste S.A. Ambas as instituições financeiras são estatais. Quanto aos financiamentos todos, filiados ou não podem solicitar avaliação da proposta junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais. O interessado deve comprovar atividade ligada à agricultura ou à pecuária em regime individual ou agricultura familiar. Cabe ao sindicato comprovar as informações prestadas e fiscalizar o emprego do financiamento.

O sindicato é filiado à Federação Estadual dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG) e à CONTAG, mantendo um diálogo com outros sindicatos rurais das cidades vizinhas, principalmente porque há um processo de migração por parte de trabalhadores rurais<sup>165</sup>. O “Agroamigo”, citado acima, é uma modalidade de financiamento criado para atender as especificidades dos diferentes perfis de trabalhadores da agricultura e pecuária. Os valores dos financiamentos variam de acordo a extensão das terras ou da criação. Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira, Josmar Silva:

Existem muitas linhas de financiamento no Agroamigo, tem o A, B, C e D, cada uma linha destas corresponde a um valor e ao tipo de extensão da propriedade rural e o que nela é produzido. Um exemplo: se você cria suínos e quer aumentar a pocilga e a quantidade de animais e precisa de R\$35000 reais, pagando todos os meses a parcela do financiamento há uma amortização de até R\$800 reais da dívida. Isto quer dizer que são gerados subsídios para uma renovação do financiamento, garantindo assim a permanência do homem no campo<sup>166</sup>.

Sobre linhas de financiamento concedidos a moradores da comunidade do Engenho da Vitória, apenas dois moradores estão com financiamento no momento, o recurso está sendo direcionado para a criação de bovinos e suínos.

---

<sup>165</sup> Esta migração está relacionada à mudança de endereço rural, casamento, compra de terra, trabalhadores de fazendas, meeiros, reideiros e outros casos.

<sup>166</sup> O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira, o senhor Josmar preferiu explicar de forma resumida uma das linhas de empréstimos cedidos pelo Governo Federal através de instituições financeiras estatais (Bancos do Brasil e Nordeste).

Além dos serviços do sindicato, Eliana do Sindicato ainda oferece ajuda médica com encaminhamentos para exames de grande complexidade e inviáveis financeiramente para o paciente filiado ao sindicato. Como vereadora pelo Partido Socialista Cristão, Eliana tem conseguido grandes conquistas neste quesito.

Já os pescadores e marisqueiras atuam conforme a Colônia Z-52, fundada em abril de 2005, na comunidade vizinha de Santiago do Iguape.<sup>167</sup> No registro da colônia, consta que ela faz parte da Federação dos Pescadores e Aquicultores da Bahia, órgão vinculado ao Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Outro dado importante diz respeito à categoria dos pescadores enquadrados como pescadores artesanais, onde não consta nenhuma categoria denominada marisqueira ou coletor de mariscos.

No entanto, os moradores do Engenho da Vitória filiados a Colônia Z-52 acreditam que não houve melhorias para a comunidade no tocante à pesca, à coleta de mariscos e à conservação do pescado. Faltam investimentos para melhorias na rede elétrica, para a compra de câmaras frigoríficas para conservar o pescado e para a aquisição de canoa e/ou barcos a motor que facilitem o transporte.

Todos os filiados à Colônia Z-52 são cadastrados no sistema nacional e recebem o auxílio do Governo Federal equivalente a um salário mínimo entre os meses de maio e junho, e nos meses de novembro e dezembro, respectivamente, devido ao período do defeso do camarão e de outras importantes espécies de peixes na região que devem ser preservadas. O processo de preservação destas espécies garante o equilíbrio da vida marinha e a manutenção dos povos ribeirinhos.

Para a senhora Saturnina Conceição, 47 anos, pescadora artesanal, filiada desde 25 de novembro de 2010<sup>168</sup>:

Antes da Colônia Z-52 a gente descia para pescar com medo do IBAMA, eles já pegaram muitas redes e canoas nossas. Aqui ninguém tinha ideia da importância do defeso, hoje, com os registros, todos aprenderam a respeitar a natureza e a cuidar mesmo.

---

<sup>167</sup> Sobre a fundação, objetivos e público alvo desta colônia, ver: CRUZ, Ana Paula B. S. Uma breve descrição da comunidade Remanescente de Quilombo: Santiago do Iguape. In: Nas Margens do Tempo: Histórias em Construção. Orgs. p.95-112

<sup>168</sup> A senhora Saturnina Ramos da Conceição nasceu em 29 de novembro de 1967, filiou-se ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira em 11 de novembro de 1993, aos vinte e seis anos de idade e declarou ser “lavradora”; na oportunidade já era mãe de Marcia da Conceição dos Santos, que nasceu no Tabuleiro da Vitória, em 1988. Após a criação e regularização da Colônia Z52, muitos pescadores, pescadoras e coletores de mariscos puderam enfim exercer de forma legal seu trabalho.

Ainda segundo a senhora Saturnina, foi uma conquista muito importante para a categoria a criação da Colônia. Ao desconhecer a legislação nacional vigente para a proteção da vida marinha e da biodiversidade, eles não entendiam como um “crime” a pesca em períodos da desova. No seu entendimento, só a pesca predatória com o uso das chamadas “bombas” eram entendidas como um crime.

#### **4.4. Tensões internas**

Desde que a comunidade do Engenho da Vitória passou pelo processo de abandono por parte de seus antigos proprietários, a situação de pobreza e invisibilidade assola. Na contemporaneidade não apenas o tema “remanescente de quilombo” provoca mal estar entre alguns membros da comunidade, como também outras contendas internas dividem opiniões no grupo.

Segundo a memória local, nenhum trabalhador recebeu nenhum tipo de indenização ou obteve seus direitos trabalhistas assistidos com a extinção da Usina Vitória do Paraguaçu. O que ocorreu na época, idos da década de 1960, foi que:

Todo mundo aqui dentro sabia que o doutor Otilio tinha queimado as carteiras de trabalho e os talões com o nome dos trabalhadores e a dívida que a usina tinha com cada um. Minha mãe mesmo morreu doente porque dois carregos de boi de cana nunca foram pagos. Nessa época minha mãe plantava cana e vendia para a usina, mas era tudo pago, ela só fazia cortar e depois pagava gente para carregar, colocar no carro de boi alugado e seguir para pesagem na usina, eles pagavam por tonelada. Mãe pagou o que devia com trabalhos na roça dos outros e eles nunca que pagaram. Depois de um bom tempo, eu já estava trabalhando com roça de mandioca quando um advogado do doutor Francinho (Francisco Moniz) procurou todo mundo, era o interventor Armando Gois e anunciou que cada um tinha direito a um lote de terra da fazenda, estes lotes tem 23 tarefas cada, e só teve direito mesmo aqueles que nasceram aqui e que construíram família ou que veio bem jovem e também fez família aqui e daqui tirava o seu sustento. Mas aqueles que trabalhavam no período de corte e moenda e já tinha ido embora há muito tempo não teve direito a nada. Foram mais de cem lotes de terras, cada um escolheu no lugar que queria, menos ao redor do casarão, ali ninguém podia residir, disseram que naquela área não porque estava em questão na justiça.

Nesta entrevista que realizei com a senhora Norberta Pereira em 2008, ela revela que os lotes seriam remanejados para aqueles que possuíam um vínculo não apenas empregatício

com a terra, mas aqueles que a fizeram progredir e legitimaram seu pertencimento ao lugar de nascimento e de toda a sua geração ou parte delas.

Atualmente o que se observa é que no entorno do casarão residências ainda persistem. Segundo relatos, a permanência destes moradores contraria a lógica estabelecida:

No largo do casarão todo mundo sabe que não podia construir nada. Ali é uma área em disputa, em questão na justiça. A Elza, o finado Raimundo e até mesmo a Saturnina minha irmã de jeito nenhum poderia morar ali, cada um recebeu seu lote de terra e não mora nele. A parte que cabia a avó de Saturnina, dona Germínia já fica lá pelos rumos da Maria Preta. Já pensou se a justiça manda esse povo todo sair, não tem a quem recorrer! Aqui todo mundo sabia que no entorno do casarão era proibido. E tem gente aqui que já loteou e vendeu boa parte de suas terras, nem área para plantar uma roça não tem. E a propósito, tem os casos daqueles que chegaram depois que estas terras foram loteadas, como o Narciso, ele não é daqui, nem tem parentes aqui, veio trabalhar e foi fazendo amizades, pediu um pedaço de chão para plantar e cuidar da família e o pessoal deixou morar numa área livre e que ninguém queria, fica vizinho da gente, próximo da Maré já. Hoje o filho de Narciso é casado com minha sobrinha Ninha (Antônia) e minha mãe por causa dela cedeu uma parte de nossas terras para que construísse a casa por causa da filhinha deles, a Estefani, que não poderia ficar sem uma casa, sem ter onde morar.<sup>169</sup>

Existem muitas razões nesta fala da senhora Maria Edite de Jesus, lavradora, 47 anos, para justificar as causas de alguns pontos de tensões e divergências existentes na comunidade com relação à apropriação de terras consideradas impróprias, devido às questões externas aos membros da comunidade.

A ocupação de terras envolvidas em questões judiciais causa desconforto por parte de alguns membros da comunidade, que desaprovam a ocupação. Para além disto, os lotes foram direcionados aos funcionários e trabalhadores mais antigos e que possuíam vínculo com aquelas terras. Segundo relatos, este vínculo dizia respeito não apenas aos anos de dedicação, como também às gerações que se sucederam no trabalho do canavial e ao reconhecimento de uma posse legítima daqueles moradores.

Quanto ao critério de pertencimento expresso por Maria Edite, este diz respeito aos níveis de integração ao grupo e aos casamentos realizados com membros da comunidade, como foi o caso específico de sua sobrinha, casada com um homem vindo de “fora” da comunidade.

---

<sup>169</sup> Esta contenda relatada por Maria Edite de Jesus, filha da senhora Norberta, demonstra o quanto tensões geradas por apropriações de terras em locais proibidos causam transtornos nas relações entre os membros da comunidade, inclusive de parentes. O caso daqueles que vieram de “fora” fazer parte da família dos de “dentro” transforma conceitos preestabelecidos. Entrevista cedida em 07 de abril de 2014.

Outro ponto que demarca pertencimento refere-se àqueles que foram retirados da comunidade ainda na infância por razões adversas, como o caso relatado pela senhora Celina Pereira dos Santos, aposentada, 67 anos, filha do Sr. Pedro Sales (falecido aos 98 anos de idade em 2011). Ela afirma que, embora seu pai seja natural de São Gonçalo dos Campos, Bahia, e ela seja natural do Engenho da Vitória, ela não se sente com propriedade para falar sobre a história dessa Comunidade porque foi criada por seus avós maternos em São Gonçalo dos Campos, para onde foi aos seis meses de idade<sup>170</sup>.

Esta falta de propriedade por parte da senhora Celina Pereira caracteriza mais uma vez os níveis de pertencimento. Outro ponto que diverge a comunidade é o problema causado pelo abastecimento de água. A comunidade contava com grande oferta de água produzida por fontes e riachos, além da água da Levada (grande tanque que represava a água utilizada pela usina). Este tanque, por falta de manutenção e pela degradação, foi destruído, não sendo possível armazenar água.

Por causa do solo com grandes morros e as áreas mais planas possuem muitas rochas, a escavação de cisternas domésticas e poços era muitas vezes inviável, e os moradores contavam com a grande oferta de água e não havia uma preocupação geral com o uso consciente ou mesmo com preservação das nascentes e da vegetação nativa.

Atualmente a comunidade conta com os serviços do carro pipa cedido pela prefeitura de Cachoeira, mas que não atende as necessidades dos moradores e nem cobre a totalidade da área, em virtude das casas serem dispersas nas terras.

O rio do Vagão percorre uma área que abrange o Tabuleiro da Vitória, Maria Preta e o Alto da Vitória, abastecendo as residências e cobrindo as necessidades mais imediatas de água. Porém a água é amarelada, mas não possui mal cheiro, não obstante é imprópria para consumo humano, sendo utilizada no asseio doméstico, banho, lavagem de roupa e outras funções. Já o consumo de água é abastecido por duas fontes: a primeira localizada nas terras pertencentes à senhora Maria Sales, ou dona Mariinha, e a segunda nas terras pertencentes à senhora Ana Maria L. Leôncio, conhecida na comunidade como dona Fia, nora da senhora Norberta.

---

<sup>170</sup> O Sr. Pedro Sales, também conhecido na Comunidade como Pedro Vaqueiro, nascido em 13/05/1913, pai de 10 filhos todos vivos, trabalhou na função de vaqueiro da Usina Vitória do Paraguaçu, infelizmente a sua entrevista não pôde ser realizada, pois Sr. Pedro foi vítima de AVC em 2008 e sua saúde foi completamente comprometida.

Todos utilizam destas águas a qualquer hora do dia, no entanto nos anos de 2012-2013, entre os meses de novembro de 2012 até abril de 2013, houve na Maré uma superpopulação de um marisco chamado de sururu. Atraiu catadores de diversas comunidades próximas e distantes, como da Boa Vista em Cachoeira. O problema gerado na oportunidade foi que, para ter acesso ao engenho do Buraco, onde houve a superpopulação, o trânsito de pessoas, burros e jegues passava no quintal da residência do senhor José de Jesus:

Era uma bagunça, quase que a gente perdia a nossa fonte de água mineral e cristalina. Reforcei a cerca e não deixei mais ninguém passar por aqui, se quisesse tinha que seguir pela beira da Maré, lá em baixo. Foi um sufoco durante estes meses. Todo mundo sabe, que seca vários rios aí de cima, mas essa fonte, que é uma nascente nunca secou e consegue dar conta de abastecer quem precisar de água por aqui. É um tesouro, meu orgulho, as plantas que nasce em volta nunca que cortei, pode matar a nascente. (Entrevista, agosto de 2013)

É importante observar a necessidade de preservação presente nas falas do senhor José e, anteriormente, na da senhora Saturnina, o que abre caminho para uma nova consciência, mais atenta aos sinais enviados pela natureza (o desabastecimento gerado pela derrubada de árvores, o desaparecimento de algumas espécies de peixes e mariscos em decorrência da pesca em períodos de desova, dentre outros). Estes sinais são responsáveis também pela manutenção do grupo no local. A constante manutenção das nascentes das fontes, minadouros e riachos garante também a permanência dos moradores na comunidade do Engenho da Vitória.

## Conclusão

As transformações ocorridas no meio rural referentes às formas de apropriação, demarcação, acesso e uso da terra vêm ganhando destaque e notoriedade no Brasil. Somando-se a isto, está a política governamental de reconhecimento, fortalecimento e legitimidade das heranças do “povo negro” escravizado entre os períodos colonial e imperial no Brasil, muitas foram as lutas ao longo do séc. XX, que aos poucos foi se materializando com as mudanças ocorridas com a implementação conferida pelo artigo 1º da Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, artigos 2º, §§ 1º e 2º, artigo 3º, § 4º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, o processo que identifica, reconhece, delimita, demarca e titula as terras ora ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos, assim como estabelecido pelo artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988.

As comunidades que compõem a Bacia e Vale do Iguape foram submetidas, entre os finais de 2003 e início de 2004, à análise cuja finalidade era serem reconhecidas enquanto remanescentes de quilombos. As comunidades que fizeram parte deste trabalho de pesquisa e receberam a certidão de autorreconhecimento certificada pela Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro e Fundação Cultural Palmares são: Caimbongo Velho, Calembá, Calolé, Caonge, Dendê, Imbiara, Engenho da Cruz, Engenho Novo, Engenho da Praia, Engenho da Ponte, Engenho da Vitória, São Francisco do Paraguaçu, São Tiago do Iguape e Tombo. Elas possuem um passado ligado a escravidão, e à atividade agrícola com o cultivo da cana-de-açúcar e presença de uma elite senhorial e repressiva.

Os egressos deste sistema transitaram entre as diferentes comunidades que surgiram às margens das casas grandes e engenhos, estabeleceram-se e fizeram-nas progredirem, além de conviverem com problemas históricos, como dificuldades de acessos a bens e serviços e condições básicas de higiene e saúde, como água tratada e sistema de esgotamento sanitário.

Para os moradores da Comunidade do Engenho da Vitória, a questão principal é o descaso, não apenas da família proprietária da Usina até meados do século XX, mas a posteriori na continuação deste mesmo descaso e desatenção por parte dos poderes públicos para com os moradores que restaram no local.

As formas de resistência e o acesso à terra estão em consonância com o direito legítimo de pessoas descendentes ou não dos escravizados do antigo engenho da Vitória ou

mesmo de escravos de engenhos vizinhos localizados ao longo da região do Recôncavo baiano que, no processo do pós-abolição e início do período republicano no Brasil, migraram em direção à Comunidade do Engenho da Vitória em busca de oportunidades e melhorias nas condições de vida.

A história dos moradores da Comunidade do Engenho da Vitória está relacionada a um passado de experiências no mundo rural específico do Recôncavo da Bahia, à sua produção material e cultural. Aspectos das redes sociais foram reveladas neste estudo de caso, em uma abordagem pautada nos métodos da Antropologia Histórica. As relações hierárquicas entre as categorias de trabalho, entre as formas de ocupação da terra, a questão das migrações e formação de famílias de forma exógena e endógena revelam a redes sociais, as tramas e os dramas daquela comunidade no que tange sua formação social enquanto remanescentes de quilombos.

Os prós e os contras das questões da “identidade quilombola” dividem a comunidade, criam áreas de conflitos, mas também organizam uma agenda de reivindicações e formas de luta. O conflito entre as concepções de ocupação da terra coletiva ou individual também é outro elemento de conflito, o qual exerce influência na dinâmica de transformação da comunidade. Categorias de trabalho como meeiros, posseiros, arrendatários e ocupantes, ainda convivem com dificuldades nas formas de negociação espacial.

O processo de autorreconhecimento quilombola iniciado, no ano de 2003, divide opiniões no próprio grupo, gerando conflitos, o que reforça a ideia de que não há uma comunidade homogênea. Neste sentido, os limites e avanços dentro do que rege a Lei nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, nos permitem abrir uma discussão sobre o poder de abrangência e significados que traz a identidade quilombola.

Na contramão desta discussão pessoas que residem em locais sem acesso, com direitos básicos ocultados, sobrevivem mediante as relações de sociabilidades construídas dentro do grupo, a exemplo da questão da “ajuda” comunitária oferecida para construir ou reformar casas, para fabricar a farinha de mandioca, para trazer o pescado do rio. Um universo construído sobre bases sólidas de uma convivência não apenas individual, mas coletiva, apontam para a manutenção de costumes em transformação.

Os moradores que compõem a comunidade do Engenho da Vitória buscaram, a partir da falta de investimentos públicos na melhoria das condições de vida em comunidades rurais,

sobretudo as negras, garantir através de seus aspectos tradicionais de trato com a terra, da natureza e das relações sociais coletivas, adequarem-se à nova realidade de pobreza e esvaziamento. Acima de tudo, buscaram junto a órgãos constituídos, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira, uma alternativa legal para alcançarem direitos como auxílio maternidade, auxílio doença e aposentadoria pela Previdência Social, órgão estatal brasileiro que garante um mínimo de dignidade pelos anos dedicados ao trabalho rural. A questão da construção da comunidade do Engenho da Vitória enquanto uma comunidade remanescente de quilombos está no campo das lutas sociais, dos conflitos internos e externos, dos interesses da formação de classe, das relações de gênero, com as lideranças femininas, e da mobilidade coletiva e individual, assuntos a serem ainda arrolados com maior profundidade no desenvolvimento dos estudos sobre as comunidades negras rurais do Recôncavo da Bahia.

## Fontes e Referências

### Fontes Orais: (Entrevistas)

Ana Maria de Lima Leôncio, 54 anos, trabalhadora rural;  
 Carmem Lúcia Pereira de Jesus, 40 anos, pescadora artesanal e lavradora;  
 Eliana Gonzaga de Jesus, 45 anos, assistente administrativa, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira;  
 Eliana Leôncio de Jesus, 26 anos, estudante, auxiliar administrativa e presidente da Associação dos Pescadores e Trabalhadores Rurais do Engenho da Vitória;  
 José de Jesus, 55 anos, pescador e lavrador;  
 Marinês Cazaes Santos, presidente Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira (2012-2014);  
 Mariinha Sales, 70 anos?, aposentada, moradora do Engenho da Vitória;  
 Norberta Ferreira Pereira, 86 anos, cozinheira aposentada;  
 Raimundo Santiago Vieira, aposentado, entrevista realizada em 10/09/2010;  
 Saturnina da Conceição, 46 anos, pescadora artesanal.

### Documentos:

**APEB: Arquivo Público Estado da Bahia**, Salvador – Bahia.

Decreto de criação do Instituto do Açúcar e Alcool (IAA), nº22.789 – 01/06/1933- cx. 2375, maço 143, doc. 548. Consultado em 21/09/2010.

SILVA, Pedro Celestino da. A Cachoeira e seu município; escôrco physico, político, econômico e administrativo. *Revista Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Bahia, nº 64, 1938. p. 221-523.

**APC: Arquivo Público da Cachoeira**, Cachoeira- Bahia.

Inventário de Egas Moniz Barreto de Aragão, 1871-1900, Distrito de São Tiago do Iguape, Cachoeira, regular: 1 doc. fl.180, proc.1544, ebt.02, cx.158. Consultado em 12/08/2010.

Inventário de Francisco Moniz Barreto de Aragão Jr., 1944-1954, Cachoeira, Bom: 1 doc. fl. 135, proc. 2736, ebt. 03, cx. 241. Consultado em 12/08/2010.

Inventário de Maria Luiza Gabe de Massarellos Moniz de Aragão, 1902-1912. Partilha amigável, seção judiciária. Cachoeira- incompleto: 1 doc. fl.127, ebt. 05 cx. 241. Consultado em 14/09/2010

**APREV: Associação dos Pescadores e Produtores Rurais do Engenho da Vitória:**

Atas; imagens; entrevistas

**AINSSCMF: Arquivo da Irmandade de Nossa Senhora do Sagrado Coração do Monte Formoso:**

Registro de Óbitos, 1890-1900.

**CRIH: Cartório de Registros de Imóveis e Hipotecas, Cachoeira – BA.**

Hipoteca da Usina Vitória do Paraguaçu: Lv. 3H, fl.112, termo:4175, 28/05/1946;

Registro do contrato de penhor da Usina Vitória do Paraguaçu, tendo como credor o Banco do Brasil, no valor de Cr\$ 1.500.000,00. Em 19/08/1947, lv.4ª, fl.54/57, termo 158. Consulta realizada em 28/04/2009.

Certidão de Óbitos, Arquivo Fórum Andrade Teixeira, Cachoeira-Bahia. De 1894 a 1925, Caixa 1288.

**DOU:** Diário Oficial da União, 13 de agosto de 1958. Processo: P. C. 15-58 — Estado da Bahia, ACÓRDÃO N° 4.254. Ano:1958. Disponível em: <http://dou.jusbrasil.com.br> acesso em 02/12/2013.

**Escritório Regional do IBGE, Cachoeira - BA. Tel.: 3425-1216.**

Dados atualizados pelo censo realizado em 2010 a extensão geográfica e a população de Cachoeira.

Dados socioeconômicos dos municípios da Bahia, 2010.

**Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira:**

Fichas Cadastral para novos filiados entre 1981-2009;

**IPHAN:**

Ceramistas de coqueiros: histórias de vida 1ª edição, São Paulo: Central artesol, 2009.

Revista Cachoeira: vivências e compreensão do patrimônio cultural. IPHAN, 2008.

Rotas da Alforria: Trajetórias da População Afrodescendente na região de Cachoeira/BA.

Relatório conclusivo da Primeira etapa. Rio de Janeiro, 2005.

**Referências**

AGIER, Michel. **Novos status e outros novos negros:** Questões de identidade entre trabalhadores baianos. Série Toques, UFBA, Salvador, Bahia, 1992, p.1-25.

BARBOSA, Xênia de Castro. Espaço e Memória. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 6. N. 10, 1999.

BARICKMAN, Bart Jude. **Um contraponto baiano: Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BORDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade.** Lembranças de Velhos. 3ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRAGA, Júlio. **Na gamela do feitiço: repressão e resistência nos candomblés da Bahia.** Salvador: EDUFBA, 1995.

BRANDÃO, Maria (Org.). **Recôncavo da Bahia: Sociedade e Economia em Transição.** Salvador: Fundação casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998.

BURKE, Peter. **Varieties da História Cultural.** Tradução Alda Porto. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CONTAG, <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=264&nw=1> Acesso em 18 de setembro de 2012, às 15:00.

CRUZ, Ana Paula B. S. Uma breve descrição da comunidade Remanescente de Quilombo: Santiago do Iguape. In:PIRES, Antonio Liberac Cardoso Simões; CARDOSO, Lucileide Costa; PEREIRA, Nuno Gonçalves (Org.). **Nas Margens do Tempo: Histórias em Construção.** Curitiba: Ed. Progressiva, 2010.

DEBERT, G. Problemas relativos a utilização de história da vida e história oral. In: CARDOSO, R. (Org.). **A aventura antropológica.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

EISENBERG, Peter L. Escravidão nas Américas: Genovese em Português. **Revista Brasileira de História,** São Paulo, 1986. p. 123-128.

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910.** Rio de Janeiro: Paz & Terra - Unicamp, 1977.

FERNANDES, Henry Luydy Abraham; OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. Aspectos da "VILA DE CACHOEIRA" no final do século XVIII: apontamentos e reflexões. **Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras.** vol. 1(1), 2007. Disponível em pdf.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Coordenadoras. **Usos e Abusos da História Oral.** 8ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FONSECA, Áurea C. N. O. **Aspectos do desenvolvimento do Recôncavo Sul Baiano: O caso do município de Cachoeira- Bahia- Brasil.** Editora Universidade de Barcelona, 2006. 343p.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos libertos na Bahia (1870-1910).** Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1989

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: DIFEL, 1989.

\_\_\_\_\_. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KATZ, Esther. Alimentação Indígena na América latina: comida invisível, comida de pobres ou patrimônio culinário? **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v.3, n.1, p.25-41, jan./jun.2009.

LEVI-STRAUSS. **As Estruturas Elementares de Parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982.

MALINOWSKI, Bronislaw. Introdução. In:\_\_\_\_\_. **Uma teoria científica da cultura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1970.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 5ª edição, São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MELLO, Francisco José de. **História da cidade da Cachoeira**. Cachoeira: edição do autor, 2001.

\_\_\_\_\_. **Crônicas Memoriais**. Histórias ocorridas na cidade de Cachoeira entre 1925-1950. Cachoeira: Graf, 2010.

MIRANDA, Jôsy Barcellos. “A Comunidade do Casarão do engenho da Vitória”- **O elo que dá unidade a comunidade do Engenho da Vitória**. In:PIRES, Antonio Liberac Cardoso Simões; CARDOSO, Lucileide Costa; PEREIRA, Nuno Gonçalves (Org.). **Nas Margens do Tempo: Histórias em Construção**. Curitiba: Ed. Progressiva, 2010. p.157-168.

NASCIMENTO, Luis Claudio do. **Considerações históricas acerca do Engenho Nossa Senhora da Vitória**. Artigo disponível em: <http://1.bp.blogspot.com/1600-h/engenho+vitoria%C3%B3ria>.

\_\_\_\_\_. “**Terra de Macumbeiros**”: Rede de Sociabilidades Africanas na formação do candomblé Jeje-Nagô em Cachoeira e São Félix- Bahia. (Dissertação de Mestrado). Salvador, CEAO, UFBA 2007.

NERI, Genilson dos Anjos. **Mulheres Negras Ganhadeiras nas ruas de Cachoeira 1890-1910**. Artigo, UFRB, 2010. 10p.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Terras de Quilombo no Brasil: Direitos territoriais em construção. **Caderno de Debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**, Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2010. p. 41-49.

OLIVEIRA, Ana Maria C. S. **Recôncavo Sul: Terra, Homens, Economia e Poder no Século XIX**. Salvador: UNEB, 2002. 148p.

OLIVEIRA, Rosy de. **O Barulho da terra: Nem Kalunga nem Camponeses**. Curitiba: Editora Progressiva, 2010.

OTT, Carlos. **O povoamento do Recôncavo pelos Engenhos (1536-1888)**. Salvador: Bigraf, 1996.

PINTO, Celi Regina Jardim; GUAZELLI, Cesar A. Barcellos. Etnografia: saberes e práticas. In: \_\_\_\_\_. **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p.09-24.

PINTO, Francisco Eduardo. **A Hidra de Sete Bocas**. Sesmeiros e posseiros em conflito no povoamento das Minas Gerais (1750-1822). Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014. 492p

PINTO, L. A. Costa. **O negro no Rio de Janeiro**: relações de raça numa sociedade em mudança. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1998. 308p

PIOVESAN, G. K. **Biografia, trajetória e história**. UFSC, 2009. Disponível em pdf. Acesso em 20 de janeiro de 2011.

PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. **A capoeira na Bahia de Todos os Santos**. Goiânia: Frafset, 2004.

\_\_\_\_\_. **Culturas Circulares**. A Formação Histórica da capoeira Contemporânea no Rio de Janeiro. Curitiba: Editora Progressiva; Salvador: Fundação Jair Moura, 2010.

POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p.3-15.

\_\_\_\_\_. Memória e Identidade Social. Tradução: Monique Augras, edição: Dora Rocha. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.5, n. 10, 1992, p.200-212.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**, 1945.

RAMOS, Jorge. **O semeador de orquestras**: História de um maestro abolicionista. Salvador: Solisluna Editora, 2011.

REGINALDO, Lucilene. “**Os rosários dos angolas**: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista”. Tese de Doutorado. Campinas, UNICAMP, 2005.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. **A família negra no tempo da escravidão**: Bahia, 1850-1888. Campinas, SP: [s. n.], 2007.

REIS, João José. **A morte é uma festa**. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do séc. XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. 360p.

REIS, João José. Recôncavo Rebelde: Revoltas escravas nos engenhos baianos. **Afro-Ásia**, nº. 15,1989, p. 100-126.

ROCHA, Rubens. **A Fascinante Cachoeira**: Joia do Recôncavo Baiano. Bahia: Grasb - Gráfica Santa Bárbara LTDA, 2002.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel. 1985

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec. 308p.

SANTOS, Sara Pereira dos. **Rosarinho**: território de maioria afrodescendente em Cachoeira (1864-1900). Faculdade Maria Milza, Cruz das Almas, 2009, monografia curso de História, sob Orientação do Professor Hamilton Rodrigues dos Santos.

SCHIMITT, Alessandra. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Revista Ambiente & Sociedade**, Ano V - No 10 – 1º Semestre de 2002, p.1-10.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos**: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1985. p.474

SEVCENKO, Nicolau. **História da Vida Privada no Brasil, República**: da Belle Èpoque à Era do Rádio. Coordenador-Geral da coleção: Fernando A. Novaes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 3º vol.

SILVA, Aline Pacheco et al. Conte-me sua história: reflexões sobre o método de história de vida. **Mosaico: estudos em psicologia**, Belo Horizonte, n.1, p. 25-35, 2007.

SILVA, Pedro Celestino da. “A Cachoeira e seu município”. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, n. 64, 1938.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Burguesia Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1983.

ZALUAR, Alba. Antropólogos Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: CARDOSO, Ruth. **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986, p. 107-127.

**Anexo:**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DA CULTURA  
 FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

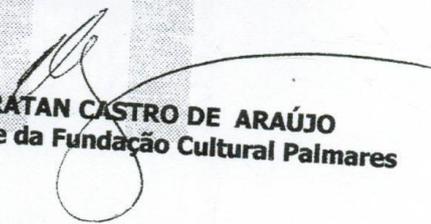
CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade ENGENHO DA VITÓRIA**, localizada no município de Cachoeira, Estado da Bahia, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 001, Registro n. 045, f. 47, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Declarante(s): Maria Nila Pereira CPF n.616.103.725-49; Raimundo Santiago Vieira CPF n.353.667.705-30; Florentina dos Santos CPF n.000.839.205-60; Nóbrega Ferreira Pereira CPF n.450.966.785-04; Elza Cupertino CPF n.344.853.175-87; Narciso Cerqueira CPF n.187.613.125-87.

Brasília, DF, 22 de Junho de 2004.

O referido é verdade e dou fé

  
**UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO**  
 Presidente da Fundação Cultural Palmares

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF – Brasil  
 Fone: (0 XX 61) 424-0106(0 XX 61) 424-0137 – Fax: (0 XX 61) 326-0242  
 E-mail: chefiadegabinete@palmares.gov.br <http://www.palmares.gov.br>